



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Site: <https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/>

E-mail: mestrado.campo@cfp.ufrb.edu.br



MARCOS BANDEIRA SANTOS

CONTRIBUIÇÕES PARA UM MAPEAMENTO DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ –
BAHIA – BRASIL.

AMARGOSA-BA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Site: <https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/>

E-mail: mestrado.campo@cfp.ufrb.edu.br



MARCOS BANDEIRA SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES PARA UM MAPEAMENTO DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ –
BAHIA – BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Luis Flávio Reis Godinho

AMARGOSA-BA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

S237c

Santos, Marcos Bandeira.

Contribuições para um mapeamento dos conflitos socioambientais no território de identidade Vale do Jiquiriçá. / Marcos Bandeira Santos. – Amargosa, BA, 2019.

196 fls.; il.color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Luis Flávio Reis Godinho.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA, 2019.

Bibliografia: f. 184 -195.

Inclui Apêndices e Anexos.

1. Educação do Campo. 2. Conflitos. 3. Território. I. Godinho, Luis Flávio Reis. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

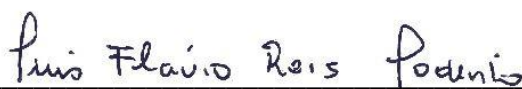
MARCOS BANDEIRA SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES PARA UM MAPEAMENTO DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ –
BAHIA – BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Data de aprovação: Amargosa-BA, 19 de setembro de 2019.

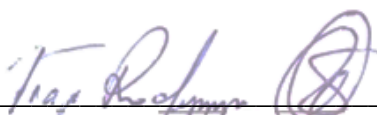
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luis Flávio Reis Godinho (Orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof. Dr. Franklin Plessmann (Examinador externo)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof. Dr. Tiago Rodrigues (Examinador externo)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DEDICO

À todxs que ousaram assumir os rumos da História, rompendo grilhões em busca de emancipação. Cada pessoa que, com desprendimento, derramou suor e sangue para que outrxs pudessem ocupar espaços e superar desafios de seu tempo histórico. Pessoas que conseguiram compreender que o abismo social criado pelas diferentes formas de desigualdades não eram (e não são) barreiras intransponíveis.

AGRADECIMENTOS

Aos Movimentos Sociais, sujeitos coletivos que historicamente vem assumindo lutas que levaram governos progressistas à criação da UFRB, instituição que em pouco mais de uma década tem enfrentado desafios e assumido demandas dos contextos em que está inserida.

Ao Mestrado Profissional em Educação do Campo, coordenado inicialmente pelo Professor Fábio Josué (Reitor) e atualmente sob a coordenação da Professora Débora Alves Feitosa.

À Secretaria Acadêmica, pelo apoio incondicional na figura de Jaqueline Andrade Brito.

Aos Professorxs pelo acolhimento e provocações ao longo do percurso. Compromisso, Ética e Responsabilidade de mãos dadas com Afetividade, Cuidado e Disposição a construir juntxs.

Aos estudantes da LEDOC pelo acolhimento e parceria e; à Professora Terciana Vidal Moura, pela oportunidade de estarmos juntxs também no período de Estágio.

À banca examinadora, pelas colaborações dos Professores Franklin Plessmann de Carvalho e Tiago Rodrigues Santos, fundamentais na ampliação de horizontes desde a ocasião do exame de qualificação.

A meu orientador, Professor Luís Flávio Reis Godinho pelas provocações, críticas e sugestões que enriqueceram a caminhada, possibilitando amadurecer sem pressões, além daquelas já conhecidas em outras dimensões da vida, assumindo uma posição de empatia em relação a condição do trabalhador/estudante.

Aos sujeitos coparticipantes desse estudo que em cada município, cada comunidade ou coletivo/instituição se dispôs a somar, enriquecendo nossa caminhada, compartilhando histórias e memórias, vasculhando arquivos; sem eles e elas não teríamos chegado até aqui.

Aos companheirxs da Turma 5 pela oportunidade de conhecer problemáticas de outras localidades e poder somar num projeto mais amplo em defesa de um “*outro mundo possível*”.

À família e amigxs – em especial a companheira Arielle Caiena – pelo carinho e cuidado; à Aila Cristina pela parceria; *Sal*, companheiro das estradas e Vânia, pelo apoio fundamental.

À compreensão dos colegas do Colégio Municipal Natur de Assis Filho (em Ubaíra-BA) e Colégio Estadual Ruy José de Almeida (em Laje-BA) em todas as ocasiões em que estar presentenão foram possíveis, já que outros deveres nos impunham outras responsabilidades.

Por fim, na impossibilidade de mencionar a todos os sujeitos e instituições coparticipantes nesse processo, agradeço a cada um e cada uma que direta ou indiretamente contribuiu para a realização dessa caminhada. Cada leitura, cada sugestão, cada carona, cada minuto dedicado a construção mútua desse breve relato de experiências.

CONTRIBUIÇÕES PARA UM MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ – BAHIA – BRASIL.

RESUMO

O presente estudo faz um levantamento das problemáticas socioambientais do Território de Identidade (TI) Vale do Jiquiriçá que, em algum grau tem levado a situações de conflitualidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, cujo objetivo é contribuir para identificação e problematização dos conflitos socioambientais no referido território. Objetivou-se ainda ao longo do percurso, identificar contradições em narrativas, desde a História dita oficial de alguns municípios, até a dificuldade na percepção dos sujeitos no que se refere às problemáticas vividas enquanto conflitos socioambientais, além de propor uma reflexão sobre os limites e possibilidades do instrumento cartográfico. Ao todo, foram identificadas 60 situações, distribuídas em 18 dos 20 municípios do TI, o que possibilitou a construção de um mapa temático. Tem-se como ponto de partida a definição de 11 indicadores inseridos no campo da chamada questão ambiental, os quais contribuem para a construção de um quadro referencial bastante profícuo para a consolidação de estudos futuros no que tange as questões arroladas. Após a sistematização dos dados coletados e discussão teórica sob a luz do Materialismo Histórico Dialético, pretende-se subsidiar estudos futuros para um mapeamento mais amplo dos Conflitos Socioambientais do TI Vale do Jiquiriçá.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais, Territorialidades, Materialismo Histórico Dialético.

RESUMEN

El presente estudio hace una investigación de las problemáticas socioambientales del Territorio de Identidad (TI) Vale do Jiquiriçá que, en algún grado ha llevado a situaciones de conflictos. Trátase de una investigación cualitativa de naturaleza exploratoria, cuyo objetivo es contribuir a la identificación y problematización de los conflictos socioambientales en el referido territorio. Tuvo como objetivo aún a lo largo de la trayectoria, identificar contradicciones en narrativas, desde la llamada historia oficial de algunos municipios, hasta la dificultad en la percepción de los sujetos en lo que se refiere a las problemáticas vividas en cuanto conflictos socioambientales, además de proponer una reflexión respecto de los límites y posibilidades del instrumento cartográfico. En total, fueron identificadas 60 situaciones, distribuidas en 18 de los 20 municipios de TI, lo que permitió la construcción de un mapa temático. Tiene como punto de partida la definición de 11 indicadores insertados en el campo de la llamada cuestión ambiental, los cuales contribuyen a la construcción de un marco referencial sobresaliente para la consolidación de futuros estudios en el que se refiere a las cuestiones enumeradas. Después de la sistematización de los datos obtenidos y discusión teórica a la luz del Materialismo Histórico Dialético, se pretende subsidiar futuros estudios para un mapeo más amplio de los Conflictos Socioambientales del TI Vale do Jiquiriçá.

Palabras-clave: Conflictos Socioambientales, Territorialidades, Materialismo Histórico Dialético.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP	Ação Civil Pública
ADHB.....	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
ASCOM.....	Assessoria de Comunicação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAP	Conselho Administrativo de Pastoral
CBHRS.....	Comitê de Bacias Hidrográficas do Recôncavo Sul
CEAMA.....	Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo
CETEC	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CFP	Centro de Formação de Professores
CMTPP.....	Comissão Municipal de Tombamento da Pedra Pelada
CNTE.....	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPP	Conselho Paroquial de Pastoral
CPT.....	Comissão Pastoral da Terra
D.A.P.....	Diretório Acadêmico de Pedagogia
DEDC	Departamento de Educação Campus
E.F.	Ensino Fundamental
E.M.	Ensino Médio
ENEM.....	Exame Nacional do Ensino Médio
GAMBA	Grupo Ambientalista da Bahia
GPEA.....	Grupo Pesquisador em Educação Ambiental
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM.....	Instituto Brasileiro de Mineração
IC	Inquérito Civil
IDEB.....	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA.....	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LCP..... Liga dos Camponeses Pobres
MEPR Movimento Estudantil Popular Revolucionário
MPE-BA Ministério Público do Estado da Bahia
NF Notícia de Fato
PA Procedimento Administrativo
PD População Desocupada
PEA..... População Economicamente Ativa
PMGIRS Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QUANT. Quantidade
RAIS Relação Anual de Informações Sociais
RIMA..... Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEI Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIG..... Sistemas de Informação Geográfica
SISMUMA Sistema Municipal de Meio Ambiente
SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAC Termo de Ajustamento de Conduta
TCC Trabalho de Conclusão de Curso
TI Território de Identidade
UAB..... Universidade Aberta do Brasil
UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFMT Universidade Federal do Mato Grosso
UFRB..... Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB Universidade do Estado da Bahia
UNOPAR..... União Norte do Paraná
UPT..... Universidade Para Todos

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: população dos municípios do TI na série histórica de 1991, 2000 e 2010.....	93
Tabela 02: quantidade de Pessoas por etapa de escolarização no TI – 2010.....	94
Tabela 03: IDEB do Ensino Fundamental e Médio dos Municípios no TI em 2017	96
Tabela 04: número de escolas do TI Vale do Jiquiriçá entre os anos de 2010 e 2018	98
Tabela 05: dados sobre o Trabalho no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá	102
Tabela 06: indicadores de vulnerabilidade social no TI Vale do Jiquiriçá – 2010.....	106

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: limites espaciais do TI Vale do Jiquiriçá sobrepostos no Mapa Etno-histórico / Brasil e regiões adjacentes.....	68
Mapa 02: visão espacial do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá – Bahia.....	91
Mapa 03: conflitos socioambientais no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá / Bahia / Brasil.....	111
Mapa 04: visão espacial de Jiquiriçá-BA.	113
Mapa 05: visão espacial de Laje-BA.....	142
Mapa 06: visão espacial de Maracás-BA.	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: indicadores socioeconômicos dos municípios do TI Vale do Jiquiriçá.....	92
Quadro 02: incidência de exploração mineral no TI Vale do Jiquiriçá.....	104
Quadro 03: situações de conflitos socioambientais identificados no TI	110

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: placa indicando a proibição de barracas e camelôs no local.....	121
Fotografia 02: placa indicando a interdição do local por determinação do MPE-BA.....	121
Fotografia 03: manifestação (BR-420) em função da interdição da Cachoeira dos Prazeres.	129
Fotografia 04: manifestação em função da interdição da Cachoeira dos Prazeres.....	129
Fotografia 05: ruínas de um dos maiores quiosques demolidos.....	132
Fotografia 06: instalações do <i>Hotel Vale do Jiquiriçá</i> às margens do rio Boqueirão.	132
Fotografia 07: imóvel cedido em comodato a Prefeitura Municipal de Jiquiriçá-BA.....	138
Fotografia 08: demolição de quiosques na Cachoeira dos Prazeres em Jiquiriçá-BA	139
Fotografia 09: policiais militares acompanham a demolição de quiosques no local.....	139
Fotografia 10: entulhos deixados após demolição de quiosques	140
Fotografia 11: entulhos deixados após demolição de quiosques	141
Fotografia 12: monumento entre as rodovias BR-420 e BR-101, no município de Laje-BA	146
Fotografia 13: vista panorâmica da Pedra Pelada no município de Laje-BA.....	148
Fotografia 14: fotografia do ato de implantação do “Cruzeiro” no alto da Pedra Pelada	149
Fotografia 15: ato de implantação do “Cruzeiro” no alto da Pedra Pelada	151
Fotografia 16: faixa utilizada pelos membros da Comissão no auge do conflito.....	154
Fotografia 17: estátua de guerreiro maracá na Praça Rui Barbosa em Maracás-BA	162
Fotografia 18: audiência sobre o vazamento de rejeitos da mineradora Vanádio Maracás	178
Fotografia 19: audiência sobre o vazamento de rejeitos da mineradora Vanádio Maracás	178

LISTA DE CAPTURAS DE TELA

Captura de tela 01: página do IPHAN com resumo do processo junto ao órgão	152
Captura de tela 02: Luísa, Trabalhadora Rural, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017	164
Captura de tela 03: Paulo, aposentado, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017	164
Captura de tela 04: Josué, membro da comunidade, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017.....	165
Captura de tela 05: Ariano, Agricultor, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017	166
Captura de tela 06: Luís, Presidente do Sindicato Rural de Maracás, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017.....	167
Captura de tela 07: Guajajara em Entrevista realizada em Atividade de Campo por Estudantes do Colégio Estadual Edvaldo Boaventura para o Documentário: Porto Alegre – Água e Sustentabilidade.....	172

APÊNDICES

Apêndice I: quadro indicadores e municípios do recorte geográfico	197
Apêndice II: tabela vazada para levantamento de informações	198

ANEXOS

Anexo I: certidão de procedimentos extrajudiciais encontrados em Mutuípe-BA.....	200
Anexo II: tabela de procedimentos extrajudiciais encontrados em Mutuípe-BA.....	201

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	18
2. (RE)CONSTITUINDO UMA TRAJETÓRIA	20
2.1.VARIAÇÕES DE UMA HISTÓRIA: ENTRE TANTAS OUTRAS POSSÍVEIS ...	20
2.1.1. PASSAGENS DE IDA E VOLTA	22
2.1.2. MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO MATRIZ PEDAGÓGICA	24
2.1.3. APROXIMAÇÕES COM O MOMENTO ATUAL DA PESQUISA	25
2.2.NOVAS ATERISSAGENS: OUTRAS CONEXÕES	27
2.2.1. OBJETIVO GERAL.....	27
2.2.1.1.OBJETIVOS ESPECÍFICOS	28
2.2.2. ITINERÁRIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	28
2.2.2.1. Procedimentos: entre pousos e decolagens.....	28
2.2.2.2. Ponto de partida: o recorte geográfico e temporal.....	29
2.2.2.3. Sobre os indicadores: placas de sinalização	30
2.2.2.4. Sobre a entrevista.....	33
2.2.2.5. Sobre fontes documentais	36
2.2.2.6. Conexões audiovisuais	45
2.2.2.7. As linguagens dos Mapas	55
2.2.2.8. Limitações do campo.....	60
3. CATEGORIAS DE ANÁLISE: REVISITANDO O PERCURSO TEÓRICO	63
3.1. CONFLITUALIDADES, TERRITÓRIO(S) & TERRITORIALIDADES	63
3.2. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NO VALE DO JQUIRIÇÁ	74
3.3. ORIGENS DE UMA FRATURA SOCIOMETABÓLICA	76
3.4. ESPECIFICIDADES DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	81
4. IMPRESSÕES GERAIS SOBRE A REGIONALIZAÇÃO NA BAHIA	84
4.1.PANORAMA DOS MUNICÍPIOS DO TI VALE DO JQUIRIÇÁ	89
4.1.1. EDUCAÇÃO	94
4.1.2. TRABALHO	102

4.1.3.	INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL	105
4.1.4.	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS IDENTIFICADOS NO TI	110
4.2.	REFLETINDO SOBRE ALGUMAS SITUAÇÕES DE CONFLITUALIDADES ..	112
4.2.1.	UM OLHAR SOBRE JQUIRIÇÁ	113
4.2.1.1.	HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE JQUIRIÇÁ – BAHIA.....	113
4.2.1.2.	Contradições atemporais: simbólicas e iconográficas	114
4.2.1.3.	Um caso em particular: a Cachoeira dos Prazeres	116
4.2.2.	UM OLHAR SOBRE LAJE.....	142
4.2.2.1.	HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE LAJE – BAHIA	143
4.2.2.2.	Contradições atemporais: simbólicas e iconográficas	143
4.2.2.3.	Um caso em particular: a Pedra Pelada	148
4.2.3.	UM OLHAR SOBRE MARACÁS	158
4.2.3.1.	HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MARACÁS – BAHIA	159
4.2.3.2.	Contradições atemporais: simbólicas e iconográficas	160
4.2.3.3.	Um caso em particular: escassez e abundância lado a <i>Largo</i>	162
5.	CONSIDERAÇÕES	180
6.	REFERÊNCIAS	184
	APÊNDICES	196
	ANEXOS	199

1. APRESENTAÇÃO

Genericamente falando, *Mapear* seria realizar a exposição de algo a partir de um mapa. Um mapeamento objetiva registrar fragmentos de uma dada realidade, num determinado recorte temporal. Dessa premissa se pode abstrair dois fundamentos básicos: o primeiro é que todo mapeamento parte de um conjunto de dados coletados na realidade. A depender dos condicionamentos experimentados no percurso de construção dessa primeira etapa, se faz necessário definir um limite no tempo e no espaço. Depara-se, pois, com o segundo fundamento: todo mapeamento tem um limite espaço-tempo e é, portanto, um exercício histórico que tem como característica registrar uma dada situação ao longo de um determinado período.

O presente estudo surgiu como desdobramento de uma série de experiências socioculturais e políticas que foram em maior ou menor grau, atuando ao mesmo tempo como fonte e como resultado. Dialeticamente, tais processos têm como precondição forjar formas de compreensão e interação no mundo, a partir de um movimento permanente entre ação e reflexão como condição para tomada de decisões.

Inicialmente, busca-se realizar uma reconstituição dos caminhos percorridos pelo pesquisador até o atual momento da pesquisa. Nessas linhas iniciais, faz-se uma exposição no item **2.(RE)CONSTITUINDO UMA TRAJETÓRIA**, dividido em dois subitens **2.1. VARIAÇÕES DE UMA HISTÓRIA: ENTRE TANTAS OUTRAS POSSÍVEIS** quando são trazidas situações que vão desde a inserção no mundo do trabalho, até os desdobramentos do primeiro contato que tive com o mundo acadêmico e, portanto, o percurso que nos trouxe até aqui. Fragmentos de uma trajetória que em maior ou menor grau, justificam o fato de estar atualmente num curso que bebe na fonte dos Movimentos Sociais, tendo o Trabalho não apenas como matriz pedagógica, mas também, condição ontológica.

Partindo desse pressuposto, optou-se por realizar uma exposição acerca dos caminhos percorridos até aqui, evidenciando as conexões entre as trajetórias de vidas de indivíduos e grupos nos mais variados espaços, suas contribuições não apenas para a presente pesquisa como também na promoção de um amadurecimento nas reflexões e posturas que possibilitaram participação em outros embates. Obviamente que não se propõe esgotar minuciosamente todo o percurso, tampouco se pode tratar tais dimensões como recortes estanques da realidade, mas sim, delimitações com vistas a explicitar situações específicas em tempos e espaços distintos.

Cumpra-nos ainda, nessa breve apresentação observar o quão grandioso desafio nos foi apresentado no exame de qualificação de curso, cujas ponderações e sugestões em muito contribuíram para os desdobramentos do presente estudo. Assim, para além do traço acabado de um mapa, compreendemos que o percurso para sua construção é de incomensurável valor e que os membros da referida banca nos provocaram a árdua tarefa de realizar uma breve contribuição para um mapeamento dos conflitos socioambientais no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Esses apontamentos são apresentados no item 2.2. *NOVAS ATERRISSAGENS: OUTRASCONEXÕES*, quando são apresentados os objetivos dessa nova fase da pesquisa, sua metodologia e desdobramentos a partir dos indicadores definidos.

Nosso escopo nesse momento é compilar algumas informações que possam contribuir para uma compreensão, ainda que superficial, das situações-problemas que tem atuado como motivação de pesquisa. Essa colcha de retalhos apresenta pistas para o entendimento das vinculações entre as vivências prévias, nossa aproximação com o Mestrado Profissional em Educação do Campo e as temáticas suscitadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e a fase atual do presente estudo.

Posteriormente, faz-se uma breve revisão de literatura no item 3. *CATEGORIAS DE ANÁLISE: REVISITANDO O PERCURSO TEÓRICO*. Vale ressaltar que nessa etapa faz-se uma exposição mais geral, apresentando as principais categorias que auxiliam em nossa interpretação acerca dos conflitos socioambientais registrados na região nos últimos anos, bem como, uma verificação da validade ou não do método de análise adotado para tal empreendimento.

Todavia, é importante registrar que uma exposição um tanto mais ampla será realizada no item 4. *PANORAMA DA REGIONALIZAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA*, quando serão apresentados elementos que auxiliam pensar criticamente sobre a constituição do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá – nosso recorte espacial, bem como, a exposição de alguns indicadores socioeconômicos e ambientais por município. Aqui, busca-se realizar uma interpretação do momento atual a partir da constituição de suas múltiplas territorialidades e conflitualidades historicamente legadas, as contradições nem sempre explícitas na história oficial e a contemporaneidade. É nessa etapa que realizamos uma breve exposição acerca dos principais conflitos socioambientais de alguns municípios do território e sempre que possível, apresentamos um detalhamento maior de alguns casos que eventualmente tenham alcançado maior notoriedade.

Por fim, registramos nossas impressões gerais. Realizamos no item 5. **CONSIDERAÇÕES** a respeito do cenário vivido por diferentes coletividades no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Nesse ponto, faz-se observações acerca de aspectos indissociáveis entre os conflitos socioambientais mapeados no território e o atual momento do capitalismo internacional, baseado numa nova fase de exploração e reestruturação produtiva, subjugando indivíduos, grupos e territórios em favor do lucro e da dominação.

2. RE-CONSTITUINDO UMA TRAJETÓRIA

Fragmentos são acionados frequentemente ao longo de nossas vidas, com vistas a reconstituir histórias; reconstituir narrativas que em maior ou menor grau contribuem para a compreensão do momento presente.

2.1. VARIAÇÕES DE UMA HISTÓRIA: ENTRE TANTAS OUTRAS POSSÍVEIS

Aqui, discorre-se sobre os processos de iniciação, ainda quando criança, na informalidade do mundo do trabalho. Desde situações pontuais, até uma vinculação mais duradoura auxiliando na formação da economia doméstica na feira de Iaçú-BA. Trato das dificuldades vividas por meus pais na luta por garantir ao filho e filhas, condições que eles não tiveram ao longo de suas trajetórias pessoais. Estudar (numa escola) era um horizonte muito distante para ambos concluindo com muita dificuldade apenas a antiga 5ª. Série. Entretanto, não mediram esforços para oferecer-nos o melhor.

Atualmente, avós da pequena Yasmin (5 anos) observam a correria de uma das filhas que, na condição de Coordenadora Pedagógica busca, ao lado de seu companheiro – representante comercial – garantir as condições necessárias para a mais nova integrante da família crescer, um filho que ora está numa cidade, ora noutra, dividindo-se entre a *Caatinga*, o *Recôncavo* e o *Vale do Jiquiriçá*, e uma terceira filha que migrou para São Paulo – refazendo os caminhos de sua família, por melhores condições de vida. Observam e, sem dizer muita coisa parecem afirmar orgulhosa e cuidadosamente o sentimento de dever cumprido.

Numa divisão que se propõe meramente ilustrativa, vale observar que a presente etapa desse estudo foi construída a partir de três subitens 2.1.1. “**PASSAGENS DE IDA E VOLTA**” onde exponho alguns pontos circunscritos entre minha trajetória ainda quando

criança, os primeiros contatos com o mundo do trabalho, algumas singularidades no que tange a migração de nordestinos ao longo da história e o desvelar de novas possibilidades a partir da Educação, 2.1.2. **“MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO MATRIZ PEDAGÓGICA”**, quando novas reflexões são amadurecidas para além das salas de aula da Universidade, uma aproximação com discussões de cunho político, na perspectiva da luta pela Educação pública e dos Movimentos Sociais legitimados por uma história de lutas e resistências e, 2.1.3. **“APROXIMAÇÕES COM O MOMENTO ATUAL DA PESQUISA”** momento em que trago mais sinteticamente alguns elementos que sinalizam para a relação entre a realidade vivida até aqui e a expectativa que temos a partir dos desdobramentos pós-banca de qualificação e os rumos daquilo que temos denominado **“CONTRIBUIÇÕES PARA UM MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JQUIRIÇÁ – BAHIA - BRASIL”** sob a orientação do Professor Luis Flávio Reis Godinho.

É importante sobressair que a divisão supra fora realizada na tentativa de tornar mais acessível à compreensão e alcançar um conjunto de detalhes importantes à conexão dos diferentes momentos. A depender de como for realizada tal exposição, o/a leitor/a poderá apreender elementos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção da perspectiva que temos acerca de questões ligadas às temáticas da Educação e do Mundo do Trabalho na contemporaneidade.

Para tanto, cabe mais uma consideração. Em razão da divisão proposta, faz-se necessário uma breve explicação, considerando que o presente trabalho apresenta na primeira parte, reflexões que vêm desde a infância até o presente momento. Assim, o item **2.1. “VARIÇÕES DE UMA HISTÓRIA: ENTRE TANTAS OUTRAS POSSÍVEIS”** parte do pressuposto de que “*Varição*” representaria – no contexto em que está inserido – um conjunto de memórias entre tantas outras possíveis ao longo da História da humanidade. Todavia, estas peculiaridades mesmo enquanto variações estão vinculadas a configurações históricas mais amplas. Entre as experiências que compartilho em relação a minha família, tais memórias são interpretadas sob a ótica das lutas de classes e, nesse sentido, tal como afirmaram Marx e Engels no Manifesto Comunista (1848) “[...] a história das sociedades até hoje tem sido, a história da luta de classes”. Essa percepção identifica indivíduos e grupos com especificidades, obviamente, mas também similaridades que atuam como motor da História das resistências.

2.1.1. PASSAGENS DE IDA E VOLTA

Nasci aos 20 dias do mês de maio, no complicado ano de 1984 em Itaberaba-BA. O cenário, por um lado fomentava o horror de uma sociedade imersa numa ditadura militar e, por outro, a resistência popular, contra um regime que atrasara o país por mais de duas décadas, submetendo as manifestações socioculturais e políticas, à censura, a interrupção de pesquisas em diversos campos do conhecimento, além de um sangrento legado, baseado na ceifa de vidas. O regime cai no ano seguinte, mas é em 1988 que o Congresso Nacional dá o grande salto político que a sociedade necessita após os chamados “*Anos de chumbo*”; é aprovada a Constituição Federal.

Nesse meio tempo, dando continuidade ao histórico processo migratório enraizado à organização geopolítica brasileira, minha família parte para o estado de São Paulo, levando na bagagem a ânsia por uma vida melhor, o que acaba por mergulhar-nos na lógica da super exploração, forçando meu pai – o Sr. Zé – a submeter-se a uma exaustiva jornada de trabalho, em dois empregos, para garantir a subsistência dos quatro (e, posteriormente, cinco) membros da família, além de suprir o *déficit* causado pelo aluguel, já que a má distribuição de renda do país, atrelada a relações classistas, características do capitalismo, não objetiva garantir o atendimento de necessidades básicas – tal como habitação – para todos/as. Minha mãe, por sua vez, – D. Lene – mantinha uma dinâmica laboral baseada na informalidade, ora com artesanato e ora, com a venda de iguarias caseiras como “geladinho” e cocada ou revenda sazonal de ovos de chocolate.

Foi assim ao longo de 9 anos, quando em setembro de 1995 a saga de mais uma família de retirantes continuou; agora era o momento de retorno às origens após sucumbirem as ilusões de vencer a vida na grande cidade. Agora, a família tinha cinco membros e um agravante, o desemprego, uma realidade concreta que implicaria num retorno de meu pai à informalidade – condição já vivida por minha mãe – e para nós uma investidura precoce ao mercado de trabalho na feira livre do município de Iaçú-BA.

Em 2001, conclui o Ensino Médio no Colégio Estadual Lauro Farani Pedreira de Freitas, além de um curso básico de computação, prestando vestibular dois anos depois, embora sem êxito. A não aprovação acabou por levar-me a sair de casa. Naquele período, migrei para a cidade de Jequié-BA, onde passo a vivenciar, sendo testemunha ocular do enrijecimento de relações laborais e produção de mais-valia em uma breve experiência de 9 meses trabalhando num ponto de apoio rodoviário local. Após minha saída, fui convidado a

fazer um teste em uma *pizzaria* da cidade, ficando por 6 meses. Nesse período, volto a sentir as marcas da precarização do trabalho, desenvolvendo minhas atividades sem quaisquer seguranças, um salário mínimo mais comissão, sem carteira assinada o que provocou o retorno à Iaçú-BA em 2005, agora, imbuído de decisões que transformariam radicalmente minha trajetória.

Em 2005, freqüente na condição de ouvinte, o curso Pré-vestibular “*Universidade Para Todos – UPT*”, no ano seguinte matriculado, chego a representar o DEDC-XIII da Universidade do Estado da Bahia – UNEB no “*Projeto Uniolimpíadas*”, cuja etapa final foi realizada na cidade de Salvador-BA, concorrendo na categoria redação. Paralelamente faço, com o auxílio da família, um Curso Técnico de Montagem e Manutenção de Micro-Computadores, passando a atuar na área como autônomo, momento em que uma nova faceta do mundo do trabalho se apresenta sob a lógica da prestação de serviços.

Nesse intervalo, passei por algumas experiências fundamentais. Em 2006, fui convidado por uma equipe do “*Talher Chapada*”, organização ligada ao *Programa Fome Zero* do então Governo Federal, a visitar comunidades rurais em situação de acampamento, aguardando parecer do INCRA. Assim, se o primeiro contato com a realidade campesina, ainda no Ensino Médio, não fomentou maiores inquietações dada a imaturidade e carência de uma leitura crítica, isso passaria a mudar a partir daquele momento. As lutas pela terra no Brasil, deixaram de ter um caráter meramente jornalístico ou histórico, para assumir uma dimensão que também é política e econômica.

No mesmo ano (2006), fui contemplado através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – com uma bolsa integral para o curso tecnológico de Administração de Pequenas e Médias Empresas, pela União Norte do Paraná – UNOPAR. Ainda em 2006, começo a trabalhar como Servidor Público Municipal, no cargo de porteiro da Escola Municipal da Cerâmica, no regime de Contrato Temporário, renovado no ano posterior, mesmo ano em que entro no Curso de Pedagogia do DEDC-XIII da UNEB.

Se por um lado a aproximação com teóricos da Administração Clássica contribuiu para a compreensão dos alicerces da sociedade capitalistas, por outro, no Curso de Pedagogia tal compreensão passou a ser mais ampla. A partir dali houve acréscimos determinantes nessa trajetória, sendo provocado a pensar criticamente os conceitos que me foram apresentados.

Em meados de 2009, fui afastado do quadro da Unidade Escolar citada em decorrência de conflitos políticos, sendo encaminhado à Secretaria Municipal de Educação onde desenvolvi atividades de digitação até o ano de 2012. No mesmo ano, após participação em

ato convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, em defesa da Educação além de corte salarial fui “remanejado” à Escola Municipal Prof. Rômulo Galvão de Carvalho para assumir a função de porteiro. No ano seguinte, novamente sou transferido dessa instituição, em decorrência de conflitos na oportunidade de realização de uma Eleição para Colegiado Escolar, quando fiz oposição ao grupo gestor da escola, denunciando desvios fundamentais contra a lisura do processo democrático.

2.1.2. MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO MATRIZ PEDAGÓGICA

Em 2009, participo da reativação do D.A. de Pedagogia do DEDC-XIII, (há 5 anos inativo) organismo político cujas lutas encampadas dentro e fora da Universidade favoreceram a abertura de novos horizontes de atuação e intervenção político-pedagógica compreendendo que Educação se configura numa construção social, não podendo dessa forma, ser reduzida aos espaços formais.

Nesse período participo de discussões mais profundas, dialogando com trabalhadores/as, estudantes, professores/as de comunidades rurais que expunham suas dificuldades em atuar no campo. Nesse período, busquei relacionar as temáticas dos componentes curriculares “*Economia, Trabalho e Educação*” e “*Educação Socioambiental*” – recorte que mantenho atualmente no curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo. Diferentes espaços contribuíram para ampliação dessas reflexões. Em 2009, participei de um encontro com o Movimento Estudantil Popular Revolucionário – MEPR, quando conheci uma *área revolucionária*, nome dado às áreas ocupadas para reforma agrária por membros da Liga dos Camponeses Pobres – LCP – em Lagoa dos Gatos-PE.

Em 2010, participei do Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia – ENEPe – em Brasília-DF, onde, aos 22 de julho foi realizado um ato público com o tema: “*Contra a criminalização dos movimentos sociais populares*”, bem como, as demais bandeiras de luta em defesa da educação. Essa foi uma das mais importantes experiências vividas, trilhando a continuidade do estudo das questões observadas, que, por sua vez, foram base para o desenvolvimento do TCC de Pedagogia onde reflito *sobre a necessidade* novas posturas pedagógicas em sociedade no artigo: “*O papel do pedagogo como mediador de uma educação para além do mercado de trabalho*”.

As experiências dos espaços acadêmicos e, para além deles, são fundamentais para uma compreensão das relações estabelecidas historicamente entre Capital e Trabalho.

Sobremaneira, pensar ambas as dimensões, implica denunciar como o modo de produção capitalista tem orientado formas de interação socioambiental baseada no esgotamento das condições ecológicas e reprodução da vida, paralelo a processos de espoliação das forças produtivas, gerando múltiplas conflitualidades.

2.1.3. APROXIMAÇÕES COM O MOMENTO ATUAL DA PESQUISA

Entre os anos de 2013 e 2016, participei do Curso de Atualização e posteriormente, o de Especialização em Educação Ambiental, promovido em parceria entre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, entre outras instituições do país.

Muito embora, algumas dificuldades tenham sido re-encontradas por se tratar de um curso na modalidade à distância, tal qual minha primeira graduação (Administração), foi uma oportunidade ímpar de amadurecer algumas reflexões, buscando para além das referências indicadas pela tutoria do mesmo, elementos para uma crítica às velhas formas de organização produtiva ainda presentes sob a forma da super exploração da natureza e, por conseguinte, o esgotamento das fontes de reprodução da vida no planeta, engendradas no consumismo capitalista.

No curso de Administração foi possível perceber uma fiel omissão em relação à questões socioambientais. Isso foi observado tanto da grade curricular, quanto dos espaços de discussão (ambos, por sinal, reduzidos em sua maioria a própria sala de aula, sobretudo por se tratar de um curso em modalidade à distância). Fatalmente não havia entre as disciplinas elencadas, qualquer preocupação em discutir a questões emergentes do cenário socioambiental. Os componentes curriculares estavam pautados na busca por formas cada vez mais “d-eficientes” de super explorar os recursos naturais em função de um modo de produção predatório, o que acaba apresentando pistas para pensar as razões dessa “omissão”.

Essas inquietudes acompanhavam-me e, efetivamente contribuíram para a construção do devir, consolidando leituras e visões de mundo, bem como, superando conceitos e preconceitos à partir da miscelânea de reflexões em outros espaços que pude vivenciar a exemplo de acampamento de camponeses, encontros estudantis, congressos, simpósios, fóruns, seminários, entre outros.

Ao longo dos anos de 2014 e 2016 atuei como Coordenador Pedagógico em três escolas do campo, no município de Ubaíra. Naquele período, foi possível perceber a

dificuldade que aquelas escolas tinham em trazer para seu cotidiano, elementos referentes à sua realidade local. Paralelo a isso, uma ausência ou pouca atuação de coletivos com vistas à defesa de um uso equilibrado dos recursos naturais. Aos poucos, fui aproximando-me das problemáticas socioambientais relacionadas à Cachoeira dos Prazeres, situada entre Ubaíra e o município de Jiquiriçá.

Ao longo do curso de Especialização em Educação Ambiental, realizei algumas reflexões no texto monográfico intitulado “*Impactos da interdição da Cachoeira dos Prazeres nas relações de trabalho e o papel da Educação Ambiental.*”. No referido curso, questões acerca das transformações ocorridas em função da interdição, particularmente, as mudanças no mundo do trabalho, levaram-me a pesquisar tais processos. Entretanto, o estudo por ora realizado em função de sua própria natureza não possibilitou maiores investigações, o que fez com que algumas inquietações se mantivessem.

2.2. NOVAS ATERRISSAGENS: OUTRAS CONEXÕES

“A história dos povos está atravessada pela viagem, como realidade ou metáfora.”

(Octávio Ianni, 2003).

Toda viagem implica um conjunto de movimentos. Nesse conjunto, sair do lugar é prática intrínseca. Ainda que não se trate da saída de corpos físicos, uma viagem sugere sair do lugar, seja concreta ou metaforicamente. Por sua vez, sair do lugar não necessariamente tem a ver com uma das leis da física *newtoniana*. Se por um lado, a Lei da inércia afirma que, um corpo em repouso tende a permanecer parado até que uma força provoque um movimento “tirando-o do lugar”. Sair do lugar no sentido aqui aplicado significa deixar-se levar pelas maravilhas da investigação, sair de uma zona de conforto onde tudo parece estar consolidado, para imergir num emaranhado de possibilidades que lhe são estranhas.

No percurso de construções vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, muitas foram as contribuições de diferentes sujeitos. Numa das oportunidades de colaboração, após um cuidadoso exame de conteúdo, sugeriu-se uma possível ampliação do *locus* de estudo que, em comum acordo com meu orientador, Professor Luis Flávio Godinho a sugestão foi acatada. Se no início se tinha como objetivo realizar uma investigação mais localizada, com recorte em apenas em um município, a partir daquele momento a proposta seria realizar um mapeamento dos Conflitos Socioambientais no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Ao se assumir tamanho desafio, adotou-se como objetivos:

2.2.1. OBJETIVO GERAL

- Contribuir com um mapeamento dos conflitos socioambientais no Vale do Jiquiriçá, a partir da apresentação de algumas situações-problemas que têm levantado uma série de debates e enfrentamentos no campo e na cidade do referido Território de Identidade.

2.2.1.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar conflitos socioambientais de alguns municípios do território;
- Identificar contradições da narrativa oficial a partir de questões socioambientais;
- Sistematizar a ocorrência de conflitos no território por meio de um mapa;
- Subsidiar estudos para um mapeamento mais amplo dos conflitos socioambientais.

2.2.2. ITINERÁRIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O presente estudo é resultado de uma investigação que temos realizado no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação do Campo. Por se tratar de um estudo de natureza qualitativa, foi fundamental lançar mão de diferentes instrumentos de coleta de dados. Assim, utilizou-se a entrevista semiestruturada (procedendo-se ao final, com a substituição dos nomes de todos(as) os(as) interlocutores(as) de modo a preservar suas identidades), análise de documentos oficiais, fotografias, peças processuais, notícias jornalísticas, dentre outras ferramentas.

Após a verificação dos dados coletados, optou-se pela aglutinação dos mesmos num mapa temático. Acredita-se que, mesmo que o instrumento não tenha sido construído a partir de informações georeferenciadas, existem outras potencialidades a serem exploradas em um mapa de natureza ilustrativa. A intenção, para tanto, não se esgota no mero deleite decorativo, mas sim, fomentar estudos que dialoguem com a realidade local e que tenham condições de garantir a confecção de ferramentas de apoio pedagógico aos profissionais da Educação, se assim o decidirem. Desse modo, não apenas representar algumas das dimensões de conflitualidade encontradas no Vale do Jiquiriçá, como também, atuar como instrumento de apoio didático-pedagógico.

2.2.2.1. Procedimentos: entre pousos e decolagens

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório, no qual se tem como base situações de conflitualidades no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Trata-se de uma problemática de grande relevância social, por estabelecer uma aproximação entre as inquietações das populações do Vale do Jiquiriçá e a Universidade, além de uma

relevância acadêmica, oferecendo uma contribuição suplementar aos estudos já realizados pela instituição até aqui.

Para tanto, foram utilizados diferentes instrumentos na fase de coleta de informações: entrevista, análise documental, estudo de peças processuais, fotografias, boletins temáticos, revisão de literatura sobre o tema, recursos audiovisuais, dentre outros. Nessa etapa, se faz uma breve exposição dos caminhos percorridos e dos procedimentos metodológicos adotados para a construção do presente estudo.

2.2.2.2. Ponto de partida: o recorte geográfico e temporal

Enquanto recorte geográfico, a opção pelo Território de Identidade se deu a partir de provocações realizadas numa outra etapa da pesquisa, quando se lançou a proposta de extensão do estudo em curso. Naquela ocasião, discutiam-se as possíveis razões e os desdobramentos de uma situação específica, delimitada em um município específico do TI.

Na medida em que a sugestão foi acatada, houve um realinhamento da pesquisa, com vistas a dar conta de outras situações de conflitos socioambientais identificadas. Para tanto, foi fundamental definir um recorte temporal.

No início se pensou em aproximadamente 20 anos, tendo como ponto de partida o ano de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000), já que existem Unidades de Conservação na área em estudo. Entretanto, em comum acordo com nosso orientador, Professor Luis Flávio, optou-se por diminuir o recorte temporal, na medida em que a identificação dos casos vinha se ampliando.

Outro fator que levou a essa diminuição foi o pouco tempo que se dispunha. Paralelo a isso, a necessidade de apresentação de evidências seguras levou ao cruzamento de diferentes fontes, com o intuito de validar as informações coletadas. Esse movimento, nem sempre se realizou na velocidade e dinâmicas necessárias para o pouco tempo que se tinha até a exposição dos dados por ora apresentados.

Isso posto justifica-se o realinhamento da pesquisa, cujo escopo e resultados por ora compartilhados visaram atender objetivos surgidos ao longo do percurso. As mudanças realizadas evidenciam uma preocupação com a exequibilidade daquilo que se propunha realizar, qual seja uma *Contribuição para um mapeamento dos Conflitos Socioambientais no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá*.

Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratória cuja relevância perpassa a pelo menos duas dimensões: a relevância social, considerando a importância tanto do registro, como da catalogação de situações que tem gerado algum tipo de disputa territorial. Estas, nem sempre têm o devido tratamento no plano das narrativas hegemônicas e, nesse sentido, o presente estudo atua também como campo de reverberação de vozes historicamente silenciadas naquele território. Isso se dá em função de diferentes projetos de sociedade, dispostos em disputas por territorialidades (FERNANDES, s.d.) inserindo indivíduos e coletividades numa espécie de panela de pressão, prestes a explodir em conflitualidades. Outra dimensão em que o presente estudo atua com grande relevância é a acadêmica. A organização de informações que possam dar conta da realidade local em suas múltiplas territorialidades, conflitualidades e contradições é fundamental para se construir um olhar não apenas sobre a política de regionalização do estado da Bahia, como também, os impactos dessa regionalização nas dinâmicas internas dos territórios. Para tanto, a disposição de informações variadas acerca das problemáticas que emergem nos municípios do TI servirão de base para outros estudos, com vistas ao aprofundamento das questões ou mesmo, a refuta das narrativas aqui apresentadas.

Ao se lançar no mar da pesquisa é fundamental compreender que os ventos mudam e que a direção que se pretende tomar é sempre uma decisão histórica. Partindo desse pressuposto, assume-se como principal leme o materialismo histórico enquanto opção metodológica; coerente a nosso ver, com as possíveis mudanças que a própria história há de impor diante das dúvidas, curiosidades e a recusa a uma narrativa fadada ao determinismo.

2.2.2.3. Sobre os indicadores: placas de sinalização

Na definição dos indicadores, utilizou-se como modelo um conjunto de 10 itens, tomado de empréstimo do *Projeto Mapeamento dos Conflitos Socioambientais de Mato Grosso*, vinculado ao Grupo Pesquisador em Educação Ambiental – GPEA da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Naquela publicação, faz-se o registro de situações identificadas naquele estado, tendo como parâmetro situações ligadas à: **1. Desmatamento**, **2. Disputa por água**, **3. Disputa por terra**, **4. Extração ilegal de minérios**¹, **5. Queimadas**, **6.**

¹No presente estudo, após se perceber a insuficiência do indicador em questão, optou-se por incluir a *posteriori* notas de investigação sobre os processos de exploração de minério, ainda que legalizado. Isso se deu por entender que, não é o fato de determinado empreendimento ou processo social ser legalizado que determina se sua realização implica ou não, algum grau de impacto negativo às condições socioambientais.

*Trabalho escravo*², 7. *Uso abusivo de agrotóxico*, 8. *Ameaça de morte*³, 9. *Tráfico de animais silvestres* e 10. *Maus tratos de animais*.

No presente estudo, embora se tenha utilizado como ponto de apoio os indicadores mencionados, iniciamos nossos diálogos a partir de conversas informais, com vistas a identificar como algumas pessoas de determinadas localidades interpretavam suas realidades. Em várias situações dialógicas, pôde-se perceber que algumas situações ligadas a alguns dos indicadores adotados não surgiam enquanto preocupação ou mesmo, enquanto problema socioambiental. Ao passo que outros, mesmo não estando no quadro-recorte, apareceram em alguns discursos como é o caso da problemática do destino dado pelo Poder Público aos resíduos sólidos.

Num segundo momento, ao serem provocadas por meio de questionamentos e apresentação dos indicadores algumas dessas pessoas traziam informações a respeito das problemáticas. Essas primeiras impressões sinalizaram para uma reflexão acerca dos conceitos que se tem lançado mão no dia a dia por indivíduos e grupos, ONGs e Universidades, Instituições Públicas e Privadas no que tange a linguagem que constitui a chamada *questão socioambiental*.

Nesse sentido é indispensável endossar a perspectiva de (ALONSO & COSTA, 2000) ao sugerirem uma *Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. Como desdobramento daquela proposição, entende-se que é fundamental discutir em que medida a linguagem utilizada tem auxiliado sujeitos e Movimentos Sociais a perceberem processos de espoliação de uma forma sistemática? Por que razão sujeitos envolvidos em situações conflitantes, nem sempre se percebem imersos nesses conflitos? Como as narrativas sobre disputas socioambientais têm auxiliado na identificação de determinados conflitos e na ocultação de outros, enquadrando-os como partes de outras formas de violência?

Certamente que estas e outras questões possíveis e seus eventuais desdobramentos terão um melhor tratamento numa investigação futura, com enfoque e delimitação específica. Mas, arrisca-se dizer que as narrativas sobre conflitualidades são resultantes de jogos de poder

²Ao realizar adaptação do indicador, utiliza-se a nomenclatura “escravizado” em substituição a “escravo” em função da não problematização do termo, naturalizando a violência da escravatura como uma condição dada e não forjada a partir das relações sociais e, nesse caso, a partir de um processo de alienação do trabalho vinculado a condição de espoliação do(a) trabalhador(a).

³Dada a imprecisão desse indicador, não foi possível identificar muitas situações que pudessem ser incluídas no quadro sob essa definição. Em todas as oportunidades em que o instrumento foi utilizado houve a necessidade de complementação e contextualização para que o indicador pudesse ser melhor compreendido pelas pessoas consultadas, quando estas eram questionadas a esse respeito. Apenas um interlocutor afirmou ter sofrido ameaças em função da atividade exercida. Chama-se a atenção, entretanto, para a possibilidade de subnotificação.

que atuam também, no campo da linguagem e têm como principal agente de reverberação, os instrumentos de comunicação tradicionais, fortemente engajados em ocultar as contradições denunciadas pela dialética.

Assim, alguns desses conflitos não seriam interpretados a partir da dialética, problematizando as contradições. As conflitualidades seriam interpretadas sob a ótica de uma tensão entre indivíduos, estimuladas por pulsões psicoemocionais ou instintos determinados por uma espécie de competição natural, eximindo o papel histórico das instituições e suas responsabilidades em torno da Educação e da Cultura. Para esses últimos, haveria uma larga vantagem de uma suposta natureza instintiva humana (SMITH, 1988) sobre as decisões socialmente aceitas num determinado contexto histórico.

Como uma das características da super estrutura no capitalismo é a defesa da propriedade privada⁴ ocultam-se das narrativas dominantes, as contradições que geram conflitualidades em disputas territoriais.

No caso em estudo, seria fundamental compreender o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá na perspectiva de um rearranjo de natureza geopolítica que extrapolam os limites espaciais. Muitas das situações identificadas indicam o fenômeno da transterritorialidade definido por Bernardo Mançano como:

Transterritórios são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança, há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. Essas conflitualidades geram territorialidades de dominação, como estudado por Ceceña (2007), e territorialidades de resistência, como estudados em Fernandes (2008d). (FERNANDES, s.d. p. 3-4).

Seria, pois, indispensável percorrer o campo de construção e intencionalidades assumidas nos processos de regionalização do/no estado.

Compreender as relações geopolíticas vividas no Vale do Jiquiriçá, seguramente apresenta condições para refletir acerca de questões candentes na contemporaneidade, a partir de elementos ligados às territorialidades, evidenciando como as conflitualidades locais

⁴Há entre defensores da propriedade privada, uma grande influência do pensamento político forjado nas chamadas revoluções burguesas. Entre alguns autores da chamada escola *contratualista*, essa defesa se daria pela crença em um suposto *direito natural*, resquícios de formas *jusnaturalistas* de concepção do Estado e da propriedade.

dialogam com interesses macroeconômicos. Um exemplo, nesse sentido é o conceito de *racismo ambiental* que embora não seja objeto do presente estudo, deve ser entendido como o esforço de uma percepção de territorialidades como resultado de jogos e disputas de poder com intenções de apropriação ou expropriação de áreas tradicionalmente ocupadas por povos marginalizados pelo colonialismo.

Por fim, tendo diagnosticado novos possíveis indicadores, logo no início da coleta de dados optou-se pela inclusão do campo “Outros”, para que fossem acrescentadas situações de conflitos socioambientais não indicadas no quadro previamente organizado. Vale ressaltar que a organização do referido quadro de indicadores (*Apêndice I*) teve a intenção de delinear um quadro analítico que pudesse atuar não como um roteiro fixo, engessado, mas como pistas investigativas, ponto de intersecção entre as fontes documentais e experiências vividas pelo pesquisador até aquela data e as possíveis contribuições das pessoas que se dispusessem a colaborar com o mapeamento proposto.

Além desse quadro, organizou-se uma Tabela vazada (*Apêndice II*), com 11 colunas e 20 linhas: as colunas, remetendo a cada um dos 10 indicadores; quanto à 11^a. foi incluída para eventuais acréscimos de itens não previstos. Em relação às linhas, foram distribuídas em letras de A à U, aludindo a cada um dos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, quais sejam: **A. Amargosa, B. Brejões, C. Cravolândia, D. Elísio Medrado, E. Irajuba, F. Itaquara, G. Itiruçu, H. Jaguaquara, I. Jiquiriçá, J. Lafaiete Coutinho, K. Laje, L. Lajedo do Tabocal, M. Maracás, N. Milagres, O. Mutuípe, P. Nova Itarana, Q. Planaltino, R. Santa Inês, S. São Miguel das Matas e T. Ubaíra.**

2.2.2.4. Sobre a entrevista⁵

Um recurso já consolidado e que, com o avanço das novas tecnologias tem se firmado cada vez mais no campo das investigações em diversas áreas do conhecimento é a entrevista. Um dos mais antigos instrumentos e ao mesmo tempo, um dos que alcança maior maleabilidade, sobretudo quando se assume uma perspectiva de ferramenta semiestruturada como foi no presente estudo. As questões propostas, atuaram como um roteiro temático, sem necessariamente limitar as possibilidades dialógicas estabelecidas.

⁵Reafirma-se que todos(as)os(as) coparticipantes do presente estudo tiveram seus nomes reais substituídos por nomes fictícios, com vistas a preservar suas identidades.

Analisar a percepção de pessoas envolvidas em processos de conflitualidade, bem como, aquelas não ligadas diretamente aos casos tem sido muito enriquecedor, na medida que possibilita olhares imbricados e olhares distanciados. Em ambos os casos, as contribuições são válidas na tentativa de compreender as diferentes dimensões dos conflitos.

A entrevista semiestruturada possibilita extrapolar a superfície das narrativas, levando a uma análise de discursos a partir da montagem de um quadro analítico mais amplo. Havendo necessidade, dentro do recorte definido, ela permite realizar novas questões, com vistas a esmiuçar as narrativas em busca de pistas ou detalhes que podem indicar novos desdobramentos para a pesquisa.

Amado (1995) discorrendo acerca da relação indissociável entre História e Memória na construção da narrativa historiográfica alerta para a necessidade de se ter cuidado no trato das informações trazidas por interlocutores em situações de entrevistas. Vale observar ainda que, esse cuidado pode ser renovado sempre que uma situação de conflitualidade for identificada, já que outros marcadores de natureza simbólica podem ser acionados. Para essa autora, as narrativas articulam “[...] alguns elementos, como: quem narra, o que narra, por que narra, como narra, para quem narra, quando narra... As formas - quase infinitas - de articulação entre esses elementos resultam do uso de códigos culturais [...]” (AMADO, 1995, 133).

Em se tratando da entrevista, dos usos e potencialidades dessa importante ferramenta de coleta preliminar – embora não seja a única – Janaína Amado faz a seguinte consideração:

Penso que entrevistas podem e devem ser utilizadas por historiadores como fontes de informação. Tratadas como qualquer documento histórico, submetidas a contraprovas e análises, fornecem pistas e informações preciosas, muitas inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo. Pesquisas baseadas em fontes orais, publicadas nos últimos anos, têm demonstrado a importância das fontes orais para a reconstituição de acontecimentos do passado recente. (AMADO, 1995, 134-135).

Uma análise do discurso possibilita imergir numa miscelânea de situações cotidianas, acionando narrativas compartilhadas por aqueles/as que as experimentaram ou simplesmente – o que não é menor – estão acionando elementos da Memória coletiva, difundidos socialmente. Assim, importantes pistas de caráter simbólico são acionadas para a construção de uma narrativa. Compreender como operam tais símbolos e signos nos processos de

reconstituição histórica por meio das narrativas compartilhadas em entrevistas contribui para a ampliação das possibilidades de compreensão da própria realidade. Para Orlandi (2007),

[...] a construção de um dispositivo da interpretação [...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2007, p. 59).

A análise do discurso possibilita uma relação entre interlocutores, a partir do compartilhamento de mensagens carregadas de simbologias, sentidos e significados nem sempre explicitados ao sujeito pesquisador. Mas esse conjunto de possíveis desdobramentos pode ter diversos tratamentos, inclusive, serem descartados a depender das intenções deste. Sobre esse aspecto Janaína Amado (1995) chama a atenção para importância de

[...] concepções de história que relacionam a vivência e as memórias de um ser humano com o tempo em que viveu, com os tempos anteriores a ele e com o futuro; concepções que associam, em vários níveis e de vários modos, real e simbólico, história e memória, memória e imaginação, tradição e invenção, ficção e história. (AMADO, 1995, 135).

Vale considerar, todavia, que esse movimento epistemológico carece de cautela, já que não são os discursos que embasam a realidade, mas a realidade que sustenta tais discursos. Do contrário, o que estaria sendo construído seria uma representação sobre a representação da realidade. O próprio Marx, fez uma importante consideração a respeito da relação discurso-realidade, quando na *Ideologia Alemã* afirmou que “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX, 2007, p. 94) e portanto, os discursos e narrativas são forjados pela realidade.

2.2.2.5. Sobre fontes documentais

Pouco a pouco as viagens vão revelando a necessidade de construção de pontos de apoio, referenciais de partida e de chegada, ancoradouros, atracar em portos seguros e depois, seguir adiante. Porém, nem sempre existirão respostas prontas para cada uma das buscas que se pretende consolidar.

Todo itinerário é de fácil compreensão quando já se conhece todo ou em parte os caminhos que o compõem. Para isso, não se pode perder de vista a noção de processo. A viagem é sempre uma construção condicionada ao tempo e às experiências históricas estabelecidas social e culturalmente. Ao falar de Marcel Mauss, Octávio Ianni (2003) afirma que o mesmo teria depois

[...] de uma longa viagem, atravessando tribos, clãs, nações, nacionalidades, culturas e civilizações [...] alcançado um entendimento novo e límpido sobre a morfologia e a dinâmica da realidade. Descortinado outras possibilidades para o pensamento, para a inteligência do todo social. Ultrapassa o que é dado empiricamente, surpreende o que está escondido na realidade e desvenda as articulações e os movimentos que conferem significado às atividades e às intenções, às práticas e às ilusões dos indivíduos e coletividades. (IANNI, 2003, p. 17 *com grifos*).

Um itinerário é construído a partir das pistas deixadas por outros/as viajantes; isso implica dizer que, algumas viagens serão rumo ao desconhecido, só posteriormente é que será possível registrar os caminhos percorridos, com vistas a auxiliar novos trânsitos. Entre as múltiplas contribuições acumuladas historicamente no que se refere às notas explicativas sobre os conflitos socioambientais no Brasil, algumas fontes atuam como porto seguro de viajantes que se aventuram em diferentes áreas do conhecimento.

Um dos primeiros e, certamente, um dos principais acervos históricos no que tange a situações de conflitualidade, sobretudo, tensões no campo brasileiro está sob a organização da Comissão Pastoral da Terra – CPT. A organização, desde a década de 1970 vem aprimorando metodologias de documentação e registro desses conflitos, de modo que já naqueles anos

[...] promoveu uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e a violência que afetavam os trabalhadores e suas comunidades. Os dados desta pesquisa incluíam até dezembro de 1982, sendo sistematizados e publicados, em 1983, no livro CPT: Pastoral e Compromisso, uma co-edição Editora Vozes/CPT. A partir de então, a

CPT continuou a registrar sistematicamente os dados que eram publicados em seu Boletim. Em 1985 começou a publicar um relatório anual intitulado Conflitos no Campo Brasil, com os registros das ocorrências de conflito e de violência sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra. (CPT, 2016, p. 12).

É importante observar que o presente estudo tem nesse trabalho realizado pela Comissão, grande inspiração, já que o mesmo se baseia na catalogação de conflitualidades, histórias e memórias de sujeitos e grupos, além de apresentar um significativo banco de dados documentais. Não foi possível encontrar registros específicos acerca do TI Vale do Jiquiriçá. Esse desafio nos foi apresentado no percurso do Mestrado em Educação do Campo, quando nossa breve caminhada em pesquisas nessa tão delicada área se encontrava sob um criterioso e enriquecedor exame.

É importante destacar que o processo de inserção e correção dos conflitos no campo é contínuo. Entre outras dimensões, isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o Centro de Documentação da CPT não teve conhecimento na época do fato. (CPT, 2016, p. 14).

Do mesmo modo, reafirmamos a noção de que o que está sendo proposto com o presente trabalho é uma singela contribuição para um mapeamento dos conflitos socioambientais do TI Vale do Jiquiriçá. Assumindo também a característica de um *continuum* em sua construção, compreendemos as limitações de sua temporalidade enquanto fonte para futuras investigações.

Obviamente que não se trata de uma temporalidade meramente numérica, que percorre vários anos simplesmente para narrar uma História – embora, por si só isso já seja muito significativo. Trata-se de uma temporalidade que não se pretende finda, posto que novos fatos, documentos e discursos podem ser incluídos na trama de um conjunto de territorialidades em disputa e, portanto, de conflitualidades com distintas narrativas possíveis a depender dos interesses em jogo.

No afã de compilar a maior variedade possível de registros, fragmentos de histórias, recortes de uma determinada realidade, contada a partir de determinados pontos de vistas, a pesquisa ganha novos elementos, de modo que o campo acaba por exigir diferentes posturas. Esse exercício de verificação permanente, sugere pensar que um conjunto de situações e

necessidades emergentes de um determinado contexto, carece de um cuidado metodológico que compreenda os limites e possibilidades de uma determinada perspectiva teórica.

Tais exigências indicam a necessidade de um constante cuidado no tratamento das informações a que se tem acesso, bem como, a emergência de um olhar cauteloso na identificação das possíveis circunstâncias de produção dessas informações. É importante considerar que a realidade se impõe, sinaliza caminhos para a pesquisa; ainda que no trajeto quem caminha, necessite lançar mão de algumas impressões ou hipóteses se for o caso; algumas destas, encontrando pouca ou nenhuma base, são superadas ao longo da caminhada.

Para a realização do presente estudo, foi fundamental lançar mão de um conjunto mais ou menos próximo de perspectivas teóricas, conceituais ou mesmo metodológicas, embora cada um dos constructos acionados reúna particularidades. Godinho (2010, p. 16) questiona em que medida “[...] a forma como o objeto é constituído revela um olhar sobre o tema? Examinando o referencial teórico, as fontes coletadas e as estratégias metodológicas empregadas.”. Nesse sentido, as opções teórico-metodológicas aqui assumidas têm muito a revelar em relação aos olhares e perspectivas de mundo daqueles e daquelas que, em maior ou menor grau contribuíram para a construção do relato por ora socializado.

O que se propõe no presente estudo é uma interpretação – entre tantas outras possíveis – acerca de questões candentes entre territorialidades em disputa, bem como, as conflitualidades narrativas e narrativas de conflitualidade que circundam a legitimação de uma determinada territorialidade. Destarte, o que se pretende é o registro de uma leitura sobre realidades produzidas e produtoras de relações dialéticas e contraditórias.

A construção de um ponto de vista sobre a realidade está intimamente vinculada a recortes e motivações específicos. Mas, a própria idéia de construção afugenta toda e qualquer proposição de uma realidade dada, como uma determinação imanente. Isso que implica dizer que as “[...] imposições advindas dos dados e fontes coletadas” (GODINHO, 2010, p. 17) sugeriram transitar por campos e estudos distintos, na tentativa de apresentar um conjunto de situações cujas possíveis explicações não se esgotam numa narrativa única; o que negaria a própria dialética.

Vale observar que ao lançar mão do Materialismo Histórico-dialético, com vistas à problematizar relações socioeconômicas e culturais vividas num determinado lugar, em certa medida valida e reconhece as contribuições das teses defendidas por pensadores e pensadoras dessa perspectiva ainda hoje. Mas também, por entender que entre as situações vividas atualmente no recorte geográfico em estudo tem como características: 1º O caráter histórico

das relações estabelecidas no TI Vale do Jiquiriçá; 2º As múltiplas contradições percebidas nessas mesmas relações históricas; 3º Aspectos da colonialidade alicerçando essas contradições, por meio da fragmentação dos sujeitos através da divisão de classes vinculada a um racismo estrutural.

Ao lançar mão do Materialismo Histórico-dialético, interpreta-se um conjunto de fenômenos vividos por sujeitos e coletividades no TI. Desse modo, os múltiplos condicionamentos socioeconômicos, políticos, culturais, históricos têm levado o sistema capitalista a construção de novas formas de reestruturação produtiva. Dentre um conjunto de situações vividas no recorte geográfico em estudo, destacam-se algumas características que nos auxiliam a refletir sobre o local, a saber: 1º O caráter histórico das relações estabelecidas no TI Vale do Jiquiriçá; 2º As múltiplas contradições percebidas nessas mesmas relações históricas; 3º Aspectos da colonialidade alicerçando essas contradições, por meio da fragmentação dos sujeitos através da divisão de classes vinculada a um racismo estrutural.

Assumir essa opção teórico-metodológica não significa dizer que suas formulações tenham condições plenas para dar conta dos mais variados desafios da contemporaneidade. Em verdade, uma leitura dogmática do pensamento marxiano, muito provavelmente cairia na armadilha de negar o próprio método cunhado pelo autor em condições e limites históricos muito específicos, mas não superados objetivamente.

Por outro lado, na medida em que as condições objetivas produzidas pelas relações historicamente delimitadas e legadas pelas estruturas de poder e lutas contra hegemônicas em torno delas, negar as contribuições marxianas seria perigoso num momento de agudização das desigualdades sociais. A classe continua sendo um parâmetro de análise sociológica, de modo que, atualmente tem alcançado níveis de polarização e acirramento profundos; negar sua permanência coloca em risco algumas conquistas dos Movimentos Sociais progressistas nos séculos precedentes.

Todavia, embora a classe social continue sendo um dos pilares centrais do capitalismo é fundamental compreender as diferentes manifestações de opressão. Nesse contexto, os chamados Novos Movimentos Sociais, têm revelado a necessidade de se pensar as intersecções. Desigualdades raciais, de gênero, conflitos em torno da religião, da sexualidade, da origem geográfica, por acesso a bens naturais (e culturais) a espoliação de territórios ribeirinhos, dentre outros, ao mesmo tempo em que tem apresentado de modo muito profícuo uma importante agenda de identidades, tem também, promovido tensões entre indivíduos e grupos de perspectivas – ainda que progressistas – em trincheiras distantes ou em alguns

casos, opostas. O desafio de alinhar a máxima da unidade na diversidade continua sendo fundamental na luta contra as diversas formas de opressão.

A categoria *classe social* no bojo do materialismo histórico-dialético atua como uma das principais. Sua permanência revela além do caráter objetivo da segregação capitalista, a formação de uma mentalidade histórica fragmentada, espoliada, educada para a não percepção das diversas formas de opressão. Essa relação entre formação subjetiva e conformação objetiva às determinadas relações de poder é o elemento que produz a mesma realidade concreta, forjada a partir das forças dominantes, como um movimento cíclico de poder de uns sobre outros. Obviamente que nessa trama intrincada de relações há, também, resistência e produção de outras subjetividades.

O que se enseja, entretanto, é que mesmo atuando sob determinadas perspectivas, cada indivíduo ou grupo caminhe na direção de pautas progressistas. Que um elemento unificador seja o combate às diferentes formas de opressão e, portanto, a luta por uma unificação emancipatória esteja no horizonte e, ainda que assuma características e bandeiras múltiplas não se distanciem da totalidade enquanto projetos de emancipação.

De acordo com Costa (2017, p. 21),

O método dialético não é um método apenas lógico ou de pensamento. Ele envolve não somente a apreensão da esfera de consciência social dos sujeitos históricos, mas também comporta e assume o engajamento político dos indivíduos. Sem dúvida, ele é um método reflexivo por excelência. Não só produz conhecimento, mas conhecimento ativo capaz de sensibilizar corações e mentes.

É nessa lógica que *acumulação primitiva*, se constitui basilar para o entendimento do colonialismo enquanto invasão territorial, assim como, *fratura sociometabólica*, alicerçando um caráter predatório na relação sociedade-natureza o que endossa as teses sobre a atualidade de Marx. Para essa discussão, toma-se como referência as contribuições de (MARX; ENGELS, 1848, 2006, 2007, 2008; MÈSZÁROS, 2011; FOSTER, 2011. *et all*).

Ao longo das investigações realizadas, foi possível perceber outros aspectos que auxiliam no entendimento dos percursos progressos que constituíram o TI Vale do Jiquiriçá e suas conexões com a atualidade. Nesse contexto, são de grande relevância as contribuições de (FERNANDES, 2012; SMITH, 1988) provocando reflexões acerca dos processos de produção da natureza enquanto instrumento de consumo, as *conflitualidades* apresentadas ao longo

desses processos e a constituição de novas *territorialidades* a partir das fricções e disputas de interesses dos mais variados.

Do ponto de vista das fontes consultadas, houve uma miscelânea de contribuições, quando foi possível fazer conexões entre linguagens aparentemente distantes, com vistas a construir um entendimento das questões arroladas. Uma dessas fontes foi, sem dúvida, a existência de documentos históricos que em grande medida favoreceram o presente estudo.

Embora seja evidente que a prática da pesquisa, dia após dia, é o melhor caminho para o aprendizado, algumas observações poderão contribuir para um iniciar menos angustiante e para melhor direcionamento dos primeiros passos de uma pesquisa. E, quem sabe, poderão também despertar, em alguns leitores, o interesse pelo assunto, levando-os para o sempre apaixonante mundo dos documentos históricos. (BACELLAR, 2008, p. 24).

Desse modo, a opção pela busca de registros que pudessem de algum modo, endossar ou mesmo, negar as narrativas a respeito das situações coletadas ao longo do processo de levantamento de dados se configurou numa das etapas mais enriquecedoras. Os riscos daquilo que durante toda sua trajetória a historiografia vem combatendo, volta e meia apareciam como espectro político numa trama de disputas no âmago de uma pretensa cientificidade. O documento (texto) histórico oferece à narrativa, uma segurança para que a mesma não se limite a compilação discursiva de elementos argumentativos, com pouca ou nenhuma evidência mais consistente.

Esse risco foi aos poucos sendo contornado, quando se lançou mão de diferentes fontes – primárias e secundárias – endossando qualitativamente as investigações. Buscou-se diante de narrativas sobre a conflitualidade, ouvir e compreender ecos e gritos da resistência em diferentes momentos e contextos do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Lutas que, ao longo dos séculos tem demarcado tensões e contraofensivas frente às diversas formas de violência e os resquícios do colonialismo na contemporaneidade.

Todavia, em oposição ao imperativo do documento “texto” enquanto instrumento aferidor de uma pretensa validade discursiva, a etnografia vem alicerçando as bases de novos olhares acerca da leitura da realidade. Nesse panorama a História oral, ferramenta indissociável da constituição etnológica de diversos povos ao redor do mundo vem assumindo no campo da pesquisa, contornos e enraizamento enquanto caminho metodológico, imbuído de parâmetros éticos e políticos à compreensão de cosmovisões distintas.

Não se trata de uma ciência como porta voz da História oral, mas, a própria História oral se impondo enquanto caminho possível para consolidação de uma narrativa, quando ao cruzar com outras pistas, se pode tecer um cenário mais amplo daquilo que se deseja compreender e, em certa medida, inferir sobre a própria História oficial enquanto discurso dominante, utilizando muitos dos pressupostos cunhados em diversos recortes das Ciências Sociais.

Obviamente que aqui não se pretende desmerecer o documento texto ou mesmo, reduzir a importância da literatura, mas, apresentar tal como nos embates de outrora, uma especificidade da pesquisa historiográfica, cujo rigor perpassa em apresentar pistas mais ou menos verossímeis. Da mesma forma, o estudo etnográfico busca incluir achados materiais ou imateriais em suas narrativas com vistas a legitimar os argumentos submetidos ao crivo e leitura do outro. Texto, imagem, som, bricolagens discursivas que buscam através do tempo transmitir uma mensagem ou, no mínimo, registrar uma passagem, posto que a memória é feita por uma compilação de fragmentos de um tempo vivido por certos indivíduos ou grupos em determinados contextos socioculturais.

Por essa razão, na medida em que o levantamento vai avançando, ocorre uma espécie de encantamento com aquilo a que se tem contato, “[...] os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas.” (BACELLAR, 2008, p. 24). Por outro lado, a cautela sugere que se assumam um comportamento cético em relação àquilo que se convencionou chamar “primeira impressão” e nesse momento uma indagação se aplicaria a respeito de um adágio muito comum em nosso arcabouço lingüístico; a primeira impressão é – realmente – a que fica? Se a afirmativa que origina essa indagação estivesse correta, quais possíveis as armadilhas ela poderia estar escondendo?

Questionar verdades absolutas é fundamental para contornar as “primeiras impressões”, superando riscos que toda leitura aligeirada pode oferecer. Supera-se uma névoa fina que recobre o documento questionando-o, a partir de aspectos ligados ao contexto de sua produção: o que diz o texto, o que se pode – ou não pode – dizer sobre o texto e, por fim, o que o texto não diz. Esse esforço em revelar outras vozes intenta contornar a tensão entre aparência e essência no que tange a compreensão de uma dada situação a partir dos registros coletados.

Por vezes, se faz necessário ainda, o esforço na tentativa de compreender a narrativa a partir da perspectiva de quem narra, vinculando posteriormente ao contexto específico e, só

então, se assim se desejar, realizar eventuais inferências. Munido de um conjunto variado de pistas, o/a investigador que contribuem para a construção de “[...] familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com escritões ou personagens que se repetem nos papéis.” (BACELLAR, 2008, p. 24). O que seria isso senão, tomar de empréstimo provocações da teoria política, da sociologia, da antropologia? Utilizar, portanto, contribuições das Ciências Sociais – além da própria historiografia – em favor da compreensão dos Conflitos Socioambientais do TI Vale do Jiquiriçá.

É preciso elucidar as eventuais conexões, aproximações ou distanciamentos quando se assume a tarefa em trabalhar com diferentes perspectivas teóricas. Desse modo, se faz necessário evidenciar que nas múltiplas aproximações realizadas com epistemes vinculadas a semiótica, semiologia, iconografia e iconologia, por exemplo, se dão no campo das possibilidades históricas de cada uma dessas perspectivas de análise. Todas elas, em alguma proporção, estão fundadas na dimensão da historicidade, seja no que tange a construção de suas análises, seja nos tempos percorridos por cada constructo cultural ao longo do tempo; caminhos interdependentes e responsáveis por uma especificidade: o apego a narrativa historiográfica e à análise dos discursos.

O apoio dos referenciais adotados, busca oferecer condições para uma compreensão mais ampla sobre a trama, suas complexidades e eventuais contradições que teriam levado indivíduos e instituições a situações de conflitualidades. É possível, então, refletir sobre questões subliminares que podem ter influenciado as experiências particulares daquele grupo, na medida em que se identifica “[...] o peso das restrições da sociedade, ou o peso da miséria, ou a má sorte de alguém, e deseja-se ler mais documentos para acompanhar aquela história de vida, o seu desenrolar. (BACELLAR, 2008, p. 24).

Pouco a pouco, os elos entre depoimentos, Atas de associações, extratos de abaixo-assinados, peças processuais, fotografias, vídeos, reportagens, Boletins informativos, dentre outros, se mostram fontes muito potentes. Nessa dinâmica, foi fundamental a colaboração de sujeitos e instituições que, cada qual ao seu modo, contribuiu para a construção desse mosaico que busca apresentar algumas situações de tensões e conflitos cotidianos do referido Território de Identidade.

Nesse contexto, foram de grande relevância a participação de cada interlocutor que, mesmo com algumas preocupações em torno dos usos e abusos das informações por eles/as compartilhadas, sempre se colocaram em favor da realização desse estudo. Chama-se a

atenção para isso, sobretudo num momento de constantes ataques à Ciência, à Pesquisa e a Educação Pública.

De igual importância foram as colaborações de instituições ligadas a diferentes dimensões da vida. Uma das principais fontes documentais utilizadas foram os Boletins Informativos do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo – CEAMA, assim como aqueles do próprio Ministério Público do Estado da Bahia – MP-BA. Nesse panorama, houve importantes contribuições tanto da Promotoria Regional Ambiental de Santo Antônio de Jesus, como da Promotoria de Justiça da Comarca de Mutuípe.

Em decorrência dos contatos realizados ao longo do percurso, foi possível analisar algumas peças processuais, relatórios de notícias-crime, fotografias, dentre outras evidências de situações socioambientais conflitantes no TI Vale do Jiquiriçá. Em grande medida “[...] tais documentos são o resultado de uma série de atos envolvendo pessoas e instituições de diferentes segmentos. Assim, por condensarem uma diversidade de experiências sociais, os processos constituem-se uma via privilegiada de acesso à informação [...]” (ZARIAS, 2004, p. 1). Realizou-se ainda, uma entrevista com um dos promotores que atua no campo das questões socioambientais no TI, além da formalização de um documento oficial do Ministério Público Estadual (*Anexo I*) com pistas para investigações futuras no município de Mutuípe-BA.

Vale salientar a grandeza e contribuições dos acervos digitais de órgãos oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Observatório do Trabalho na Bahia (ligado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do estado da Bahia), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, Comitê de Bacias Hidrográficas do Recôncavo Sul – CBHRS (coletivo em que foi possível participar de uma das reuniões), dentre outros.

Foram de grande relevância também, os registros gentilmente cedidos por Movimentos Sociais, como a Comissão Municipal de Tombamento da Pedra Pelada – CMTTP, e órgãos colegiados ligados a estrutura governamental, como por exemplo, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Laje.

2.2.2.6. Conexões audiovisuais

Na perspectiva de coletar novas pistas que pudessem contribuir para o entendimento das problemáticas identificadas foi necessário visitar os locais de ocorrências das situações, procedendo em novos registros, dentre os quais, o fotográfico. O uso desse recurso tem sido muito bem avaliado e utilizado com bastante recorrência pela antropologia visual e algumas vertentes da historiografia, defendendo o uso da fotografia como fonte.

[...] fotografia e cultura visual prescrevem um itinerário no qual são apontados caminhos para a compreensão da fotografia como expressão estética, percepção subjetiva, produção autoral, leitura do mundo visível, tramas de ver e registrar visualmente a história, como processo e problema. (MAUAD, 2012, p. 7).

Sob essa ótica, Charles Monteiro, professor da PUC-RS, corrobora tal perspectiva quando afirma que

Os estudos sobre cultura visual problematizam a forma como os diversos tipos de imagens perpassam a vida social cotidiana (a visualidade de uma época), relacionando as técnicas de produção e circulação das imagens à forma como são vistos os diferentes grupos e espaços sociais (os padrões de visualidade), propondo um olhar sobre o mundo (a visão), mediando a nossa compreensão da realidade e inspirando modelos de ação social (os regimes de visualidade). (MONTEIRO, 2012, p. 10).

As estéticas audiovisuais têm muito a contribuir para a disposição de elementos variados que possam contribuir para uma compreensão da(s) realidade(s) que se coloca(m) diante de quem observa. Estas, por sua vez, não passam pelo caminho da neutralidade, aliás, passa longe dele. A fotografia é o registro primeiro daquilo que se objetivou captar, mas também, é um recurso que vai delineando novos desdobramentos a partir de olhares múltiplos.

Falando em particular do produto fotográfico, vale considerar as múltiplas interações entre fotografia, fotógrafo/a e observador/a, quando cada qual assume lugares e pontos de vista que podem – embora não seja determinante – assumir perspectivas diversas, similares ou mesmo opostas. Nem sempre os ecos serão ouvidos, posto que, a possibilidade de construção de outras vozes a partir de novas interpretações retroalimenta formas de olhar, sentir e

interpretar o produto, forjando novos sentidos semióticos. Diria Ruth Benedict (*apud* LARAIA, 2001, p. 67) “A cultura é uma lente pela qual o homem vê o mundo”.

A lente de cada observador não necessariamente captará o que a máquina o fez, tampouco irá, necessariamente, compreender os objetivos iniciais de quem fez uso do equipamento. O registro visual, enquanto produto cultural, político e histórico pode ganhar novos sentidos e significados no tempo e no espaço, a partir de formas culturais que orientam indivíduos e coletividades na leitura e interpretação do mundo.

A opção assumida no presente estudo, busca dialogar com o recurso visual, narrativas orais, documentos escritos, vídeos, dentre outras fontes que possam direta ou indiretamente contribuir para uma compreensão ampliada das problemáticas socioambientais no Vale do Jiquiriçá. Essa decisão se dá por compreender que o uso dessas ferramentas possibilita relacionar os discursos e a realidade que os produziu. Dessa forma, o materialismo histórico-dialético nos auxilia a construir novas possibilidades de leitura e interpretação da realidade.

Ainda que o registro fotográfico (isso inclui a película, na medida em que se trata de uma sequência de fotografias, com o intuito de gerar uma imagem que pareça estar em movimento) seja de um momento específico, nada pode substituir o momento em si. O registro é uma representação de determinada experiência histórica.

Como é sabido, pensar a totalidade sem conhecimento profundo das partes, isto é, do que há de específico em cada localidade é mergulhar em leituras demasiado generalistas. Do mesmo modo, pensar as partes desvinculadas do todo pode levar a interpretações superficiais. Em nosso ver, ambos os caminhos são equivocados se considerados no limite das dicotomias: geral-particular, global-local, de fora – de dentro, dentre outras.

A dialética continua sendo uma importante referência para pensar distanciamentos, aproximações e porque não dizer, intersecções em situações ou fenômenos que não se explicam por si mesmos, mas pela conjugação de diferentes movimentos nas sociedades. Tendo esse horizonte em perspectiva é que o audiovisual pode contribuir para a construção de olhares críticos em relação à realidade vivida, muitas vezes, ocultada pelas instituições tradicionais de socialização.

Diante de tão amplas possibilidades é fundamental considerar discursos recorrentes no ambiente mais próximo, muitas vezes, para pensar como aspectos de uma configuração mais ampla atuam naquele contexto, ainda que para entender o momento atual seja necessário realizar uma retrospectiva, bebendo na fonte de uma memória coletiva invisibilizada. Isso implica concordar que o “[...] resgate da memória é uma das questões em voga nos últimos

tempos para o entendimento dos rumos da história. (FREITAS, s.d.). Revisitar a memória é um importante caminho à compreensão de situações do presente e a partir daí, formular caminhos a serem percorridos.

O cinema tem expressado os sintomas desses fenômenos na tela. Alguns cineastas revelam preocupações com a atual situação política e social de seus países, outros se preocupam em criar arquivos de imagens sobre períodos pouco compreendidos pela história, enquanto alguns ainda tentam voltar ao passado como tentativa de entender o presente. (FREITAS, s.d.).

Dessa perspectiva emerge a crença de que o audiovisual tem muito a contribuir para a construção de olhares críticos em relação à realidade vivida, muitas vezes, ocultada pelas instituições tradicionais de socialização – família, escola, igreja, etc. Imbuída dessa lógica de ocultação, a História oficial busca anular narrativas contra hegemônicas ou mesmo, discursos que possam vir a destoar do enredo colonialista. Todavia, ao “[...] privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional.” (POLLAK, 1989, p. 2).

Há que se considerar ainda, uma espécie de dialética da memória, quando o campo em disputa são os registros, o imaginário a opinião pública a respeito de algum aspecto da história local. De acordo com Pollak (1989, p. 2) as

[...] memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afluem em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.

Pensando na perpetuação da memória dos conflitos vivenciados naquele lugar, o audiovisual pode ser um importante aliado, seja para impulsionar vozes ainda não ouvidas, seja para registrar discursos não considerados pelos poderes constituídos. De acordo com Pollak (1989, p. 9)

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções.

Dos dizeres (e não-dizeres) das pessoas envolvidas nas problemáticas identificadas, nostalgia, tristeza e revolta se mesclam em narrativas que buscam, ainda que sem muito sucesso, apresentar explicações acerca das conflitualidades. Essas características colocam o audiovisual, particularmente, o cinema numa posição de destaque em se tratando de registro das memórias de indivíduos e grupos envolvidos em situações das mais variadas. O mesmo Pollak (1989, p. 9) sugere que o “[...] filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva [...]”. Para as pessoas que se propuserem a contribuir com os trabalhos de filmagem, tendo suas narrativas registradas em linguagens e mídias um tanto mais duradouras que suas trajetórias efêmeras.

[...] Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida. (POLLAK, 1989, p. 9)

Assim, no plano das contradições entre indivíduos, grupos e instituições ligadas ao aparelho estatal, “[...] os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais [...] revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.” (POLLAK, 1989, p. 9). Esse movimento psicológico tem fortes influências políticas por parte do sujeito que, mesmo não assumindo conceitualmente características de consciência de classe, apresenta em suas falas, formas consolidadas de consciência sobre a realidade e suas contradições. Dessa conjuntura pode-se reafirmar a perspectiva *marxiana*, de que não é a consciência que determina o ser social, mas o contrário. É no solidarizar com a perda e o sofrimento de um companheiro ou companheira de trabalho que sujeitos coletivos são forjados, alimentando as resistências cotidianas às mais variadas violências do modo de produção capitalista.

Nesse aspecto é de fundamental importância para nós a compreensão dos vínculos existentes entre discursos e símbolos desde o mais tenro registro da Humanidade. Imagem e representação da realidade podem ser encontradas desde as chamadas pinturas rupestres, até os mais avançados registros em vídeo – etapa mais recente do registro humano quer seja sobre suas experiências concretas, quer seja fragmentos de sua imaginação. Assim, imagem, imaginação e representação chega para a sociedade contemporânea com uma ampla gama de possibilidades entre narrativas ficcionais e registros que se pretendem abarcar situações cujo registro possam ter como escopo não a verdade, mas aspectos que se aproximem de uma verossimilhança possível.

Nessa perspectiva, pensar numa intersecção de imagens e discursos sobre a imagens é refletir sobre as formas de registros humanos ao longo do tempo. Entretanto, para a presente reflexão, define-se como limite, problematizar o papel da imagem, suas possíveis leituras e suas funções na promoção de formas de apreensão e difusão dessas interpretações da realidade.

A ideia de uma vinculação entre Cinema e Educação se torna um tanto mais consistente quando, apoiada pela crença em processos múltiplos de Educação, apresenta a importância de pensar compartilhamentos de saberes para além da Escola. É mister nesse sentido, não incorrer no reducionismo vulgar que trata escolarização como sinônimo de Educação. Sinteticamente, o primeiro caso seria a construção de práticas voltadas para relações de ensino-aprendizagem com objetivos e práticas muito específicas, delimitadas num espaço e em tempos também específicos; o segundo caso, abarca o primeiro, mas não se reduz a ele. É uma dimensão muito maior da experiência sociocultural, histórica, política e econômica que abrange os mais variados espaços formais, não formais e informais de comunhão de saberes.

Tudo indica que o reconhecimento de que o cinema tem uma vocação intrinsecamente pedagógica, no que diz respeito à difusão cultural e à formação do espectador, teve origem no próprio meio cinematográfico, que, desde muito cedo, se acreditava capaz de interferir, de algum modo, na educação das massas, fora dos bancos escolares. Não é de surpreender, portanto, que a ideia de fazer uso da produção cinematográfica para alavancar o processo civilizador e formar moralmente os povos tenha sido a base sobre a qual se estabeleceu, originalmente, a relação entre educação e cinema em vários países, incluindo o Brasil. (ALEGRIA; DUARTE, 2008, p. 61).

Feitas estas considerações iniciais, se torna inevitável questionar: A formulação de diálogos entre educação e cinema tem como premissa a uma pedagogia do audiovisual ou a instituição de um audiovisual pedagógico? Obviamente que sem a pretensão de ser conclusivo, uma possível resposta já está implícita na própria pergunta, como uma espécie de bricolagem retórica em que questão e objeto do questionamento brincam num emaranhado de palavras semanticamente dispostas a orientar diferentes sentidos, sem necessariamente, romper com a base inicial que teria orientado o próprio ato de questionar. Em nosso ver, ambas as possibilidades dialogam, se aproximam e se replicam dialeticamente.

Diríamos que um caminho possível para pensar educação e audiovisual parte do princípio de não considerar tais produtos de modo estanque, imediato ou com fim em si mesmo. É preciso analisar as intencionalidades de um e outro ou, no caso investigado, as relações que as vinculam, tornando-as – embora nem sempre concordantes – produtos de uma forma de vinculação com intencionalidades ora explícitas, ora camufladas – fragmentos de modos específicos de relações. Nesse sentido, ambas as áreas podem ser entendidas, de modo meramente didático, mas, em essência, uma não é possível existir sem a outra.

Ao longo da História do Cinema, duas linguagens são tidas como basilares: o filme de ficção e o documentário histórico. O primeiro, com fortes influências do teatro teria como pressuposto, entreter aos espectadores, ao passo que, o segundo – que para nós será objeto de maior ênfase – está vinculado desde muito cedo, às tentativas de falar sobre a realidade objetivando dar conta de narrativas verdadeiras por assim dizer. Surge, então, o cinema-verdade – uma das principais e pioneiras escolas do audiovisual no mundo.

Importante não deixar de reafirmar que outras metodologias foram acionadas, como já foi registrado. O campo exigiu buscar apoio não apenas em outras fontes, mas também, em outros aportes teóricos.

De grande valia foram os estudos de imagens propostos por Erwin Panosfsky (1892-1968) a partir daquilo que o autor definiu a partir de dois paradigmas: o método iconográfico e o método iconológico. O primeiro, baseado numa investida mais descritiva do objeto em análise, em seu caso, obras artísticas e o segundo, imbuído de um esforço mais interpretativo da obra em si, imergindo em seu contexto, panorama histórico e social de sua produção, bem como, eventuais marcas políticas que a obra venha a ser portadora.

Inicialmente se faz necessário fazer uma distinção sobre as diferenças entre iconografia e iconologia. A primeira, está mais ligada a processos de identificação das formas e os modos de descrições possíveis; a última, tem uma relação mais próxima ao movimento

de reflexão crítica sobre a imagem e suas vinculações desde o contexto de produção e seus marcadores simbólicos.

Panofsky define os chamados temas primários e secundários de uma obra de arte. Os primários teriam mais a ver com o significado “[...] fatural; é apreendido pela simples identificação de certas formas visíveis com certos objetos que já conheço por experiência prática e pela identificação da mudança de suas relações com certas ações ou fatos.” (PANOFSKY, 1955, p. 48). Não obstante, na medida em que tais objetos interagem com o outro, produz reações diversas, estas, por sua vez, podem ser influenciadas pela maneira com que objeto e sujeito se encontram. O contato, caracterizado por expressões fixadas no campo das possibilidades culturais, constituem um caminho para a dimensão expressional do significado. Em ambos os casos, Panofsky definirá que se trata da natureza primária do significado.

Todavia, como se trata de um campo de possibilidades e, portanto, de não determinação, a expressão de um gesto ou objeto apreendido pode representar fielmente a leitura de quem o visualiza ou algo fundamentalmente oposto. As possíveis leituras e interpretações, por se tratarem de um movimento intencionalmente racionalizado, atuam como um método de leitura de imagens, extrapolando, muitas vezes, as formas sensíveis, na medida em que figuram no plano da inteligibilidade. Para esse método, Panofsky insistiu na definição de iconologia.

[...] devido às graves restrições que o uso corriqueiro [...] opõem à palavra ‘iconografia’, proponho reviver o velho e bom termo, ‘iconologia’, sempre que a iconografia for tirada de seu isolamento e integrada em qualquer outro método histórico, psicológico ou crítico [...] (PANOFSKY, 1955, p. 54).

Mas, em ambos os casos, a relação entre os sentidos históricos e culturais de cada objeto de arte assume um determinado significado ou conjunto de significados e não outro(s) a depender das condições socioculturais vigentes. Os sentidos, sendo marcados por dinâmicas simbólicas fundamentalmente alcançam status interpretativo ante uma investigação crítica. De acordo com Panofsky (1955, p. 54), “[...] o sufixo ‘grafia’ denota algo descritivo, assim também o sufixo ‘logia’ – derivado de *logos*, que quer dizer ‘pensamento’, ‘razão’ – denota algo interpretativo”, o que acaba por validar uma análise para além da semiótica descritiva

Iconologia, portanto, é um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise. E assim como a exata identificação dos motivos é o requisito básico de uma correta análise iconográfica, também a exata análise das imagens, estórias e alegorias é o requisito essencial para uma correta interpretação iconológica [...] (PANOFSKY, 1955, p. 54).

Ao lançar mão dos métodos iconográficos e iconológicos, buscou-se fazer conexões com o método dialético, com vistas a identificação de eventuais contradições ou, no mínimo discrepâncias entre elementos simbólicos dos municípios constituintes do TI Vale do Jiquiriçá e suas realidades. Como recorte, optou-se por evidenciar tais características no plano das questões socioambientais, explicitando possíveis descontinuidades históricas entre uma memória que se esgota em símbolos cívicos, ao passo que na realidade objetiva se construiu as bases de um extermínio de povos originários e uma espoliação das condições socioambientais. Essas pistas evidenciam, no mínimo, uma distância ufanista, formando o imaginário coletivo a partir de narrativas dominantes, pouco comprometidas com o relato de um tempo de violências e espoliações territoriais. Característica essa, já muito conhecida; a visão do colonizador.

Dessa forma, munido das contribuições de ambos os métodos de análise imagética, o presente estudo lança mão de uma ampla iconografia que compreende fotografias referentes a registros dos conflitos narrados. Como também problematiza – forma e conteúdo – de bandeiras, brasões, hinos e outros símbolos cívicos municipais – realizando-se leituras críticas sobre a associação desses elementos enquanto representações simbólicas e os municípios a que estão vinculadas. Tem-se como escopo, instigar novas reflexões identificando nesses objetos eventuais contradições ou mesmo, ideologias ufanistas nos discursos propagados.

Estas, em maior ou menor grau, têm atuado na formação de uma perspectiva que ora alimenta um discurso cívico nacionalista – sem base objetiva –, atuando meramente no campo das mentalidades e ora, endossando o chamado *mito da cordialidade* nos diversos contatos estabelecidos entre o invasor colonial e povos originários.

O uso de arquivos audiovisuais também foi de grande valia na medida em que se pôde realizar, além de uma leitura dos conteúdos dos mesmos, realizou-se um cruzamento de informações com vistas a tecer eventuais inferências acerca de algumas situações de conflitualidades identificadas. Nesse contexto, foi fundamental o acesso a algumas plataformas digitais (*You Tube*) por exemplo, para acesso aos registros fílmicos de determinados conflitos.

O recurso visual ou mesmo, o audiovisual não é uma novidade no plano das investigações em diversas áreas do conhecimento. Pesquisadores ligados à Educação, bem como, outras áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais dentre outras, recorrentemente tem buscado auxílio na sistematização de acervos imagéticos, tanto como estratégia de organização de fontes para futuros estudos.

[...] de forma geral, registram seus trabalhos por meio de fotografias, imagens em movimento e sons. Com isso descrevem rituais, manifestações, detalham objetos, criam e recriam histórias, trazem o passado ao presente, registram lembranças, relatam memórias, reafirmam identidades e produzem extensas coleções audiovisuais. Essas coleções se transformam em vastos acervos, físicos e virtuais, que são legados ao futuro, como base de conhecimento. Os acervos, com o passar do tempo, se tornam importantes patrimônios culturais a serem preservados. (MORÁS & RESENDE, 2014, p. 46).

Captar uma multiplicidade de situações no âmago de uma mesma problemática só é possível quando há um amplo esforço em registrar a experiência vivida e, se for o caso, registrar criticamente, com vistas a produzir novas ações, como defende Oscar Jara (2006; 2011) ao tratar da questão da *sistematização*. Em apoio a estratégias dessa envergadura, a opção pelo audiovisual como fonte de apoio documental tem sido um movimento bastante profícuo ao registro de narrativas sobre conflitualidades e tensões de diversas naturezas.

Em relação às problemáticas socioambientais, caracterizadas por um volume crescente de pontos de vistas em função dos múltiplos interesses em disputa, acionar estratégias diferenciadas de registro é fundamental. Isso se dá por duas razões interdependentes: ao mesmo tempo que possibilita utilizar diferentes linguagens para transmitir a mesma mensagem, permite, também, potencializar as condições de proteção de interesses historicamente adquiridos por comunidades tradicionais, na medida em que suas pautas e lutas alcançam maior visibilidade, para além das territorialidades em disputa.

Acervos audiovisuais permitem a renovação e a reelaboração de trabalhos, a cada consulta. Permitem mudanças e complementações nas formas de olhar e de recriação de outras experiências, em diferentes tempos e lugares, acerca de novas problemáticas que se possam construir. Nesse sentido, documentar atividades de campo ou laboratório, arqueológicas e antropológicas, é tão fundamental quanto à própria escavação ou a cobertura de um evento sócio-cultural. (MORÁS & RESENDE, 2014, p. 46).

Em certa medida, auxiliam outros grupos a construir estratégias de resistência, na medida em que visualizam experiências de outras espacialidades. As novas tecnologias e, em particular o “[...] surgimento da internet fez encurtar distâncias, aperfeiçoou processos e trouxe ao homem inúmeras facilidades de comunicação.” (MORÁS & RESENDE, 2014, p. 49). Desse modo, tensões e conflitos são problematizados enquanto experiências formativas, na medida em que passam a ser vistas como *Matriz Pedagógica* (CALDART, 2012), já que o “[...] conhecimento que os agentes sociais produzem da história se aprende no próprio processo e, desse modo, eles vão percebendo os limites de suas próprias ações no confronto com outros grupos.” (COSTA, 2017, p. 23) e em alguma proporção, auxilia numa reflexão crítica sobre os procedimentos adotados.

Ao longo de um artigo sobre a relação entre a pesquisa histórica em fontes documentais e seus possíveis usos na produção audiovisual (ABREU; CASTRO & MATTOS, 2017, p. 1149) relatam ter percebido que foi “[...] a partir do desafio de adaptar uma pesquisa prévia a um filme, que fomos descobrindo na prática como o audiovisual poderia contribuir para as questões da pesquisa histórica.”. Projetos dessa dimensão evidenciam que elementos de intertextualidade podem ser apreendidos da fala das autoras quando indicam que fragmentos do livro utilizado como ponto de partida para o projeto têm partes incluídas no filme, isto é, atuam como fontes que endossam as *performances* e garantindo verossimilhança à narrativa.

O fato é que o recurso audiovisual, seja como produto, seja como fonte abre uma gama de possibilidades em relação aos usos sociais, diferentemente da produção documental impressa, muitas vezes, restrita a grupos específicos.

Em relação ao texto, uma primeira diferença evidente trazida pelo meio diz respeito às falas, que no filme vêm acompanhadas de uma voz, além de um corpo, um rosto e uma gesticulação, que acrescentam dimensões ao que é dito. [...] as diversas histórias contadas também ganham interpretações particulares por meio da entonação da fala [...] aspectos da oralidade, como vocabulários, expressões e formas de contar, são colocados em evidência. (ABREU; CASTRO & MATTOS, 2017, p. 1149)

Diante das tantas potencialidades do recurso audiovisual, ressalta-se ainda que o recurso fílmico tenha assumido contornos de *rigoriedade metódica* (FREIRE, 1996) aferindo

legitimidade às narrativas. “Os lugares e paisagens, vestígios de experiências evocadas, trazem em si uma força afetiva e podem servir para desencadear narrativas orais sobre o passado.” (ABREU; CASTRO & MATTOS, 2017, p. 1151), mas também, sobre o presente. Isso se dá, inclusive, pelo cuidado em realizar permanentes cruzamentos de informações até se alcançar um volume suficientemente satisfatório para “libertar” o produto final. Este, por sua vez, parece ganhar vida própria e, muitas vezes, percorre por caminhos os quais não teriam sido a intenção de quem o produziu.

2.2.2.7. As linguagens dos Mapas

A produção de um mapeamento é um exercício de identificação permanente entre forma, conteúdo e aquilo que se deseja representar gráfica e politicamente, já que também sua confecção é um ato político. Sua construção implica um conjunto de decisões para se sistematizar as informações coletadas ao longo do percurso. Uma dessas decisões acompanha o sujeito ou grupo que se propõe a realizar tal mapeamento desde o princípio dos trabalhos, quando, ainda no planejamento inicial são apresentados recortes espaciais, conceitos e técnicas que tem a ver com pontos de vista e intenções políticas com a confecção do mesmo.

De acordo com Henri Acselrad (s.d. p. 1) os primeiros mapas teriam sido “[...] elaborados originalmente para facilitar e legitimar as conquistas territoriais” de modo a possibilitar expedições que pudessem definir rotas de interiorização espacial a partir de pontos de referência. Surge, pois, como estratégia de dominação socioespacial.

Com o passar do tempo, o instrumento passou a ser utilizado também, com outros objetivos. Contudo, sua condição enquanto produto das intencionalidades de quem produz se mantém, camuflando muitas vezes, conflitos não apenas espaciais, mas também, narrativas a partir da ferramenta cartográfica que, nesse sentido, acaba sendo resultante de um conjunto de interesses em disputa.

Assim, uma representação cartográfica está intimamente ligada à perspectiva daqueles que se propuseram realizar os estudos tendo como pontos de partida um recorte espacial, conceitos que possibilitem sua descrição e definição. Historicamente, as “[...] representações cartográficas passaram igualmente a subordinar-se aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam.

E, são estes mesmos imperativos que abrem novas possibilidades de representação a partir das disputas e tensões entre grupos envolvidos, mas também, camuflam

conflitualidades, já que, muitas vezes, as intenções são mostrar apenas o aspecto da realidade que endossa eventuais pretensões econômicas. Ao ser convidado a realizar um mapeamento daquilo que o órgão solicitante do trabalho chamou de “região de Carajás”, o Professor Alfredo Wagner observou uma contradição central. Para ele,

Definida e aceita a proposta de mapear, uma pergunta inicial se coloca: como delimitar a chamada “região de Carajás”? O estatuto conceitual de região, fundado no ordenamento territorial dos aparatos de Estado, afasta a busca de uma definição própria ao pressupor necessariamente um ato de força para instituí-la. Consiste, em verdade, numa delimitação geograficamente arbitrária. Sua inspiração é econômica e balizada juridicamente para assegurar a exploração de recursos minerais estratégicos, subordinando às suas diretrizes os demais processos produtivos. Pode-se dizer, neste sentido, que é colidente e externa aos segmentos camponeses e aos povos indígenas, cuja existência coletiva configura territórios específicos (terras de uso comum, terras indígenas, “posses itinerantes”, terras apropriadas em caráter contingencial ou permanente por grupos domésticos que exercem formas de cooperação simples), resultados de práticas de afirmação étnica e política. Há, pois, uma contradição básica entre a região instituída e a constituição destes referidos territórios. (ALMEIDA, 1993, p. XVIII)

Das palavras do Professor, fica evidente a condição de que a representação gráfica de um mapa não caminha sob a ótica de uma pretensa neutralidade. Pode-se afirmar, portanto, que os mapas também são ferramentas em disputa e que a “[...] aparente neutralidade na reprodução de acidentes físicos e de elementos da natureza fica comprometida quando se detectam disputas em torno do acesso e do controle da terra, dos recursos hídricos [...] das extensões de ocorrência de espécies vegetais passíveis de uso industrial [...] das capoeiras e dos recursos minerais.” (ALMEIDA, 1993, p. XVIII). Em verdade, a representação cartográfica aciona pontos de vista, vinculados a intencionalidades ora de sujeitos e grupos, ora de instituições e do próprio Estado. Em ambos os casos, pode camuflar conflitualidades aguçadas pelo próprio processo de representação cartográfica.

É lícito, neste contexto, imaginar uma guerra dos mapas como símbolo do estado de tensão e de beligerância. Afinal, os extermínios, os massacres e os genocídios ao destruir a possibilidade da existência coletiva também significam metaforicamente ‘apagar do mapa’, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro. (ALMEIDA, 1993, p. XVIII)

Desse modo, a impossibilidade de produção cartográfica neutra, sinaliza para uma produção intencionada, implicada com determinados pontos de vista e não outros. Assim, tal como outras formas de representação um mapa tem uma relação estreita com seus propositores, no sentido de incumbir-lhes da responsabilidade de narrar um recorte da realidade que se deseja apresentar.

Assim sendo, se, por um lado, tornam-se claras as implicações políticas dos mapas, podemos falar, por outro lado, da emergência de políticas cartográficas, em que os mapeamentos são eles próprios objeto da ação política. E se ação política diz especificamente respeito à divisão do mundo social, podemos considerar que na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que articula-se às próprias disputas territoriais. (ACSELRAD, 2008, p. 14).

Nessa dinâmica em que a correlação de forças nem sempre é percebida enquanto movimento dialético e contraditório, "apagar do mapa" acaba sendo, uma estratégia política no plano da representação, mas que tem um impacto concreto nas relações sociais. Se, diante de um determinado fragmento da realidade, há aspectos, características, sujeitos ou processos que sequer se reconhece a existência, logo está se tratando de uma dupla exclusão histórica: 1. a exclusão de sujeitos ou processos da narrativa dominante; 2. a exclusão de uma dada situação – também histórica – de conflitualidade. Trata-se de um exercício intencionalmente realizado a partir das decisões assumidas no processo de confecção do mapeamento.

Assim, na medida em que as intenções perpassam também por decisões políticas, os sujeitos acionam seus pontos de vista a partir da ótica com a qual analisam o contexto que se quer representar. Se a intenção do empreendimento for endossar a perspectiva tradicional dos mapas, o produto final será baseado apenas e tão somente aos aspectos biofísicos; se a intenção for econômica, revelar os supostos potenciais de uma dada localidade; se o objetivo for, por exemplo, a defesa da instalação de uma usina hidrelétrica, a ênfase – *grosso modo* – vai ser nos corpos d'água existentes no local, suas bacias e potenciais reservatórios. Em todos os exemplos mencionados, historicamente tem se percebido uma ampla desconsideração dos Conflitos Socioambientais. Bem mais, há um esforço na maioria das vezes implícito em esconder elementos de conflitualidades emergentes, já que historicamente

[...] se afigurou uma crescente concentração do uso dos recursos hídricos em favor de grandes hidrelétricas e dos grandes projetos de irrigação, destinou-se o acesso às regiões ricas em minerais para grandes empresas mineradoras, favoreceu-se a incorporação de grandes porções de terras de fronteira por frentes especulativas. A expansão própria a esse tipo de acumulação, que podemos chamar de extensiva – dando-se por via da expansão de fronteiras – tem resultado na destruição de formas sociais não-capitalistas de apropriação do território e seus recursos, assim como na desestabilização dos sistemas ecológicos nos espaços crescentemente ocupados pelos grandes empreendimentos. (ACSELRAD, s.d. p. 2)

Para além das representações meramente físicas, cujo escopo muitas vezes perseguem projeções macroeconômicas, um mapa que se propõe apresentar conflitualidades entre múltiplas territorialidades, necessariamente vai assumir uma condição de história em movimento. Não se trata de um instrumento pronto, acabado, com fim em si mesmo. Passa a ser ferramenta que auxilia no eco de vozes historicamente não ouvidas. “Sua configuração exprimiria sempre alterações na correlação de forças entre aqueles segmentos sociais citados e os interesses que lhes são historicamente hostis [...]” (ALMEIDA, 1993, p. XXII).

[...] é essa História que se tem tentado, desde a década de 1990, introduzir nos exercícios de representação de um território que torne visíveis as dinâmicas espaciais do tecido social vivo - os processos socioecológicos intrinsecamente conflituais que estabilizam e instabilizam lugares e grupos sociais. Isto porque os conflitos ambientais resultam do modo como o tecido social vivo se manifesta a respeito da aceitabilidade das condições pelas quais o espaço é compartilhado. E o que é posto em questão pela dinâmica conflitiva em seu conjunto - não necessariamente, por certo, por cada ator coletivo em separado - é, pois, o modelo de desenvolvimento – o modo socioespacial pelo qual são distribuídos os recursos do território. (ACSELRAD, S.D. p. 5).

Dessa perspectiva emergem outras possibilidades do exercício cartográfico. Os esforços, por exemplo, da chamada cartografia social enquanto metodologia e posição política têm apresentado novas abordagens à produção dos mapeamentos, de modo a garantir outras vozes ao longo do processo de sistematização do mesmo.

Em relação aos usos pedagógicos dessa ferramenta de representação da realidade, os mapas têm se mostrado um potente aliado nos processos de ensino. Entretanto, dificuldades preliminares de leitura e interpretação têm sido recorrentes no cotidiano escolar e para além daquele espaço. Desse modo, as preocupações em relação aos conteúdos incluídos em um mapa e, posteriormente, utilizados em espaços educativos são renovadas, já que se tratam de representações que em maior ou menor grau, auxiliam na leitura e interpretação de mundo.

Vale observar ainda, no que se refere aos instrumentos de apoio tecnológico a importância das chamadas geotecnologias e o uso dos Sistemas de Informação Geográfica – SIG tem anunciado formas de monitoramento cada vez mais minuciosas, em muitos casos, podendo ser realizadas sem que necessite realizar grandes descolamentos físicos, como é o caso do monitoramento remoto. Este, por sua vez, fazendo uso dos avanços no campo das pesquisas aeroespaciais, munidas de dados compilados por meio de satélites, possibilitando dentre outras ações, o uso de *softwares* de georeferenciamento, garantindo informações precisas em tempo real, como é o caso do monitoramento do desmatamento na Amazônia, realizado desde 1988 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

O DETER é um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia, feito pelo INPE. O DETER foi desenvolvido como um sistema de alerta para dar suporte à fiscalização e controle de desmatamento e da degradação florestal realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e demais órgãos ligados a esta temática. (INPE, 2019).

O fato é que, mesmo com os avanços na construção de uma base de dados confiável e atualizada acerca das características geográficas, fazer uso dessas informações continua sendo um desafio cotidiano. Processos de transposição didática implicam tanto uma permanente atualização docente e, portanto, uma formação continuada ininterrupta que possibilite uma inserção qualificada nas linguagens e novas tecnologias nesse princípio de século XXI.

As Representações Gráficas há muito tempo são usadas pela disciplina geográfica, mas nem sempre proporcionam resultados satisfatórios. Isso é decorrente, entre diversas razões, do uso de metodologias inadequadas para o ensino-aprendizagem. Às vezes, os mapas são usados para pintura ou até mesmo como meras ilustrações de um texto, deixando de ser um material pedagógico. No caso dos gráficos, são pouco explorados por serem vistos como um material de difícil compreensão pelos alunos. (SILVA, 2008, p. 2).

Muitos são os entraves para uma aprendizagem significativa no que se refere à linguagem cartográfica. Os desafios vão desde a dificuldade de estudantes em realizar ações básicas de leitura, até interpretação daquilo que é lido, interferindo numa espécie de intertextualidade geográfica. São recorrentes também, queixas por parte de educadores e educadoras no tangente a formação inicial e continuada, carente de atualização.

No primeiro caso, historicamente tem se percebido que dificuldades de aprendizagens acumuladas em determinados campos do saber podem ocasionar maior dificuldade de apreensão de outras linguagens, embora isso não seja uma regra geral. No segundo, os avanços tecnológicos têm imposto a realidade institucional um desafio que, embora não seja novo, assume uma velocidade distinta de outros períodos; as conquistas da cibernética, da robótica, da computação gráfica têm colocado o cotidiano educacional numa encruzilhada frente à necessidade de reinvenção permanente.

Entretanto, vale sobressair que, para além da formação continuada e de uma estruturação dos ambientes educativos, o uso dos mapas por parte de docentes, exige também, um cuidado no sentido de refletir que o mapa que chega em suas “mãos” não se trata – como já sinalizado – de uma ferramenta neutra. É preciso realizar um compartilhamento pautado numa leitura crítica acerca do objeto em questão.

Com vistas a sugerir estratégias de uso pedagógico de informações sobre a realidade mais próxima, a confecção de mapas temáticos favorece a inserção de questões ligadas a cada município do TI Vale do Jiquiriçá no cotidiano das escolas. Propõe-se, todavia, que o trato “[...] deste tema deve ser significativo, para que os alunos compreendam como nossa sociedade está espacialmente representada e organizada e como isso pode influenciar no seu dia-a-dia.” (SILVA, 2008, p. 3).

Para tanto, se utiliza um SIG chamado QGis, um dos principais *softwares* livres utilizados para tratamento de informações geográficas, produção e edição de mapas temáticos. Embora não tenha sido possível realizar o georeferenciamento de cada uma das situações identificadas, os mapas confeccionados ajudam na identificação espacial (ainda que superficial) dos conflitos socioambientais que foram possíveis identificar no TI.

2.2.2.8. Limitações do campo

Um dos fatores que, em grande medida influenciou no processo de catalogação de situações foi a limitação ou, em alguns casos, ausência de registros das problemáticas. Como foi observado, as informações obtidas precisaram passar por um cuidadoso processo de cruzamento de dados ou mesmo, de acréscimo de novas pistas investigativas, com vistas a organização de um banco de dados que pudesse contribuir à construção de narrativas mais ou menos seguras.

Grande parte das informações acumuladas muitas vezes em diálogos informais ou até mesmo nas oportunidades de realização de entrevistas carecia de maior detalhamento. Optou-se por realizar buscas em diversos arquivos. Realizou-se uma série de contatos com algumas Associações. Entre os coletivos procurados, grande parte não mantinha um arquivo que pudesse salvaguardar os registros de ocorrência e memórias coletivas.

Todavia, ao se falar em sistematização de experiências, há um esforço em acionar não apenas processos de registro meramente descritivos, embora estes também sejam de grande valia. Sistematizar experiências, como afirma Oscar Jara, seria organizar uma reflexão crítica acerca de uma dada situação compartilhada historicamente, num contexto específico e dentro das condições socioculturais que se apresentaram. Essas características evidenciam que, qualquer que seja a experiência, ela não será vivida outras vezes. Possivelmente, na medida em que condições muito similares se apresentem novas experiências poderão ser compartilhadas entre sujeitos e coletividades, mas sempre no plano da novidade, nunca no terreno da repetição.

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo. (HOLLIDAY, 2006, p. 24).

Para Jara (2011, p. 4) a sistematização de experiências “[...] contempla a narração dos acontecimentos, a descrição dos processos, a escrita de memórias, a classificação de tipos de experiências e a ordenação de dados. Tudo isto forma uma base de dados para realizar uma interpretação crítica”.

Os homens e as mulheres participantes na experiência devem ser os protagonistas da sistematização (todavia, em muitos casos será necessário contar com apoios externos: para coordenar a metodologia, para organizar a informação, para aprofundar os temas de reflexão, para elaborar os produtos comunicativos, etc. Mas, em caso algum, estes apoios podem “substituir” as pessoas que viveram as experiências) (HOLLIDAY, 2011, p. 8).

Note-se que as condições de produção de registros assumem sentidos de imbricação. Não se trata, pois, de mero acúmulo de documentos, mas também, a construção de narrativas sobre as experiências compartilhadas sob a ótica daqueles e daquelas que testemunharam os

acontecimentos. Mas não apenas. É também uma mirada sobre os caminhos a serem percorridos adiante. “É fundamental, portanto, que se tenham realizado registros durante o desenrolar da experiência e que haja: cadernos de anotações; relatórios; actas e outros documentos produzidos; também é importante fazer gravações, vídeos, desenhos, guardar recortes de jornal, etc.” (HOLLIDAY, 2011, p. 8 *com grifos*).

Para tanto, o mesmo autor alerta que

[...] não podemos aspirar simplesmente a ‘descrever’ os fenômenos e a ‘observar’ seus comportamentos e sim devemos nos propor a intuir e compreender suas causas e relações, identificar suas contradições profundas, situar honestamente nossa prática como parte dessas contradições, e chegar a imaginar e a empreender ações tendentes a transformá-la. ‘Transformar a realidade’, a partir da perspectiva dialética, significa transformarmos a nós mesmos como pessoas, com nossas idéias, sonhos, vontades e paixões. Somos assim - ao mesmo tempo - sujeitos e objetos de conhecimento e transformação. (HOLLIDAY, 2006, p. 49).

Indubitavelmente a sistematização implica, para além de uma descrição procedimental, uma avaliação mais ampla das posturas e intervenções de indivíduos e grupos numa determinada situação vivida. Nesse sentido, sistematizar auxilia a coletividade não apenas na construção de um banco de dados documentais, como também, possibilita condições para investigações futuras, quando os mesmos documentos, atuam como potentes fontes históricas.

Ademais, a dificuldade de organização de uma memória coletiva sistematizada, implica em fragilidades do ponto de vista da própria organização das lutas, no sentido de ofuscar caminhos possíveis a serem adotados. A sistematização, pensada a partir de uma reflexão crítica sobre a prática possibilita também, não incorrer em erros operacionais similares e, como foi mencionado, planejar os próximos passos. Ela permite olhar para o futuro não como determinação inexorável, mas como condicionamento forjado a partir das disputas, avanços e permanências constituídas sociais e historicamente numa trama dialética e contraditória.

3. CATEGORIAS DE ANÁLISE: REVISITANDO O PERCURSO TEÓRICO

Ao longo das reflexões desenvolvidas no percurso da pesquisa, muitos conceitos e categorias vêm sendo acionadas. Nessa etapa, faz-se uma exposição mais detalhada de nossas categorias de análise, bem como, dos conceitos acionados para discussão das mesmas.

É importante considerar que, embora nossa linha mestra esteja pautada no materialismo histórico-dialético, algumas categorias e conceitos não decorrentes desse paradigma serão fundamentais ao desenvolvimento das reflexões. Para tanto, serão realizados destaques em cada uma de suas aparições, por meio de notas de rodapé, a fim de que o/a leitor/a tenha condições de compreender os sentidos de cada proposição discursiva vinculado ao percurso geral do texto.

3.1. CONFLITUALIDADES, TERRITÓRIO(S) & TERRITORIALIDADES

No presente tópico, faz-se uma breve exposição acerca de uma categoria, para nós, fundamental à compreensão das problemáticas que envolvem as questões socioambientais não apenas no Brasil. Trata-se de uma categoria cuja dialética insere em constante vinculação entre materialidade e subjetividades levando à construção novas interpretações na contemporaneidade. Desse modo, território(s) e conflito(s) se configuram no presente estudo como centrais a compreensão de algumas dinâmicas vividas naquela região.

Fatalmente, desde a mais tenra idade, o saber compilado com as chamadas grandes navegações levou aos territórios ameríndios os terrores de uma colonização violenta, baseada na espoliação permanente de áreas e genocídio de povos originários. Essa leitura sobre as bases que constituem diversas regiões do planeta tem na geografia um importante ancoradouro.

Ensina Habermas em sua *Teoria do Agir Comunicativo* que toda ação tem uma intenção e, portanto, mesmo no campo da comunicação quando um enunciado é proferido, atua como portador dos modos de apresentar (ou representar a depender também dessa intenção) de modos de ver, interpretar e interagir com os elementos que constituem determinado ponto de vista. Assim, realizar uma leitura crítica acerca dos documentos legados pela historiografia e geografia oficial é um exercício indispensável à compreensão do cenário atual, cujas bases remontam um pensamento colonial de dominação bem peculiar, mas ao

mesmo tempo, ilustrativo de uma lógica de invasões há muito empreendidas contra territórios ameríndios, africanos, etc.

Sobremaneira, construir uma investigação sobre a constituição de um determinado território impõe um conjunto de decisões para aquele/a que assume tal empreitada, como condição intrínseca aos seus objetivos iniciais. Esquivar-se desse exercício poderia tornar seu fazer investigativo, um anátema em busca de uma pretensa e famigerada neutralidade.

Todavia, não se trata meramente de escolhas preteridas em função de novidades teóricas ou novos paradigmas investigativos no que se refere à leitura sobre o mundo. Implica munir-se de uma ampla gama de saberes, desde aqueles vinculados a cotidianidade, legados pela tradição oral, como também, provocações resultantes de estudos sistemáticos acerca de determinadas situações. Em ambos os casos, definir caminhos significa tomar partido numa ou noutra direção, quem sabe, numa terceira ou quarta via.

Se se deseja compreender a(s) História(s) do Vale do Jiquiriçá é fundamental trilhar caminhos para além da investigação geográfica e, mais especificamente, cartográfica, como também, romper eventuais limitações – propositais ou não – da investigação historiográfica. Trocando em miúdos: é indispensável embrenhar-se em ambas as áreas, bebendo em diferentes fontes, mas, incluir em suas análises o elemento da geopolítica. Por quê? É mister entender que, tanto a narrativa histórica como a geográfica buscam acionar categorias que são escolhas de quem as elabora – e toda escolha implica uma tomada de decisões a partir de um conjunto de fatores/valores ou pressupostos.

Assim, na tessitura de um mosaico que objetiva compreender as diferentes formas de apropriação da realidade, busca-se no método histórico dialético construir uma interpretação – entre tantas outras possíveis – daquilo que tem sido a constituição do então chamado Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Ao longo de uma História camuflada entre a narrativa oficial e as contradições, volta e meia, reveladas nas constantes crises do capitalismo contemporâneo apresentar pistas para uma compreensão crítica e os desafios postos diante da classe trabalhadora nesse segundo decênio do século XXI é fundamental.

Mas, o que é mesmo, um território? Certamente que esta é uma das mais importantes categorias – grosso modo – da geografia, mas que, em nossa perspectiva carece ganhar contornos de uma leitura também crítica, onde interesses geopolíticos sejam fios condutores dos movimentos espaciais e demográficos observados historicamente. Nesse sentido, as provocações realizadas por Lacoste (1988) ao refletir sobre uma das funções da geografia afirmando que

[...] a função ideológica essencial do discurso da geografia escolar e universitária foi sobretudo a de mascarar por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, como ainda para a organização do Estado e prática do poder. (LACOSTE, 1988, 11).

Para Simmel (1983) a instauração do conflito se daria não pela dissociação de indivíduos e grupos, mas, a partir de suas aproximações. Nesse sentido, para este autor, o próprio conflito já seria um claro exemplo da natureza sociável dos seres humanos. O conflito seria, pois, um desdobramento de uma dada *sociação* que a partir de um determinado momento revelou divergências que acabariam por levar a exaustão de uma, ou mesmo, das duas partes.

Nossa oposição nos faz sentir que não somos completamente vítimas das circunstâncias. Permite-nos colocar nossa força à prova conscientemente e só dessa maneira dá vitalidade e reciprocidade às condições das quais, sem esse corretivo, nos afastaríamos a todo custo. (SIMMEL, 1983, p. 127).

Esse aspecto da historicidade que pode ser percebido tanto na teoria do conflito em *Simmel*, como na dialética em Marx situa o homem como artífice de seu próprio devir. As verdades pautadas na ideia de fim da história são suplantadas conceitualmente, já que do ponto de vista das relações concretas, tais noções nunca tiveram aceitação plena, na medida em que isso negaria a própria condição de construção da realidade enquanto produto das interações humanas – consigo mesma e com o meio que o rodeia. Implica, pois, pensar numa humanidade dialeticamente forjada tanto como vítima, quanto como produtora dessas mesmas circunstâncias.

Entre os séculos XIV e XV fica evidente os rumos de uma mudança estrutural, mas também simbólica, no campo e na cidade. Ao relatar a situação em particular – generalizável em certa medida – Marx observa o caráter de uma nova nobreza ascendente. Para ele, se a velha nobreza “[...] fora devorada pelas guerras feudais. A nova era um produto do seu tempo, e, para ela, o dinheiro era o poder dos poderes.” (MARX, 2009, p. 832). Agindo desse modo, aquela camada da sociedade estaria contribuindo para a conformação de um pensamento social baseado na expropriação e domínio dos meios de produção, isso inclui a concentração

de terra por uma parcela ínfima da sociedade. Nesse panorama, o mote das mudanças estava pautado na ideia de “[...] transformar as terras de lavoura em pastagens.” (*idem*). Mais adiante, o próprio Marx, citando um texto de Francis Bacon (1561-1626) o segundo faz a seguinte consideração:

‘Nessa época [1489] aumentaram as queixas sobre a transformação de terras de lavoura em pastos [para ovelhas etc.], para os quais bastavam poucos pastores; e áreas arrendadas por tempo indeterminado, por ano ou vitaliciamente, das quais vivia grande parte dos lavradores independentes (*yeomen*), transformaram-se em terras ocupadas pelo senhorio. Isso provocou decadência do povo e, em consequência, decadência de cidades, igrejas, queda de dízimos. (...) Foi admirável a sabedoria do Rei e do Parlamento aplicada, nessa época, à cura desses males. (...) Adotaram medidas contra a usurpação das terras comuns, que provocava o despovoamento, e contra a expansão das pastagens, que produzia os mesmos efeitos.’ (BACON *apud* MARX, 2009, 833).

No que se refere ao Vale do Jiquiriçá, algumas similaridades podem ser percebidas, assim como em outras regiões marcadas pela violência colonial. Naquela região, tal como afirma Andrade (2005) houve um conjunto de invasões, na medida em que

Essa arremetida pelo território indígena era feita com grande energia; ao mesmo tempo em que lhes tomavam as terras e os aprisionavam como *escravizados*⁶, destruíam suas tabas e cercas defensivas e passavam a consumir os mantimentos encontrados e a realizar novas culturas, muitas vezes, até, usando as mesmas “covas” dos roçados indígenas. (ANDRADE, 2005, p. 73 *com grifos*).

De acordo com o referido autor, as bases do sistema colonial teriam sido estabelecidas a partir da posse da terra tomada pela violência, o que em sua perspectiva não teria sido o bastante. Fatalmente, “[...] a posse da terra doada⁷ [...] não era tudo. Necessário era derrubar a mata, instalar os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, plantar os canaviais e as lavouras

⁶Compreende-se que a escravidão construiu formas de violências forjadas no plano sociocultural e político. É preciso justapor ao termo escravo como uma determinação e assumir sua percepção enquanto condição imposta aos sujeitos. A condição escrava se daria, portanto, por um processo de escravização que converteria pessoas livres em escravizadas.

⁷Problematiza-se que o termo “doação” camufla o saque territorial que originava as Sesmarias. No presente texto, utiliza-se o termo “invasão”, por entender que o processo de retirada dos povos nativos de suas condições originárias de vida se caracterizou pela violência, tanto por meio de escravização como por meio de epistemicídio e genocídio.

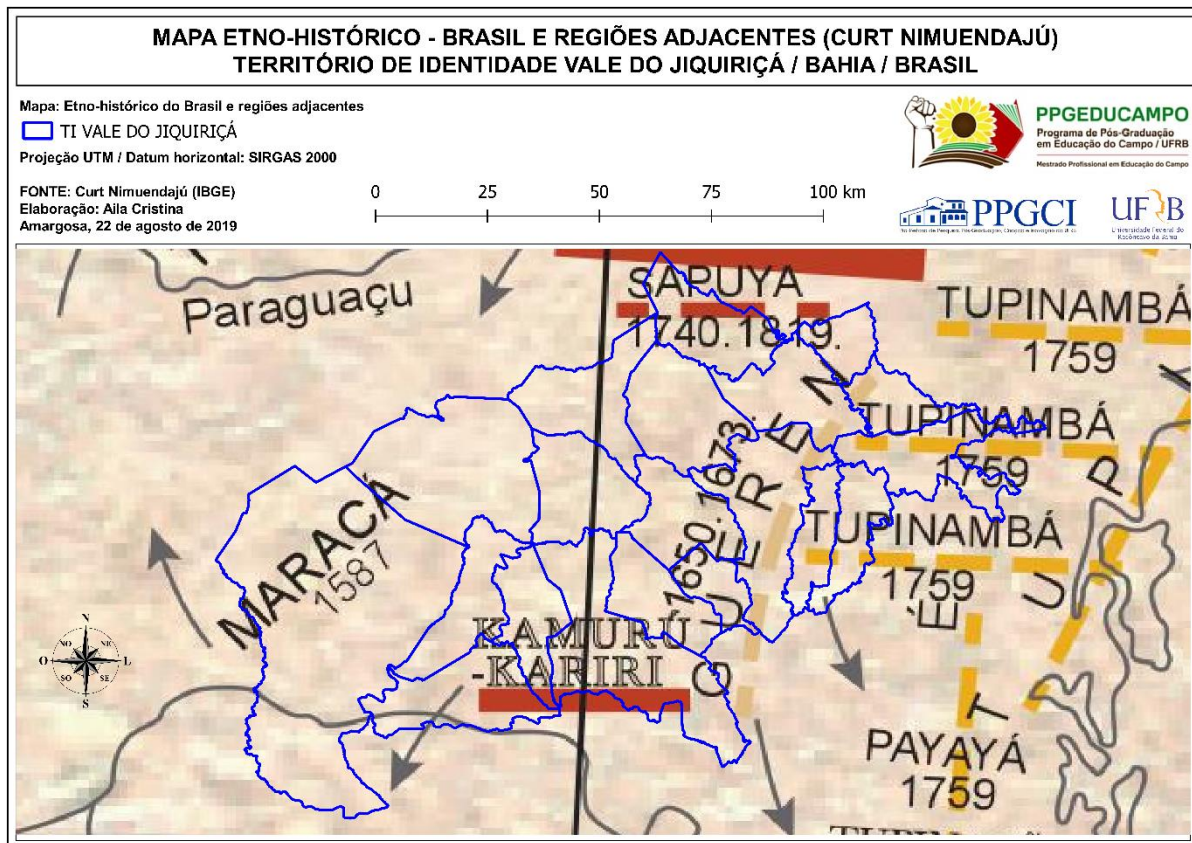
[...]. Para isso os sesmeiros necessitavam ter animais – bois e cavalos importados da Europa – e **peessoas escravizadas**. (ANDRADE, 2005, p. 74 *com grifos nossos*).

Isso posto é mister registrar elementos da ocupação originária da localidade em estudo. O Mapa abaixo (*Mapa 01*) foi construído pelo alemão Curt Unkel (1883-1945) ao longo de suas viagens pelos territórios brasileiros. O empreendimento só foi possível após contato com povos originários em sua primeira viagem ao Brasil. A experiência lhe rendera aproximações privilegiadas com aqueles povos e um conjunto de aprendizados, além das credenciais para assumir um trânsito por diferentes grupos ao longo de 40 anos.

[...] naquela experiência inicial, que lhe permitiu a convivência com os nativos. De tal maneira se lhes afeioou, tão sinceras se repetiam as provas de sua amizade leal, que resolveram aplicar-lhe apelido indicativo da transformação pessoal. Como simples criança, ao receber o nome que a individualize, submeteram-no à cerimônia do batismo, presidida pelo pajé. Ao fim, o hóspede perdera o nome primitivo, CURT UNKEL, substituído pelo de CURT NIMUENDAJU, que significa: ‘o ser que cria ou faz o seu próprio lar’. (FILHO, 1981, p. 13).

No mapa é possível observar uma imagem sobreposta dos limites espaciais do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (em azul) ilustrando os grupos que ocupavam aquela região durante os processos de invasões coloniais. Entretanto, não é objeto do presente estudo realizar uma discussão mais aprofundada a esse respeito. O que se faz, na oportunidade é apresentar analogamente as reflexões tecidas ao longo das investigações realizadas até o presente momento e os registros legados pela antropologia ao longo do século XX. Vale observar ainda, que muitas das informações incluídas por Curt em seu mapeamento só foram possíveis pela reafirmação da História oral enquanto instrumento de proteção da memória coletiva, de modo que o mesmo chega a incluir datas de possíveis fluxos migratórios, sinalizadas por setas ao longo do todo o mapa.

Mapa 01: limites espaciais do TI Vale do Jiquiriçá sobrepostos no Mapa Etno-histórico / Brasil e regiões adjacentes.



Fonte: IBGE. (Elaboração Aila Cristina, 2019).

De acordo com Virgílio Corrêa Filho (1981), Curt teria avançado na construção daquele mapeamento em razão das relações estabelecidas com os grupos que ali viviam.

[...] naquela experiência inicial, que lhe permitiu a convivência com os nativos. De tal maneira se lhes afeioou, tão sinceras se repetiam as provas de sua amizade leal, que resolveram aplicar-lhe apelido indicativo da transformação pessoal. Como simples criança, ao receber o nome que a individualize, submeteram-no à cerimônia do batismo, presidida pelo pajé. Ao fim, o hóspede perdera o nome primitivo, CURT UNKEL, substituído pelo de CURT NIMUENDAJU, que significa: ‘o ser que cria ou faz o seu próprio lar’. (FILHO, 1981, p. 13).

Como afirmado, um dos principais fatores que ampliam a importância do mapa construído por Curt para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento é o cuidado que o mesmo assume no que se refere à historicidade. Para Zarur (1981, p. 37)

Embora com anos de pesquisa de campo em grupos indígenas específicos, Curt Nimuendaju soube situar seu interesse e sua vivência de certas tribos, em um contexto muito amplo. A primeira dimensão do tamanho deste contexto nos é fornecida pela visão histórica de seu mapa. Os grupos indígenas já referenciados pela bibliografia, desde a mais antiga, estão representados no mapa.

Fala-se, todavia, que o próprio Curt era um adepto da premissa de que aqueles povos seriam extintos num determinado momento da história, a partir do avanço violento das forças de dominação. Tal perspectiva evidencia uma percepção viciada pelo colonialismo – sob a ótica do dualismo “conquistadores” *versus* “conquistados” – o que impedia de visualizar os processos de resistência historicamente estabelecidos. Além disso, dificultava, em certa medida, a constituição de narrativas coerentes com os próprios processos históricos, substituindo a noção de “conquista” por invasão, de modo que o dualismo dominante seria substituído numa batalha sangrenta e cruel entre “invasores” e “invadidos”.

Porém, mesmo não tendo realizado reflexões críticas acerca desses processos, além do fato de não ter sido iniciado na pesquisa de caráter acadêmico, os relatos são de que Curt mantinha um cuidado muito grande no tratamento das informações coletadas, ressaltadas as observações supracitadas. A esse respeito, Zarur (1981) endossa a importância do trabalho empreendido pelo estudioso ao afirmar que

O índice bibliográfico que a acompanha exprime um intenso trabalho de seleção das fontes mais seguras sobre as diversas tribos. Do prisma do espaço, as localizações conhecidas de grupos indígenas abarcam o universo geográfico do território brasileiro e algumas áreas limítrofes da América do Sul. Este incrível esforço em sintetizar todas as informações existentes sobre a localização de tribos indígenas em diferentes tempos, será uma referência obrigatória em todos os futuros estudos sobre índios realizados no Brasil. (ZARUR, 1981, p. 37).

Esse cenário inevitavelmente se configura como pano de fundo para conflitos que seriam potencializados a partir dessas relações de exploração. Pouco a pouco, tensões de ordem racial e social, com raízes no colonialismo e, posteriormente, na luta de classes vão sendo registradas em diversos pontos do Brasil colonial. Lafaiete Coutinho – um dos

municípios do Vale – foi palco de um dos desdobramentos daquele período, contemporâneo a ascensão da *Revolta dos Mata Marotos*⁸.

O fato é que muitas dessas tensões têm chegado com grande força na contemporaneidade. Todavia, assumindo formas de resistência ampliadas com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação – destaque para a internet – como afirma Andrade, as cisões de outrora, responsáveis pela divisão dos habitantes

[...] em duas facções, a dos proprietários de terra e a dos trabalhadores, ela vem se exacerbando nos séculos XX e XXI, quando os trabalhadores passaram a se organizar de forma mais aguerrida e a exteriorizar, através da mídia, as suas reivindicações, ora pleiteando direitos e maior difusão das políticas públicas ora reivindicando uma reforma agrária. (ANDRADE, 2005, p. 272).

É nessa conjuntura que as tensões vividas no Vale do Jiquiriçá podem ser compreendidas; como aspectos de uma configuração mais ampla. É preciso pensar nas problemáticas socioambientais em seu vínculo com o processo de ocupação territorial e saque das condições naturais de reprodução sociocultural nas regiões invadidas.

No plano das contradições vivenciadas pelas sociedades humanas, algumas chamam atenção pelo grau de permanência no tempo. Em se tratando de conflitos territoriais, certamente encontraremos registros nas mais longínquas datas da aventura humana em seus processos de sociação e dissociação.

Assim, sendo o conflito resultado de uma sociação é fundamental compreender o conflito territorial como uma estratégia de ocupação por parte de um determinado indivíduo ou grupo em detrimento de outro. Na perspectiva de *Simmel* (1983) o conflito seria, pois, o fundamento sociológico para a dissociação ao invés de promover uma *sociação* entre sujeitos com diferentes interesses.

Primeiramente se faz necessário situar nossa compreensão de território para, a partir daí, problematizar os processos que temos assistido ao longo dos anos no Vale do Jiquiriçá, fomentando uma leitura – entre tantas outras possíveis – dos impactos das invasões coloniais no passado ao cenário contemporâneo. Para tanto, partirmos de Fernandes (2005)

⁸Conjunto de conflitos entre brasileiros e portugueses em Salvador, algumas cidades do Recôncavo e do Sertão baiano entre os anos de 1831 e 1840. Os conflitos se dariam desde as lutas pela Independência da Bahia, quando os combates entre os mesmos conduziriam a uma série de ressentimentos históricos, atrelado a um receio de que pudesse haver um acirramento da repressão popular por parte da coroa portuguesa em relação à colônia.

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2005, p. 6).

Nesses termos, o território é sempre um produto das relações socioculturais e históricas estabelecidas, num plano, muitas vezes, mergulhado em tensões e disputas. Trata-se de uma compreensão das relações de poder delimitadas geograficamente, mas também, no campo simbólico, na medida em que as apropriações que diferentes sujeitos e grupos socializam no e com o espaço oferece elementos para pensar seus anseios, intenções e leituras acerca do que concebem enquanto territorialidade.

Entretanto, esse contato com a diferença recorrentemente se dá por meio de relações intrincadas, quando interesses divergentes não são compatibilizados em função de disputas de poder entre os/as envolvidos/as. Dessa miríade surgem novas configurações que vão desde a reafirmação de territorialidades previamente estabelecidas, como a produção de novas territorialidades que, em maior ou menor grau, constituem-se numa trama de tensões dialéticas e contraditórias.

Seguramente essa é uma das discussões mais caras a geografia, tanto por ser um pilar de sua gênese e identidade científica, como pela dinamicidade dos conceitos na busca por constructos teóricos que possam dar conta de fenômenos dos mais variados no que concerne a produção do espaço. Nos limites daquilo que poderíamos chamar questão socioambiental, as disputas territoriais tendo o capital como opositor a serviço de setores específicos da sociedade, indivíduos e corporações incitam o saque das propriedades das camadas populares, alimentando uma situação de vulnerabilidades forjadas pelas relações capitalistas.

Essa miséria é gerada cotidianamente pelas relações capitalistas, que, depois de se apropriarem da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, também se apropriam de seu território. Ao perder a propriedade, seu espaço de vida, seu sítio, sua terra e território, a família camponesa é desterritorializada. Como reação a esse processo, ocorrem a luta pela terra e as ocupações, na tentativa de criação e recriação da condição camponesa: campesinato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos. (FERNANDES, 2012, p. 745)

Todavia, a violência que caracteriza a invasões territoriais ao longo de toda a História levou também a processos de resistência. Nesse sentido, “[...] a resistência camponesa é responsável por sua (re)criação no enfrentamento permanente com o capitalismo. Criação e recriação acontecem em diferentes conjunturas.” (FERNANDES, 2012, p. 745). Esse movimento contrário inaugura as possibilidades de retomada das condições anteriores de vida e retomada do território por parte da população que fora expulsa. Nessa trama de múltiplas possibilidades “Criação e recriação significam territorialização e reterritorialização do campesinato, ao passo que a destruição significa a sua desterritorialização.” (FERNANDES, 2012, p. 745). Vale ressaltar, entretanto, que essa dinâmica de disputas ocorre tanto em territórios marcados por dinâmicas agropastoris, como é o contexto campesino, como também em espaços urbanos disputados por grupos de interesses distintos.

Nesse contexto, chama-se a atenção para o fato de que a desterritorialização, não pode ser compreendida como sinônimo da destruição das condições originais de permanência de uma determinada população em um determinado local, mas sim, a assunção de novas configurações⁹ socioespaciais. As novas relações muito mais que inaugurar formas de relações anteriormente não presentes naquele contexto, seriam representativas das diferentes forças em disputa daquele território. Assim, as tensões com o diferente haveriam de instaurar diferentes territorialidades, muitas vezes, nos limites de um mesmo espaço físico.

Certamente que a instauração das múltiplas territorialidades se apresenta como possibilidades, no que tange ao Vale do Jequiriçá. Mas, baseado na compreensão análise das pistas históricas, apoiando-se na literatura e registros documentais produzidos desde a invasão colonial, pode-se inferir que, de fato os dois processos defendidos por Fernandes (2012) *desterritorialização* e *territorialização* se apresentam como sinais da expropriação, expulsão e assassinato das populações originárias ali existentes.

Harrison (*apud* MARX, 2009, p. 832) chama atenção para a observância de “[...] como a expropriação dos pequenos camponeses arruína o país. ‘Mas que importa isso aos nossos grandes usurpadores!’”. O que este autor quer dizer é que na ânsia pela reprodução capitalista, os proprietários dos meios de produção não medem esforços para saquear cada vez mais as condições socioambientais em favor do lucro. É nesse embate que um campo de forças antagônicas se estabelece, quer seja na conformação de uma territorialidade

⁹Sobre esse aspecto, ver Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (NIMUENDAJÚ, Curt). O mesmo possibilita visualizar onde originalmente viviam na região de Elísio Medrado, os *Cariris (ou Kiriris) Sapuyas*. Estes, tendo seus domínios invadidos, migraram para outras localidades, constituindo uma nova configuração de suas territorialidades.

camponesa, quer seja no desdobrar de uma territorialidade agroindustrial de natureza capitalista, monopolista e baseada em monoculturas de exploração.

Na contemporaneidade sim, pode-se inferir enquanto hipótese a formação de uma multiterritorialidade no âmago do próprio Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Isso, precisamente deve ser compreendido a partir das disputas e interesses diversos que circundam as problemáticas e conflitos socioambientais identificados.

Para tanto é fundamental superar a noção de um território baseado apenas e tão somente enquanto espaço de governança, cujos limites são impostos, muitas vezes, por políticas públicas meramente compensatórias. É mister, portanto, ao entendimento das questões arroladas que as noções de territorialidades e conflitualidades superem o viés da mera governança e mitigação de tensões nos limites das próprias forças dominantes.

De uma forma ou de outra, o que se tem visto é uma clara defesa do território enquanto espaço meramente de governança, com limites espaciais destituídos dos elementos simbólicos que os constitui ou mesmo, metaformoseando suas essências. Falar, por exemplo, em Território de Identidade implicaria refletir acerca de quais elementos garantiriam a produção dessa pretensa Identidade, sem, todavia, revelar as contradições camufladas pelo próprio conceito. Nesse aspecto, seria o conceito de identidade, como tantos outros, forjados nas lutas dos Movimentos Sociais, apreendido de forma superficial a partir de determinados interesses. Assim, na tessitura da diversidade considerar a existência de uma identidade una, ao invés de uma multiplicidade que caracteres, práticas e formas de ver, interpretar e interagir seria um equívoco de dimensões incomensuráveis; caberia, pois, compreender a existência de identidades plurais coexistindo – nem sempre de forma pacífica – no bojo de certas conjunturas históricas.

Abre-se, pois, um leque de possibilidades e discussões que tanto colocariam em xeque o conceito de Território, como o de Identidade (ambos com iniciais maiúsculas e no singular), suplantados num campo de disputas permanente. Este, por sua vez, abarca desde a definição no âmago da linguagem e assimilação de certos termos, até as implicações semânticas do próprio objeto lingüístico enquanto posição política imbricada no próprio termo. Sob essa perspectiva sugere Fernandes, que

O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de

resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados. Temos, então, disputas territoriais nos planos material e imaterial. (FERNANDES, s.d. p. 4).

Para esse autor, embora o território exista também enquanto espaço de governança, não se esgota nele. O território seria uma multiplicidade de possibilidades políticas e, portanto, uma múltipla territorialidade, disputada no seio da luta de classes. As experiências históricas de diferentes indivíduos e grupos evidenciariam não apenas a realidade enquanto esteira de dominação de determinados setores das sociedades – embora isso seja facilmente percebido também –, para atuar como configuração mais ampla de relações dialéticas e contraditórias; terreno onde a própria resistência é forjada.

Assim, o território da agroindústria não é o único possível. Coadunam em determinados espaços, diferentes forças que, em maior ou menor grau, atuam em defesa de territórios de resistência de pequenos produtores, de comunidades pesqueiras, de povos originários, etc. Trata-se, pois, de Territórios (no plural) em permanente disputa a partir da disposição de um conjunto de iniciativas que buscam constantemente alterar a correlação de forças, suplantar o estado de coisas em que algumas relações são submetidas pelo capital e garantir a continuidade de costumes e práticas socioculturais que dão sentido e coesão aos códigos de resistência existentes numa certa conjuntura histórica.

3.2. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ

A partir da análise realizada por Marx acerca da *acumulação primitiva*, entendemos ser essa categoria, fundamental em nosso estudo e isso por duas razões. Primeiro, porque um fenômeno social não se explica a partir dele mesmo, mas apenas e tão somente, pela vinculação sociohistórica entre suas diferentes dimensões de existência e; segundo porque, dada a característica dialética entre o aspecto violento que levou a acumulação de bens por um grupo e a destituição de outros tantos por meio das invasões coloniais, não se pode considerar as tensões vividas num tempo que se habituou a chamar de “presente” sem considerar as condições sociais de construção da atualidade, oriundas de outrora. Não obstante, as formulações esboçadas pelo pensamento hegemônico liberal (na contemporaneidade – o neoliberal) têm como premissa a noção de que o acúmulo e a riqueza de uns seria resultante

dos investimentos laboriosos desses/as homens/mulheres de bem, ao passo que, a escassez se daria em função do ócio e da vadiagem de outros tantos.

Entretanto, como afirma o próprio Marx (2009, p. 828)

É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política, o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos. (MARX, 2009, p. 828).

Longe da epopéia narrada pela história oficial, onde bravos homens teriam se lançado ao desconhecido, se embrenhando numa selva “inabitada” e construindo ali as bases de uma “civilização” promissora e abençoada (como afirma a História oficial), o que houve no Vale do Jiquiriçá não difere tanto das demais regiões do planeta que foram alvo de um massivo saque, camuflado pelas narrativas pioneiras, o que se pode perceber nas histórias oficiais de Mutuípe e Jiquiriçá, por exemplo, endossando o que Sérgio Buarque de Holanda define como “Mito da cordialidade”. Em poucos anos, a destruição de povos, culturas, formas de organização social, línguas, cosmovisões, sistemas de classificação foram suplantados pelo olhar do invasor europeu. Isso posto é fundamental reafirmar que “[...] a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade.” (MARX, 2009, p. 829).

O que houve desde as invasões expansionistas marcadas pelas chamadas Grandes Navegações foi o saque desenfreado de todo potencial produtivo que existia nas terras d’além mar. Esse saque se caracterizou tanto pela super exploração da mão-de-obra, sendo esta, primeiramente escravizada e posteriormente, iludida sob a condição de trabalho livre por meio do assalariamento. Para Marx, os resultados dessas transformações teriam levado a expansão do capitalismo, sobretudo “[...] aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos.” (MARX, 2009, p. 829-830).

E vai além ao afirmar que

A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume

matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes. (MARX, 2009, p. 830).

Esse é um aspecto da ocupação territorial investida pela fúria colonialista que não se pode perder de vista. Os interesses implícitos não se esvaíam na promoção de relações afetivas entre habitantes originários e invasores. Em suma, o processo conduziu a um progressivo grau de *desterritorialização* por meio da expropriação daquelas unidades territoriais de uso coletivo para fins privados, o que levou tanto a uma diminuição drástica de algumas formações socioculturais, como também, ao fim de outras.

Pouco a pouco foi ocorrendo um processo de transformação dos interesses que se tinham em relação com o meio. A perspectiva dos povos originários vinha sendo vorazmente substituída pela exploração dos territórios. Assim, se na sociedade capitalista, tudo que existe pode ser convertido em mercadoria, logo a materialidade socioambiental passou a ser instrumento para o enriquecimento das metrópoles européias.

3.3. ORIGENS DE UMA FRATURA SOCIOMETABÓLICA

Se no passado o mote do chamado crescimento econômico eram café, açúcar e fumo, atualmente, o apelo tem sido para a produção de outras *commodities*¹⁰, particularmente, a produção de cacau, grãos de milho, soja e feijão, aves e bovinos tem potencializado o saque contemporâneo promovido pelos países ricos. O Brasil continua sendo uma espécie de colônia de exploração e as invasões coloniais inauguraram uma etapa do processo de espoliação baseada no lucro e na dominação dos países industrializados; instaura-se, pois, uma nova roupagem da *fratura sociometabólica*.

Como é sabido, um fenômeno não se explica por si mesmo, mas, a partir das múltiplas determinações e condicionamentos histórico-sociais que o produziram. O processo de expropriação da classe trabalhadora dos meios de produção, inclui-se aí a terra, implicou uma brutal fratura sociometabólica, levando a relação sociedades humanas-meio ambiente a um estágio de degradação sem precedentes. Entendido a partir dessa premissa o estudo do território passa, necessariamente, pelo estudo das relações estabelecidas nele e com ele, no sentido de promoção de formas de permanência em condições mais ou menos favoráveis. Isso

¹⁰ Definição para produtos pouco processados ou sem nenhum beneficiamento. Popularmente denominados matéria-prima.

implica o acesso a determinados materiais, convertidos pelas culturas humanas em recursos que serão utilizados cotidianamente para alcance desse objetivo.

No plano ambiental, a noção de recurso se insere nas possibilidades de produção do espaço que, nas sociedades capitalistas estão baseados em formas predatórias de uso e consumo. Tais relações levam tanto a reinvenção do espaço, a partir do estabelecimento de novas formas de apropriação, como a espoliação ou mesmo, a destruição de formas preexistentes. Isto é, ao reinventar-se enquanto totalidade apresenta-se como ainda não fora e, nesse caso em particular, apresenta-se como resultado da exploração. Recurso, na sociedade capitalista – caracterizada pelo uso intensivo de fontes materiais ou não – é um instrumento utilizado com o objetivo de obtenção de lucro. Assim, se o sistema capitalista converte tudo em mercadoria, logo o meio ambiente passa a ser severamente saqueado pelo poder econômico, cujas bases estão na divisão de classes e privação dos espaços por meio da invenção da propriedade particular.

Esse movimento tem levado ao esgotamento das condições naturais de reprodução no/do planeta. Recurso para o sistema está mais conectado com uma possibilidade de obtenção de vantagens a partir de uma troca precária e insustentável do que uma análise ampliada das conexões anteriormente existentes e necessárias para a coesão ecológica da biota.

Na obra *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*, John Bellamy Foster (2011) tece considerações às possíveis reflexões em relação à temática socioambiental, tendo Marx como referencial. Para ele, a produção marxiana pode contribuir para o entendimento de que enquanto preocupação política e, porque não dizer, filosófica Karl Marx faz referências cuidadosas acerca dos limites do modo de produção capitalista e os possíveis impactos a saúde ecológica. Trata-se, de acordo com Foster, de indicativos de uma visão ecológica enquanto base de uma relação indissociável entre as sociedades humanas e o meio ambiente, ainda que o mesmo não tenha esmiuçado sistematicamente a questão.

A obra é de fundamental importância no sentido de auxiliar na compreensão das problemáticas identificadas no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá como parte de uma configuração mais ampla. As inúmeras situações que vão desde a degradação de nascentes por meio de desmatamento ou contaminação, a intensa exploração da terra a partir de pastagens, as transformações na paisagem tendo em vista a extração indiscriminada de minerais, os recorrentes registros de envenenamento por uso de agrotóxicos, dentre outros, são indicativos

de uma realidade socioambiental característica de uma *falha sociometabólica*, subvertendo as funções naturais dos ecossistemas em mecanismos de obtenção de lucro.

Nesse sentido, ter como base um referencial teórico fundado no materialismo histórico-dialético é mister para que se possa entender a realidade local como resultado de processos globais de espoliação alicerçado num modo de produção genuinamente explorador. Trata-se de um sistema cuja condição de explorar e expandir é sua própria essência, o que o torna incontrolável (MÉSZÁROS, 2011).

Marx, diferente das críticas que foram direcionadas a sua produção, apresenta uma noção de sustentabilidade divergente daquelas que viriam a ser cunhadas aproximadamente um século depois. Para ele, uma realidade sustentável baseada na relação sociedade humana-natureza só é possível tendo como condição central o equilíbrio metabólico entre ambas as dimensões. Implicitamente, fica posto que esse equilíbrio só é possível fora das relações capitalistas de produção, caracterizadas por formas de exploração em escalas sempre crescentes. Assim, se a condição central é o equilíbrio do metabolismo, logo, a continuidade de existência e reprodução humana só é possível nos limites desse equilíbrio.

Para Marx, essa relação, sendo indissociável e ontológica, tem o Trabalho como fio condutor, quando o homem transforma a natureza e se transforma ao transformar. Partindo da ideia de que essa relação atuaria como uma espécie de metabolismo, este, por sua vez, haveria de ter um funcionamento equilibrado para não se incorrer em frustrações de diversas ordens.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2008, p. 211).

Assim, se o processo de trabalho é entendido como o intercâmbio entre as necessidades humanas e as condições concretas da realidade para satisfazer seus anseios. Inevitavelmente, não se considerar as condições naturais e socioculturais possíveis para um determinado momento histórico tem causado prejuízos ao próprio metabolismo, gerando assim uma fratura metabólica. Aqui, a noção de fratura é compreendida a partir do modelo de consumo e exploração assumidos pelo Modo de Produção Capitalista, atuando apenas em

uma das dimensões, qual seja, a não reposição das condições naturais de reprodução por ora usurpadas.

Não obstante, as questões socioambientais, ressalvadas as especificidades, podem ser entendidas como reflexos de uma ruptura com o movimento de intercâmbio metabólico entre culturas e natureza, gerando desequilíbrios.

Na economia política desenvolvida de Marx, tal como apresentada no *Capital*, o conceito de ‘metabolismo’ (*Stoffwechsel*) foi empregado para definir o processo de trabalho como um ‘processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza’. Mas uma ‘falha (*rift*) irreparável’ surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações de produção capitalistas e da separação antagonista entre cidade e campo. (FOSTER, 2011, p. 201).

Esse movimento denuncia a necessidade de um processo inverso. Na consolidação de uma sociedade de produtores associados, há de se restabelecer as condições sociometabólicas, por meio de um modo de produção racional ou, de acordo com a literatura mais recorrente, planificada. Obviamente que o desafio central

[...] está em encontrar, segundo Mészáros, um equivalente racionalmente controlável e humanamente compensador das funções vitais da reprodução da sociedade e do indivíduo que devem ser realizadas, de uma forma ou de outra, por todo o sistema de intercâmbio produtivo, no qual é preciso assegurar finalidades conscientemente escolhidas pelos indivíduos sociais que lhes permitam realizar-se a si mesmos como indivíduos – e não como personificações particulares do capital ou do trabalho. Nessa nova forma de sociabilidade ou novo sistema de sociometabolismo reprodutivo, a atividade humana deverá se estruturar sob o princípio do tempo disponível, num modo de controle social autônomo, autodeterminado e autorregulado. (ANTUNES, 2011, p. 19).

Ainda em relação à exploração característica do capitalismo, seja pelo processo de acumulação primitiva e alienação do trabalho, suas conexões e reflexos sociopolíticos, econômicos e seus impactos de dimensões ecológicas, Marx discorre acerca de uma ruptura no equilíbrio necessário a sustentabilidade desse intercâmbio. O fato é que, desde aquela época, o autor lança olhares cuidadosos que explicitam sua preocupação com aquilo que mais tarde seria entendido e/ou conceituado no plano das problemáticas socioambientais,

Marx empregou o conceito de ‘falha’ na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formaram a base da sua existência – o que ele chamou ‘a[s] perpétua[s] condição[ões] da existência humana imposta[s] pela natureza’. (FOSTER, 2011, 229).

O fato é que, no modo de produção capitalista, baseado em relações desiguais as sociedades foram forjadas sob a lógica da abundância para uns e precariedade para outros. A fratura metabólica [...] associada no nível social com a divisão antagônica entre cidade e campo também era evidente em nível mais global: colônias inteiras se viam roubadas da sua terra, recursos e solo para sustentar a industrialização dos países colonizadores (FOSTER, 2011, p. 230). Essa perspectiva facilmente pode ser percebida no processo de colonização ao qual o Brasil vem passando desde sua invasão.

Segundo Foster (2011, p. 231-232),

Marx não acreditava, embora essas visões sejam comumente atribuídas a ele, que a resposta para os problemas do desenvolvimento agrícola estivesse em simplesmente aumentar a escala da produção. Em vez disso, a sua análise lhe ensinou os riscos da agricultura de larga escala, e também que a questão principal era a interação metabólica entre os seres humanos e a terra. Daí a agricultura só poder ocorrer em escala relativamente grande onde fossem mantidas as condições de sustentabilidade – algo que ele acreditava ser impossível na agricultura capitalista de larga escala.

Dessa passagem é possível depreender duas coisas: primeiro, a noção de desenvolvimento em Marx em muito se distancia da perspectiva que busca tratar crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, ao passo que enfatiza a percepção daquele autor em relação aos prejuízos causados na relação metabólica entre sociedades humanas e meio ambiente em função do modelo agrícola implantado no capitalismo e; segundo, a leitura de Marx acerca das questões ligadas a produção agrícola, paralela aos limites impostos pelas condições naturais de reprodução, possibilitaram a ele uma síntese que em maior ou menor grau influenciou sua noção a respeito daquilo que haveria de ser uma produção sustentável, além de propiciar sua crítica a insustentabilidade do capitalismo, já que se trata de um sistema que

[...] corre no sentido inverso a uma agricultura racional, ou que uma agricultura racional é incompatível com o sistema capitalista (mesmo que este último promova o desenvolvimento técnico da agricultura) e precisa ou de pequenos agricultores trabalhando por conta própria ou do controle dos produtores associados. (MARX, *apud* FOSTER, 2011, p. 232).

Uma das passagens mais marcantes da noção de metabolismo em Marx foi esboçada, de acordo com Foster (2011) nos *Grundrisse*, tendo como perspectiva a alienação da natureza em conexão a do trabalho. Para ele,

Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas, da sua troca metabólica com a natureza, e daí a sua apropriação da natureza, que requer explicação, ou é o resultado de um processo histórico, mas a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que é integralmente postulada apenas na relação do trabalho assalariado com o capital. (MARX *apud* FOSTER, 2011, p. 223).

Sobremaneira é possível perceber a profundidade do pensamento *marxiano* sob a luz do materialismo histórico-dialético tanto no que se refere aquilo que mais tarde ficaria conhecido como a “questão agrária”, como aquela que mais adiante seria escopo de debates em torno da “questão ambiental”. O que Marx sugere, ainda que isso não seja observado muito atentamente por seus críticos, é a necessidade de uma abordagem sistêmica entre sociedades humanas e ambiente, tendo o trabalho como fenômeno central e, portanto, responsável pela definição do metabolismo entre as diferentes dimensões da existência humana e que a sua alienação é, também, a alienação daquilo que o rodeia.

Quando o trabalho humano é expropriado através do assalariamento ou, quando as condições naturais de reprodução social são exauridas, nota-se uma *fratura* nesse metabolismo. A superação de tal ruptura só pode ser efetivamente alcançada, a partir de outro modo de produção, por conseguinte, pela superação do modo capitalista de produção.

3.4. ESPECIFICIDADES DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A contemporaneidade tem reivindicado novas formas de registro e interpretação da(s) realidade(s). Todavia, a provocação anteriormente suscitada expandindo a noção de realidade – no singular – para uma possibilidade mais ampla de compreensão das múltiplas relações que

permeiam o cotidiano – realidade no plural – pode oferecer um panorama impreciso e particular de uma dada situação ou fenômeno.

O fato é que o esforço em exercitar uma leitura crítica acerca dos conflitos socioambientais do TI Vale do Jiquiriçá, entendidos como fragmentos de processos de longínquas datas, exige questionar: em que medida as narrativas apresentadas até aqui têm dado conta da amplitude de interesses que envolvem a trama de uma História tecida na arena tensa das contradições? Trata-se da formulação de um ponto de vista, envolvendo desde a percepção espacial como resultante de várias formas de exploração, até a compreensão das relações de resistência assumidas no campo das interterritorialidades em conflito.

Assim, no bojo das narrativas até então compiladas acerca das problemáticas identificadas é possível perceber uma miscelânea de explicações que, em maior ou menor grau, reivindicam um caráter de verossimilhança para demarcar posições político-econômicas forjadas por relações de poder. Nessa dinâmica, jogos de interesses coadunam dialética e contraditoriamente. Sendo, obviamente, do modo que tem sido, não seria coerente negar que o conflito é uma das características mais marcantes dos problemas socioambientais desde a mais tenra idade.

Muitas dos embates vivenciados não se reduzem a fatores meramente ecológicos – embora haja sérios indícios de um intenso esgotamento nas condições vitais de ecossistemas em função de relações altamente predatórias na região. Trata-se de um conjunto de conflitualidades com diversas motivações e interesses que levam a modos de intervenção específicos por diferentes agentes públicos.

O urbanismo contemporâneo não esconde o abandono da narrativa social e a sua substituição pela simulação das formas, da cultura e da história. Essas são encenadas nas fachadas dos conjuntos paisagísticos e disfarçadas no discurso ambiental ensaiado da inclusão social das abstratas gerações futuras. (PAES, 2017, p. 671)

Nesse aspecto, concordamos com a necessidade de pensar numa *sociologia dos conflitos ambientais*, tal como sugerem Angela Alonso e Valeriano Costa (2000) no artigo *Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. Na oportunidade Alonso e Costa (2000) discutem a emergência de novos paradigmas para leitura e interpretação das chamadas questões socioambientais, a partir de um reordenamento epistemológico no trato das tensões e contradições percebidas.

Segundo os autores, as abordagens convencionais não têm dado conta de dimensões centrais dos conflitos ambientais, na medida em que caindo num excessivo institucionalismo

acabam por enveredar as trincheiras do conservacionismo ou, ainda, promovendo uma profícua discussão de caráter acadêmico em razão daquilo que haveria de ser uma *ciência ambiental* (ALONSO; COSTA, 2000). Esse movimento pode ser percebido no que se refere às problemáticas socioambientais, mas também em outras dimensões da vida.

No plano jurídico-institucional, Alonso e Costa (2000) observam ainda que as pressões dos movimentos ambientalistas forçaram a construção de instrumentos de governança cuja ação popular se dá de modo mais incisivo. Um desses mecanismos é a Ação Civil Pública¹¹, ferramenta de intervenção popular, tendo a jurisprudência como âncora. Nos casos em estudo, são muitos os registros desse tipo de ação, bem como, por meio do Ministério Público, a aplicação de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, ambos vinculados na maioria dos casos ao discurso conservacionista. Mas, em que medida tais argumentos têm dado conta dos conflitos em suas complexidades? Como dar-se por satisfeito com uma determinada versão, sem questionar o percurso de construção de um determinado ponto de vista? Como lidar com argumentos que denunciam, por exemplo, a restrição de apenas alguns grupos de atuarem em determinadas áreas (como apresentaremos no caso da Cachoeira dos Prazeres no município de Jiquiriçá)? Ou, ainda: O que justifica o acesso a água ser difícil para as populações locais e ao mesmo tempo ser acessada em abundância por empreendimentos na área da mineração (como ocorre em Maracás)? Essas e outras questões serão apresentadas nas páginas seguintes.

¹¹ Instituto Constitucional previsto para a reclamação e defesa, por parte do Ministério Público, sobre questões de interesse difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ao longo do presente estudo, foram identificados vários procedimentos dessa natureza em relação às questões socioambientais.

4. IMPRESSÕES GERAIS SOBRE A REGIONALIZAÇÃO NA BAHIA

Inicialmente é importante apresentar um breve panorama da constituição da política de regionalização assumida pelo governo da Bahia há alguns anos. Em atendimento a um conjunto de demandas existentes foi organizada uma divisão estadual a partir de um recorte em 5 territórios. Na época essa divisão dizia respeito ao TI do Sisal, Velho Chico, Irecê, Chapada Diamantina e Litoral Sul.

Como é sabido o processo de promoção às políticas públicas pensadas a partir da territorialidade não pode dar conta de todas as tensões e conflitualidades existentes em determinados limites socioespaciais e mais, pode até estimular o aparecimento de novas disputas. Nesse sentido, a partir de uma série de problematizações propostas por indivíduos e grupos dos municípios envolvidos nesses territórios, provocou uma nova roda de discussões em função da necessidade de um novo reordenamento tanto no que tange a definição dos territórios, como no quadro de critérios de sua definição.

Mais adiante a organização territorial passou a contar com 14, com a inclusão do Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Corrente, Sertão Produtivo, Itaparica, Baixo Sul, Piemonte do Paraguaçu e Bacia do Jacuípe. Ainda assim, não foi possível dar conta de um conjunto de demandas e reivindicações específicas, o que levou no ano de 2011 (já com um total de 26 territórios) a um novo redimensionamento, de modo que no Plano Plurianual 2012-2015 pudesse alcançar um total de 27 territórios. Com a inclusão das demandas urbanas nesse mapeamento, os chamados Territórios Rurais até aquela ocasião, passaram a ser definidos enquanto Territórios de Identidade, nomenclatura vigente até os dias atuais.

O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento. A adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustado conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário. (SEI, 2019).

As discussões em torno de uma divisão a partir dessas territorialidades, vale observar, ficaram limitadas em grande medida ao plano da governança, tendo como objetivos primordiais, o planejamento de políticas públicas de incentivo desenvolvimentistas. “[...] A

proposta de parlamentares, que manipulam uma identidade supostamente regional, busca uma inspiração política tributária da região inventada pelos economistas. Pretendem convertê-la numa forma de organização política do espaço. [...]” (ALMEIDA, 1993, p. XX).

Nesse sentido, de acordo com Almeida (1993, p. XX) não apenas o ato jurídico, mas todo o processo de negociação e posterior “[...] delimitação da ‘região’ exprime, assim, uma complexa coalização de interesses, antes que um mero ordenamento territorial dos aparatos de Estado. Tais interesses consideram-na uma espécie de região-laboratório em que se concretiza o que economistas [...]” definem enquanto área de interesse econômico, a partir da identificação de determinados produtos historicamente produzidos na região, ou mesmo, novos itens incluídos na matriz produtiva daquele lugar, mas que exerçam certo destaque em relação às demandas de mercado.

O termo governança aparece com bastante força a partir da década de 1970, dentro de um duplo debate: por um lado, associado ao jargão administrativo das boas formas de governar os negócios, com eficiência e transparência; e, por outro, ligado a ideia de partilhar e dividir poderes na gestão pública das regiões, coligando prefeituras, associações empresariais, sindicatos e entidades civis. Nesse sentido, a governança se situa como conceito intermediário entre Estado e Mercado, e entre o Global e o Local, designando as diversas formas de regulação e controle territorial implementados em diferentes tipos de redes e acordos entre atores sociais, que juntos definem mecanismos formais ou tácitos para resolver problemas inéditos. (PIRES *et al*, 2011, p. 2).

Uma das principais motivações para a criação dos chamados Territórios de Identidades de acordo com a Secretaria de Planejamento do estado da Bahia seria “[...] identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões [...]” (SEPLAN, 2019). Atualmente são 27 territórios, sendo o Vale do Jiquiriçá o de número 9 nessa distribuição que se dá a partir de uma caracterização que vai desde a fatores geográficos, até fatores antropológicos e sociológicos, considerando o sentimento de pertencimento e vinculação dos sujeitos ao grupo importante marcador, embora não determinante por si só. Para a Secretaria,

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais

elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2019).

Trata-se de uma mentalidade governamental baseada no aparecimento de “[...] iniciativas variadas em diversos segmentos e setores da atividade econômica apontam para outras modalidades de governança territorial, que indicam sobreposição de escalas e novas formas de regulação dos territórios [...]” (PIRES *et all*, 2011, p. 2). Partindo da perspectiva desses autores, compreende-se que, a ótica assumida pelo Governo do Estado no estabelecimento de uma política de regionalização territorializada, propunha uma espécie de concertação que, muito embora não superasse as estruturas que balizam o sistema capitalista, criava formas de disputa institucionalizada em seu interior. Desse modo, mesmo a governança apresentando limitações conceituais e objetivas, baseada simplesmente na gestão produtiva e espacial, sem uma discussão profunda sobre os aspectos simbólicos de produção desse mesmo espaço, aponta campos de disputas que “[...] mobilizam cidades, empresas, prefeituras, sindicatos, associações, tendo rebatimentos intensos sobre o ativismo político, o mercado de trabalho, renda per capita e indicadores sociais e ambientais.” (PIRES *et all*, 2011, p. 2).

Na tipologia dos territórios, Fernandes (s.d. p. 1) sugere que “convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente.”. Nesse sentido, a constituição dos chamados Territórios de Identidade no estado da Bahia, indicaria um conjunto de esforços de diferentes sujeitos na direção de uma reafirmação de projetos societários distintos, estando em recorrentes disputas e conflitualidades. Para esse autor, “[...] a relação classe-território é indissociável.” (FERNANDES, s.d. p.2).

Nosso desafio é compreender como as diferenciações da produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais. Estou me referindo às diversas classes e relações sociais que produzem diferentes espaços e territórios. (FERNANDES, s.d. p. 3).

A regionalização proposta pelo Governo Estadual nos últimos anos tem estabelecido um conjunto de territórios a partir de características específicas que vão desde a constituição sociocultural, até o leque de bens de consumo produzidos em determinadas localidades. De tal

forma, não se trata de uma estratégia que surge acabada historicamente; trata-se de uma forma de governança que se torna

[...] territorial quando se reconhece que o território é o recorte espacial de poder que permite que empresas, Estados e sociedade civil entrem em contato, manifestando diferentes formas de conflito e de cooperação; direcionando, portanto, o processo de desenvolvimento territorial. (PIRES *et al.*, 2011, p. 2).

Todavia, não se pode perder de vista que esse mesmo processo de produção e gestão espacial implica em diferentes projetos de desenvolvimento, o que tem potencializado em paralelo as ações de governança, processos de conflitualidades. As tensões são estabelecidas ora em função de um rearranjo socioespacial proposto por diferentes sujeitos e instituições, ora pela resistência de outros a projetos que em maior ou menor grau descaracterizam aspectos socioculturais e ambientais previamente estabelecidos naquele lugar.

Mas, para “[...] compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança.” (FERNANDES, s.d. p. 3). Como é o caso do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, formado por um conjunto de municípios.

Entretanto, essa estratégia ao mesmo tempo em que produz uma noção de territorialidade baseada apenas e tão somente na perspectiva da governança, oculta as tensões existentes nesses locais, a partir dos arranjos e relações de poder estabelecidas sob a lógica do capital. No Vale do Jiquiriçá é possível identificar ainda, uma ampla gama de conflitualidades constituídas a partir da ânsia pelo atendimento de interesses e necessidades de outros países, a exemplo da produção de vanádio em Maracás, no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, cuja exploração tem como maior acionista, com cerca de 90% das ações da empresa sob o controle da *Largo Resources* Ltda. (SOUZA, 2014, p. 14).

Essa configuração indica formas de ocupação e organização do espaço ocupado com fins e interesses transnacionais, o que insere a geopolítica internacional e os modos de reestruturação do capital na contemporaneidade no centro das conflitualidades naquela localidade. Sobre esse aspecto, Bernardo Mançano alerta que os transterritórios “[...] reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de *commodities*.” (FERNANDES, s.d. p. 3).

Por sua vez, quando o Governo Estadual define a regionalização a partir dos Territórios de Identidades nota-se uma escala do chamado território da governança, na medida em que fora definido enquanto estratégia de organização socioespacial com objetivos voltados ao fomento de políticas públicas localizadas. Isso posto, as intenções nem sempre explícitas por parte desses governos e grupos de influência na definição da agenda pública tendem a endossar relações conflituosas entre sujeitos e coletivos de diferentes matizes.

Dessa perspectiva emerge a compreensão de que as conflitualidades têm diferentes pontos de referência. Vão desde os espaços e as formas de ocupação espacial, até os sentidos e significados dos usos sociais assumidos em cada espacialidade. Bem mais. Trata-se de disputas que assumem formas concretas tanto do ponto de vista da materialidade histórica, como das tensões por garantir características simbólicas consideradas importantes para grupos historicamente estabelecidos naquelas localidades. De acordo com Pires (*et all*, 2011, p. 10) “[...] o contexto territorial não pode ser considerado neutro no processo de criação de uma modalidade de gestão, assim é possível identificar uma pluralidade de recortes territoriais, dependendo da natureza específica de cada recurso.”. Ainda, discorrendo sobre a importância dos Comitês de Bacias Hidrográficas nesse processo de concertações, Pires (*et all*, 2011) alertam que

[...] os problemas relacionados aos recursos hídricos têm fomentado a modificação das instituições, das práticas sociais e conseqüentemente têm influência sobre a organização do espaço geográfico representado pela bacia e pode ser ponto inicial importante e facilitador na tomada de planejamento local/regional, auxiliando o gerenciamento de forma sustentável, baseado na cooperação entre atores locais, por meio dos comitês. (PIRES, *et all*, 2011, p. 10)

Dessa forma, uma ampla gama de possibilidades de usos desses recursos pode levar a um conjunto de tensões entre diferentes grupos em função do acesso e distribuição dos mesmos. Estratégias de governança podem se configurar como campos de disputas profícuos para populações historicamente a margem das decisões tomadas pelo Estado. Disputam-se, pois, sentidos socialmente atribuídos na produção e uso espaciais.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o

criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. (FERNANDES, 2005, p. 6).

E, quando o território é “[...] compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados.” (FERNANDES, s.d. p. 4). Em certa medida, a compreensão de Território de Identidade estabelecida no Estado da Bahia, camufla muitas das tensões e conflitualidades que emergem dos arranjos sociais e políticos definidos historicamente.

O fato é que, situações como as que serão apresentadas no presente estudo, relativas ao município de Maracás, por exemplo, onde conflitualidades em razão do acesso e do uso dos recursos hídricos são registradas. Entende-se que, mesmo com as limitações do território enquanto espaço de governança, as dinâmicas das disputas internas podem forçar mudanças que levem a concertações sociopolítica, trazendo ao centro da Agenda Pública, vozes de diferentes sujeitos aos espaços decisórios.

Não se trata, portanto, de uma definição estanque e atemporal, as caracterizações têm um lugar no espaço-tempo que pode ser alterado a depender das tensões, sejam estas localizadas, ou reflexos de um panorama mais amplo. Nesse sentido, o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá tem registrado conflitos socioambientais das mais variadas naturezas.

4.1. PANORAMA DOS MUNICÍPIOS DO TI VALE DO JIQUIRIÇÁ

Realizadas estas considerações, apresenta-se a seguir alguns dados ligados aos municípios constituintes do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Vale observar que os dados posteriormente apresentados são resultantes de pesquisa documental, quando utilizou-se dados de agências de Estado, quais sejam, IBGE, SEI, SEPLAN, SETRE, INEP, bem como, do Observatório do Trabalho na Bahia e do PNUD. Além disso, sistematizou-se dados de coletas realizadas tanto nas entrevistas, como em documentos oficiais publicados em diversas mídias. Estes, por sua vez, foram produzidos por diferentes organizações, desde o Ministério Público Estadual, até Conselhos e Associações da Sociedade organizada.

Em relação aos dados demográficos que serão apresentados a seguir, fazem-se algumas considerações. Trata-se de pistas que auxiliam na compreensão do recorte histórico e

suas eventuais movimentações ao longo de um conjunto de dimensões da vida de sujeitos e grupos em cada um dos municípios do TI Vale do Jiquiriçá.

Tal perspectiva tem base no materialismo histórico-dialético, na medida em que busca conexões entre o local e o global, com vistas à compreensão da realidade. Todavia, chama-se a atenção para o fato de que muitos dos elementos trazidos a reflexão no presente estudo, emergem dos contatos e construções que foram possíveis realizar até aqui, porém, carecem de uma investigação mais detalhada.

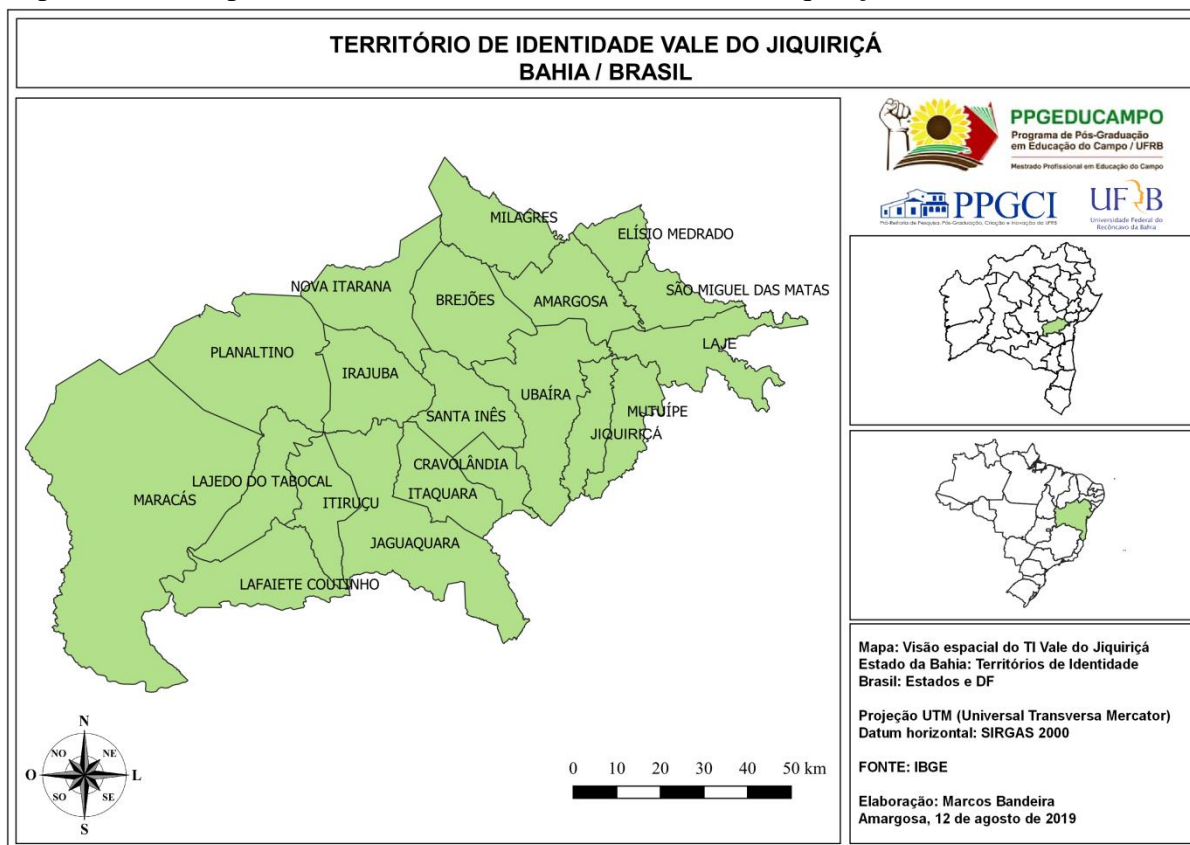
Importante se faz, por exemplo, considerar que os dados relativos ao desempenho dos municípios nos exames externos ligados ao Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB são relativos ao ano de 2017. A atualização dos mesmos está prevista para os próximos meses, após realização das verificações bienais tanto no Ensino Fundamental, como no Ensino Médio.

Nas tabelas apresentadas pode-se observar os resultados alcançados pela esfera municipal, como também, aqueles alcançados pela esfera estadual e nacional. A partir da disposição desses dados é possível oferecer um resumo dos principais elementos que constituem os indicadores de avaliação da Educação Básica, podendo-se realizar breves comparações entre as esferas.

Os dados gerados constituem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. No presente estudo, só foram incluídas informações referentes às instituições públicas. Trata-se de um quadro de resultados de grande relevância, tendo como escopo, avaliar o panorama da escolarização por etapa da educação básica e auxiliar os Governos na implementação de Políticas Públicas voltadas a sua melhoria.

Os 20 municípios que compõem o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá ocupam uma área de aproximadamente 9.295,74 km², com localização entre 230 e 350 km de Salvador, capital do estado da Bahia. Somente Elísio Medrado está na mesorregião Centro Norte Baiano e microrregião de Feira de Santana. Os demais fazem parte da microrregião de Jequié, mesorregião Centro Sul do estado.

Mapa 02: visão espacial do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá – Bahia



Fonte: base de dados IBGE / Elaboração do autor.

No quadro a seguir (*Quadro 01*) pode-se observar a variação de distância entre cada município do TI em relação à Salvador, capital do estado. Da área total de 9.295,74 Km², o quadro permite observar ainda, a área ocupada por cada município e seus respectivos limites espaciais. Ademais, registra-se também o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano por município e seus respectivos índices *Gini*, cuja exposição histórica possibilita observar eventuais mudanças, ainda que sutis, nos referidos índices ao longo dos anos de 1991, 2000 e 2010.

Quadro 01: indicadores socioeconômicos dos municípios do TI Vale do Jiquiriçá						
Município	Distância aproximada de Salvador	Área ocupada (km²)	IDH (ADHM)	Gini (ADHM)		
				1991	2000	2010
Amargosa	242 km	437,59	0,625 (Médio)	0,60	0,55	0,56
Brejões	279 km	482,56	0,597 (Baixo)	0,48	0,46	0,50
Cravolândia	304 km	160,65	0,599 (Baixo)	0,51	0,55	0,53
Elísio Medrado	230 km	200,68	0,623 (Médio)	0,50	0,52	0,50
Irajuba	307 km	383,77	0,576 (Baixo)	0,52	0,52	0,52
Itaquara	319 km	297,34	0,553 (Baixo)	0,50	0,47	0,55
Itiruçu	337 km	303,7	0,600 (Médio)	0,50	0,61	0,50
Jaguaquara	336 km	965,24	0,580 (Baixo)	0,53	0,60	0,50
Jiquiriçá	257 km	236,93	0,553 (Baixo)	0,50	0,49	0,50
Lafaiete Coutinho	362 km	354,06	0,599 (Baixo)	0,46	0,51	0,51
Laje	232 km	499,59	0,586 (Baixo)	0,58	0,54	0,51
Lajedo do Tabocal	349 km	425,41	0,584 (Baixo)	0,46	0,54	0,46
Maracás	350 km	2.443,97	0,607 (Médio)	0,45	0,49	0,51
Milagres	252 km	309,45	0,622 (Médio)	0,54	0,53	0,51
Mutuípe	246 km	274,48	0,601 (Médio)	0,52	0,70	0,63
Nova Itarana	273 km	457,63	0,524 (Baixo)	0,45	0,56	0,55
Planaltino	321 km	941,5	0,572 (Baixo)	0,47	0,49	0,56
Santa Inês	309 km	358,12	0,574 (Baixo)	0,50	0,51	0,48
São Miguel das Matas	229 km	208,84	0,593 (Baixo)	0,50	0,49	0,51
Ubaíra	268 km	765,35	0,582 (Baixo)	0,51	0,51	0,59

Fonte: IBGE (2010).

Tendo como base o censo demográfico de 2010, o território registrou uma população de 301.682 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 174.633 dos habitantes (57,89%) vivem em áreas urbanas, ao passo que, 127.049 pessoas (42,11%) vivem em áreas rurais de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – ADHB (2019). Os dados evidenciam maior concentração demográfica em dependências urbanas no Território, analisado globalmente. Todavia, é importante considerar que há variações entre os municípios, como pode ser percebido na seguinte tabela (*Tabela 01*), quando se registra casos em que o percentual é inversamente proporcional, registrando maior concentração em áreas rurais de municípios do TI.

Tabela 01: população dos municípios do TI na série histórica de 1991, 2000 e 2010.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TI NA SÉRIE HISTÓRICA /1991-2010														
	1991					2000					2010				
	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%
Amargosa	27.009	15.831	58,61	11.178	41,39	30.963	20.884	67,45	10.079	32,55	34.351	24.891	72,46	9.460	27,54
Brejões	12.779	3.352	26,23	9.427	73,77	14.817	4.568	30,83	10.249	69,17	14.282	4.937	34,57	9.345	65,43
Cravolândia	5.446	2.475	45,45	2.971	54,55	5.707	3.000	52,57	2.707	47,43	5.041	3.180	63,08	1.861	36,92
Elísio Medrado	7.839	1.997	25,48	5.842	74,52	7.860	2.514	31,98	5.346	68,02	7.947	3.248	40,87	4.699	59,13
Irajuba	6.744	1.832	27,16	4.912	72,84	6.597	2.717	41,19	3.880	58,81	7.002	3.273	46,74	3.729	53,26
Itaquara	6.819	3.070	45,02	3.749	54,98	7.661	4.165	54,37	3.496	45,63	7.678	4.608	60,02	3.070	39,98
Itiruçu	12.010	7.700	64,11	4.310	35,89	13.345	9.871	73,97	3.474	26,03	12.693	9.526	75,05	3.167	24,95
Jaguaquara	38.678	26.977	69,75	11.701	30,25	46.308	35.103	75,80	11.205	24,20	51.011	38.850	76,16	12.161	23,84
Jiquiriçá	11.482	3.386	29,49	8.096	70,51	12.244	4.588	37,47	7.656	62,53	14.118	5.581	39,53	8.537	60,47
Lafaiete Coutinho	7.793	1.771	22,73	6.022	77,27	5.943	1.921	32,32	4.022	67,68	3.901	2.104	53,93	1.797	46,07
Laje	17.064	3.849	22,56	13.215	77,44	18.439	5.118	27,76	13.321	72,24	22.201	6.080	27,39	16.121	72,61
Lajedo do Tabocal	6.639	3.291	49,57	3.348	50,43	7.724	4.608	59,66	3.116	40,34	8.305	5.149	62,00	3.156	38,00
Maracás	23.428	12.195	52,05	11.233	47,95	28.626	18.516	64,68	10.110	35,32	24.613	17.707	71,94	6.906	28,06
Milagres	9.527	6.758	70,94	2.769	29,06	11.691	9.046	77,38	2.645	22,62	10.306	7.789	75,58	2.517	24,42
Mutuípe	22.336	6.943	31,08	15.393	68,92	22.443	8.984	40,03	13.459	59,97	21.449	9.659	45,03	11.790	54,97
Nova Itarana	6.725	1.960	29,14	4.765	70,86	6.651	2.497	37,54	4.154	62,46	7.435	2.715	36,52	4.720	63,48
Planaltino	10.520	2.375	22,58	8.145	77,42	8.625	2.990	34,67	5.635	65,33	8.822	3.640	41,26	5.182	58,74
Santa Inês	10.093	9.049	89,66	1.044	10,34	11.093	10.374	93,52	719	6,48	10.363	9.514	91,81	849	8,19
São Miguel das Matas	9.311	2.040	21,91	7.271	78,09	10.020	2.772	27,66	7.248	72,34	10.414	3.360	32,26	7.054	67,74
Ubaíra	19.643	7.085	36,07	12.558	63,93	20.549	8.010	38,98	12.539	61,02	19.750	8.822	44,67	10.928	55,33
POPULAÇÃO TOTAL POR ÁREA OCUPADA	271.885	123.936	45,58	147.949	54,42	297.306	162.246	54,57	135.060	45,43%	301.682	174.633	57,89	127.049	42,11

Na série histórica, registra-se um aumento populacional no TI Vale do Jiquiriçá. No período é possível perceber tanto o crescimento demográfico em áreas urbanas, como uma diminuição das populações rurais. Chama-se a atenção, no entanto, que para além dos dados gerais do Território, houve município não seguiu o movimento demográfico mais amplo; ao contrário, registrou uma organização populacional com maior concentração em áreas rurais. Esse é o caso do município de Laje que, além de ter apresentado crescimento na população rural ao longo do período nos três recenseamentos, evidenciou também certa estabilidade na proporção entre a população urbana e rural.

No que tange à diminuição populacional em áreas rurais entre os municípios do TI chama a atenção também, Lafaiete Coutinho que apresenta uma diminuição drástica dessa população tanto entre 1991 e 2000 como no último censo, realizado em 2010. Naquele município, registrou-se uma queda para menos da metade no total da população, cujos números indicam ter sido, sobretudo entre as pessoas que viviam no contexto rural, cujos índices caíram aproximadamente dois terços. Vale observar que as razões que teriam levado aos resultados apresentados carecem de uma investigação mais específica, que não será possível no presente estudo.

4.1.1. EDUCAÇÃO

No que se refere ao campo da Educação formal, os índices relativos aos municípios do TI Vale do Jiquiriçá são apresentados nas tabelas posteriores (*Tabelas 02 e 03*). A primeira evidencia o número de pessoas por etapa de escolarização em cada um dos municípios no ano de 2010.

Tabela 02: Quantidade de Pessoas por etapa de escolarização no TI – 2010.

MUNICÍPIOS	Total	Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização		E.F. ¹²	Médio	Graduação	Especialização, mestrado ou doutorado
				Regular	EJA				
Amargosa	12.453	608	968	834	501	6.939	1.773	771	59
Brejões	4.895	50	572	419	104	2.598	936	199	18
Cravolândia	1.814	91	149	110	138	983	320	24	-
Elísio Medrado	2.356	91	203	141	10	1.361	414	137	-
Irajuba	2.645	10	274	67	232	1.636	315	96	15

¹² E.F. Sigla referente à Ensino Fundamental. Nesse caso, diz respeito às duas etapas constitutivas do mesmo, quais sejam, Ensino Fundamental I e II.

Tabela 02: Quantidade de Pessoas por etapa de escolarização no TI – 2010 (continuação).

MUNICÍPIOS	Total	Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização		E.F. ¹³	Médio	Graduação	Especialização, mestrado ou doutorado
				Regular	EJA				
Itaquara	2.887	61	196	149	252	1.605	526	88	10
Itiruçu	4.260	31	467	263	256	2.403	678	144	19
Jaguaquara	17.405	158	2.031	1.149	755	10.135	2.613	504	59
Jiquiriçá	4.688	21	400	431	310	2.776	596	121	32
Lafayette Coutinho	1.076	50	90	77	78	562	171	39	10
Lagedo do Tabocal	2.833	64	286	93	184	1.614	508	73	11
Laje	7.219	271	630	715	305	3.954	1.170	137	37
Maracás	8.539	616	685	523	343	4.366	1.782	181	44
Milagres	3.353	106	289	292	126	1.884	509	129	18
Mutuípe	6.965	140	773	593	177	3.846	1.142	254	41
Nova Itarana	2.548	10	316	318	46	1.413	418	27	-
Planaltino	2.757	140	207	238	124	1.505	529	14	-
Santa Inês	3.431	144	200	145	190	2.055	661	22	12
São Miguel das Matas	3.289	108	316	348	35	1.912	444	124	-
Ubaíra	6.780	133	564	413	324	4.241	916	190	-

FONTE: SEI/DIQEP/COPESP. Dados sistematizados a partir dos microdados dos Censos Demográficos IBGE: 2010.

Posteriormente, chama-se a atenção para os dados relativos aos chamados exames externos, realizados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Logo adiante é possível observar os índices alcançados por cada um dos municípios nas principais etapas de conclusão das etapas constitutivas da Educação Básica, o 5º Ano – última etapa do Ensino Fundamental I – o 9º Ano – última etapa do Ensino Fundamental II – e o 3º Ano – última etapa do Ensino Médio. Em cada uma dessas etapas o corpo discente é submetido a exames externos, com vistas a registrar a escala de proficiência da categoria em cada uma das etapas. O IDEB é calculado a partir dos dados relativos à aprovação e aqueles obtidos nesses exames em cada uma das etapas.

A seguir (*Tabela 03*), registram-se os resultados obtidos pelos municípios do TI no ano de 2017, podendo ser comparado aos resultados estaduais e nacionais. Vale observar que os dados evidenciam os resultados obtidos pelo conjunto das Escolas Públicas de cada um dos municípios do TI no ano de 2017.

¹³ E.F. Sigla referente à Ensino Fundamental. Nesse caso, diz respeito às duas etapas constitutivas do mesmo, quais sejam, Ensino Fundamental I e II.

Tabela 03: IDEB do Ensino Fundamental e Médio dos Municípios no TI em 2017

Escolas Públicas	Ensino Fundamental – I e II				Ensino Médio	
	5º. ANO		9º. ANO		3º. ANO	
	Alcançado	Estimado	Alcançado	Estimado	Alcançado	Estimado
Brasil	5.5	5.2	4.4	4.7	3.5	4.4
Bahia	4.7	4.1	3.4	4.1	S/dados	S/dados
Amargosa	5.0	4.4	3.2	4.1	3.0	S/dados
Brejões	5.1	4.4	3.3	4.7	3.0	S/dados
Cravolândia	4,7	4.0	3.8	3.7	2.2	S/dados
Elísio Medrado	4,6	4.2	4.6	4.2	3.1	S/dados
Irajuba	4,8	3.9	3.3	3.8	2.0	S/dados
Itaquara	5,4	3.5	3.2	3.6	2.9	S/dados
Itiruçu	4,1	4.2	2.9	3.7	2.5	S/dados
Jaguaquara	4,1	4.4	3.3	3.8	2.8	S/dados
Jiquiriçá	4,9	4.5	3.1	4.3	3.6	S/dados
Lafaiete Coutinho	4,9	4.7	3.9	4.8	3.7	S/dados
Laje	4,3	4.8	3.6	4.9	2.8	S/dados
Lajedo do Tabocal	4,6	5.0	3.5	4.2	2.8	S/dados
Maracás	4,8	4.1	3.5	4.3	3.3	S/dados
Milagres	4,2	4.4	3.3	4.5	2.7	S/dados
Mutuípe	4,2	4.6	3.6	4.3	2.2	S/dados
Nova Itarana	5,4	3.9	4.1	4.0	3.0	S/dados
Planaltino	5,2	4.3	3.6	4.1	S/dados	S/dados
Santa Inês	4,3	4.3	4.0	4.1	S/dados	S/dados
São Miguel das Matas	4,9	3.9	2.9	4.1	2.8	S/dados
Ubaíra	4,5	4.2	3.3	4.1	2.9	S/dados

Fonte: INEP/2019 (adaptado)

Ao analisar os dados relativos à quantidade de escolas do TI Vale do Jiquiriçá entre os anos de 2010 e 2018, novamente se depara diante de uma realidade que evidencia uma enorme complexidade. Se por um lado houve um crescente fechamento de escolas situadas no contexto rural, por outro, grande parte dos municípios do território apresentou índices que registram aumento de unidades escolares no contexto urbano (*Tabela 04*) entre os anos de 2010 e 2018.

Esse fenômeno exige uma investigação mais detalhada a respeito. De fundamental importância tanto para compreender as múltiplas dimensões de uma possível conflitualidade, caracterizada pela disposição de interesses em disputa, como também, problematizar aspectos contemporâneos de um movimento de configuração mais ampla que em maior ou menor grau tem endossado uma política de êxodo permanente – do campo à cidade.

Tabela 04: número de escolas do TI Vale do Jiquiriçá entre os anos de 2010 e 2018

MUNICÍPIO	ANO DE REFERÊNCIA																										
	2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017			2018		
	U	R	G	U	R	G	U	R	G	U	R	G	U	R	G	U	R	G	U	R	G	U	R	G	U	R	G
Amargosa	19	28	47	19	28	47	19	28	47	18	28	46	18	28	46	18	28	46	18	27	45	18	25	43	20	25	45
Brejões	7	6	13	7	6	13	7	6	13	7	6	13	7	6	13	7	6	13	10	3	13	10	3	13	10	3	13
Cravolândia	5	12	17	5	12	17	5	12	17	5	12	17	5	12	17	5	12	17	5	12	17	5	12	17	5	8	13
Elísio Medrado	8	18	26	8	18	26	8	18	26	8	18	26	8	15	23	8	11	19	8	11	19	8	11	19	8	12	20
Irajuba	7	16	23	7	16	23	7	16	23	8	16	24	8	15	23	8	15	23	8	14	22	8	12	20	8	11	19
Itaquara	7	13	20	7	13	20	7	10	17	7	8	15	8	7	15	8	7	15	8	6	14	8	6	14	8	6	14
Itiruçu	13	6	19	12	7	19	13	6	19	13	5	18	11	5	16	12	5	17	10	5	15	10	5	15	10	4	14
Jaguaquara	34	44	78	32	43	75	33	38	71	32	39	71	32	38	70	32	36	68	31	35	66	30	31	61	31	30	61
Jiquiriçá	6	20	26	6	22	28	6	22	28	6	22	28	6	19	25	7	19	26	7	19	26	7	19	26	8	19	27
Lafaiete Coutinho	4	5	9	4	5	9	4	5	9	4	2	6	4	2	6	4	2	6	4	2	6	4	2	6	4	2	6
Laje	9	29	38	9	28	37	9	28	37	9	28	37	9	27	36	9	27	36	9	27	36	9	28	37	8	27	35
Lajedo do Tabocal	9	10	19	9	9	18	9	9	18	9	8	17	9	8	17	9	8	17	9	8	17	9	8	17	9	8	17
Maracás	18	37	55	18	36	54	18	35	53	18	33	51	18	30	48	18	30	48	18	27	45	17	27	44	17	26	43
Milagres	10	5	15	9	4	13	9	4	13	9	4	13	9	4	13	9	4	13	10	4	14	10	3	13	10	3	13
Mutuípe	11	35	46	10	34	44	11	34	45	11	33	44	11	32	43	11	32	43	11	30	41	11	30	41	11	30	41
Nova Itarana	3	7	10	3	7	10	3	5	8	5	5	10	3	7	10	3	7	10	3	7	10	3	7	10	4	7	11
Planaltino	6	11	17	6	11	17	6	10	16	6	10	16	6	10	16	6	10	16	6	9	15	6	9	15	6	9	15
Santa Inês	12	6	18	12	6	18	12	6	18	12	6	18	12	5	17	12	5	17	12	5	17	12	4	16	12	4	16
São Miguel das Matas	7	15	22	7	15	22	7	15	22	7	14	21	7	14	21	7	14	21	8	14	22	8	14	22	8	13	21
Ubaíra	11	49	60	10	47	57	11	45	56	10	41	51	11	38	49	11	39	50	10	39	49	10	38	48	9	33	42
Total de acordo com a localização.	206	372	578	200	367	567	204	352	556	204	338	542	202	322	524	204	317	521	205	304	509	203	294	497	206	280	486

LEGENDA: U: Urbana / R: Rural / G: Geral.

FONTE: IBGE/INEP (microdados 2010/2018).

A ampliação de Universidades e Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do Brasil é um fato de grande relevância. Vale observar que o processo de reestruturação em questão se deu tanto no cerne da inauguração de novas instituições, como da ampliação daquelas que já existiam. Houve, ainda, um massivo aumento na oferta de vagas em cursos já conhecidos, além da criação de novos.

Esse panorama, inevitavelmente incidiu num conjunto de mudanças de caráter não apenas estrutural como também, sociológico. De tal forma, as lutas políticas assumidas pelos Movimentos Sociais ao longo do tempo levaram indubitavelmente a uma organização da sociedade a um patamar que têm não apenas revelado, mas também, combatido o caráter classista, racista e conservador de setores dominantes da sociedade brasileira.

Num momento histórico que implicou mudança de paradigmas em diversos setores, o papel de governos progressistas (até certo ponto) entre os anos de 2002 e 2014, provocou o acesso de grupos marginalizados historicamente a espaços até então negados. Notadamente isso levou a uma reação das elites do país, haja vista uma mudança no papel do Estado. Todavia, os esforços empreendidos e os interesses em disputa no período, dificultaram maiores avanços, de modo que não houve uma superação efetiva das estruturas de poder e concentração historicamente estabelecidas.

No TI Vale do Jiquiriçá é fundamental evidenciar como esse processo foi determinante para a conformação de uma nova configuração sociocultural e política. Sem dúvidas, a garantia de um maior arcabouço de cursos e opções de formação continuada possibilitou a entrada da região num contexto de ampliação das produções científicas pensadas a partir da realidade local. O processo de interiorização das Universidades Públicas, vem revelando um olhar mais específico às demandas locais de indivíduos e grupos. De tal forma, nota-se uma profícua produção acadêmica pensada para superação de questões objetivas das populações, demandando, obviamente, não apenas uma mudança no interior das instituições de ensino, mas também, pressões em torno de políticas públicas voltadas às especificidades locais.

De uma forma ou de outra, um conjunto de produções acumuladas ao longo dos últimos anos tem contribuído para a inserção de algumas pautas, anteriormente invisibilizadas, na agenda pública. Obviamente que não se podem esgotar tais discussões aos limites da governança, como já foi observado. Todavia, negar o poder das lutas locais na demandada por Políticas Públicas é de igual reducionismo de ações no plano de um Estado que, durante o período em questão se organizou a partir da lógica do chamado *Bem estar*

*social*¹⁴, ao passo que nos dias atuais, agudiza crises do capital a partir do aprofundamento do neoliberalismo no plano econômico, de extrema direita, no plano ideológico, além de perda da soberania e entrega das riquezas nacionais no tangente a Política Internacional.

O fato é que alguns estudos realizados na região revelam o caráter imbricado de pesquisas que têm na realidade mais próxima não apenas uma fonte inesgotável de leituras sobre o mundo, mas também, o conjunto de elementos para, a partir dessa leitura, transformá-la. Aquilo que é familiar passa a ser problematizado como elemento de cultura e história; supera a noção de uma realidade dada como uma determinação imutável. O mundo da vida, como concebe Habermas, passa a ser compreendido como um cenário em constantes disputas.

Assim, sujeitos de suas próprias trajetórias têm adentrado novos espaços a partir dos enfrentamentos sociais, promovendo novas interações e demarcando posições no âmago dessas mesmas conflitualidades. De tal forma, as tensões e múltiplas territorialidades em disputa exigem de cada um e cada uma, posturas para além do paradigma educacional dominante, baseado ainda em parâmetros meramente contemplativos do saber, para revelar um compromisso histórico assumido com a ocupação dos “territórios acadêmicos”. É mister portanto, compreender nessa dinâmica, também uma disputa por epistemologias, pontos de vista e narrativas que em maior ou menor grau, camuflam relações de poder num determinado contexto histórico.

O papel de uma Educação progressista, pensada para a suplantação de violências históricas parte do oferecimento de condições para que os indivíduos possam visualizar esse duplo aspecto do compromisso com as conquistas sociais. Terreno fértil para essa mudança estaria no arcabouço do pensamento *freireano* quando o mesmo defende uma práxis oriunda de uma reflexão permanente sobre a sua realidade, de modo que, mesmo o indivíduo carecendo de um certo distanciamento de seu contexto, que isso seja breve, posto que comprometido com suas origens retorna munido de um projeto de transformações dialéticas.

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de ‘distanciar-se’ dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. (FREIRE, 1979, p. 7).

¹⁴ Modelo de organização do Estado baseado no oferecimento de condições básicas, mínimas por assim dizer, porém, fundamentais para o combate à um conjunto de disparidades socioeconômicas. Todavia, esse modelo recebe profundas críticas, haja vista o fato de não romper com as estruturas que balizam essas mesmas desigualdades, o que exigiria um enfrentamento tanto no plano local, como em dimensões mais amplas na trama geopolítica.

Dado o conjunto de contradições dispostas diante os indivíduos, a emergência de um compromisso se instala. Trata-se de uma responsabilidade dupla: primeiro no sentido de assumir os rumos das conquistas que lhes foram legadas pelas gerações anteriores, zelando da memória daqueles e daquelas que, cada qual ao seu modo, provocaram as estruturas a ponto de denunciar fissuras e; segundo, no sentido de comprometer-se com as gerações vindouras, com vistas a garantir-lhes não apenas condições de acesso a estes espaços, mas, condições ainda mais qualificadas de experimentar os mesmos.

O Desafio de pensar o papel das IES no TI Vale do Jiquiriçá, implica pensar também por dentro, para além dos dados alfanuméricos das investigações censitárias. Essas instituições têm garantido elementos reflexivos e práticos para indivíduos e grupos pensarem a si mesmo e a realidade que os rodeiam, objetivando sua transformação. Isso, obviamente, a partir de um amplo debate – e às vezes embate – no cerne dessas mesmas instituições. Ambos – indivíduos e instituições são, portanto, promotores e resultantes dessas disputas cotidianas.

Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Esta relação homem-realidade, homem-mundo [...] implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. É, portanto, através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas. Conforme se estabeleçam estas relações, o homem pode ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir. (FREIRE, 1979, p. 8).

Infere-se que é de fundamental importância aprofundar reflexões a respeito dos impactos da interiorização das Universidades Públicas no TI Vale do Jiquiriçá. A título de registro é importante salientar a relevância de instituições como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, com fortes influências nos municípios do Vale do Jiquiriçá. Todavia, para além da relevância no campo das políticas públicas, a importância sociopolítica desses espaços na formação de uma mentalidade territorial é uma conquista incomensurável; prenúncio de outras pautas, outras lutas e outras vozes que ecoam na contemporaneidade.

4.1.2. TRABALHO

Em relação a categoria “*Trabalho*”, o Censo demográfico do ano de 2010 (IBGE) estimou para o TI um número de 12.207 Pessoas Desocupadas – PD e 126.541 de Pessoas Ocupadas – PO, de acordo com publicação do Observatório do Trabalho na Bahia (BAHIA, 2019). Ambos os recortes são constituintes da chamada População Economicamente Ativa – PEA, totalizando um número de 138.748 pessoas. No ano de recenseamento (2010), registrou-se uma População em Idade Ativa – PIA, de 256.461 habitantes (*Tabela 05*).

Tabela 05: dados sobre o Trabalho no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá

Município	PD	PO	PEA	PIA	Empregos Formais		Estabelecimentos Formais	
					2016	2017	2016	2017
Amargosa	1.893	14.801	16.694	29.274	2.884	3.271	462	469
Brejões	826	4.789	5.615	12.178	747	761	86	88
Cravolândia	166	2.173	2.338	4.231	422	384	25	23
Elísio Medrado	224	3.861	4.086	6.894	376	414	44	48
Irajuba	312	2.762	3.073	5.843	357	503	23	26
Itaquara	393	2.786	3.178	6.664	504	474	33	37
Itiruçu	660	4.849	5.509	10.862	772	840	76	77
Jaguaquara	1.985	20.712	22.697	42.708	3.380	3.528	533	538
Jiquiriçá	287	6.765	7.052	11.998	613	825	75	79
Lafaiete Coutinho	220	1.633	1.852	3.438	441	484	43	42
Laje	422	10.622	11.044	18.768	1.070	1.255	122	118
Lajedo do Tabocal	329	3.221	3.551	7.024	515	557	45	43
Maracás	936	10.366	11.303	21.091	2.285	3.004	280	291
Milagres	618	3.790	4.407	8.749	939	698	88	88
Mutuípe	660	9.624	10.284	18.353	1.539	1.537	199	200
Nova Itarana	481	2.007	2.489	6.172	449	455	40	43
Planaltino	277	3.996	4.273	7.592	462	361	43	44
Santa Inês	559	3.755	4.314	8.955	502	512	54	55
São Miguel das Matas	224	5.206	5.431	8.883	532	710	54	62
Ubaíra	735	8.823	9.558	16.784	1.143	1.457	142	157
TOTAL	12.207	126.541	138.748	256.461	19.932	22.030	2.467	2.528

Fonte: Observatório do Trabalho na Bahia.

Ainda em relação ao Mundo do Trabalho é possível perceber na tabela anterior que, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do ano de 2017 foram registrados 22.030 cadastros de empregos formais naquele município; um aumento em relação ao ano anterior, tendo registrado 19.932 cadastros em 2016. Registrou-se ainda, um aumento no número de estabelecimentos formais de 2.467 em 2016 para 2.528 em 2017.

Esses dados evidenciam os números totais para o território de identidade em estudo. Todavia, na mesma tabela é possível observar que alguns municípios tiveram variações diferenciadas o que carece de investigações mais detalhadas para se compreender eventuais causas específicas.

Vale considerar que as atividades produtivas de maior impacto no TI são aquelas ligadas a mineração e atividades agropastoris, sobretudo aquelas voltadas a produção de produtos primários. Tais relações constituem o panorama do Trabalho no território há um vasto universo que, tanto garante as condições básicas de subsistência das populações, como, tem sinalizado para um crescente cenário de conflitualidades e contradições. Nesse caso, a compreensão dessas relações precisa partir de uma interpretação das condições objetivas legadas pela história territorial, vinculadas a um modo de produção predatório, cuja mentalidade remete ao colonialismo, tanto no tangente a ocupação espacial, como no tangente as relações trabalhistas.

Uma das principais características do modelo de consumo introduzido no Vale do Jiquiriçá pode ser percebida a partir da intensa atividade mineral, pujante na região e, portanto, também responsável por um volume crescente de disputas materiais e imateriais entre agências de exploração e populações locais. Um exemplo de conflitualidade nesse sentido será apresentado no item em que se discute as problemáticas relacionadas a Pedra Pelada, no município de Laje.

Considerando apenas a produção de *commodities* ligadas ao ramo da mineração é possível observar a existência de intensa atividade em diversos municípios do TI Vale do Jiquiriçá. De acordo com o *Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia* (BAHIA, 2015) a incidência de uma variedade de minerais tem sido registrada em alguns municípios do Território Vale do Jiquiriçá. Na mesma medida em que as pesquisas vêm aumentando, novos focos de exploração também, como é o caso da extração de vanádio em Maracás e bauxita em Jaguaquara. Com vistas à melhor compreensão do panorama da mineração no TI Vale do

Jiquiriçá, o quadro a seguir (*Quadro 02*) busca sintetizar alguns dados mais gerais acerca da temática:

Quadro 02: incidência de exploração mineral no TI Vale do Jiquiriçá									
MUNICÍPIOS	Ferro	Quartzo	Grafita	Titânio	Manganês	Muscovita	Quartzo hialino	Bauxita	Vanádio
AMARGOSA									
BREJÕES	X	X							
CRAVOLÂNDIA			X						
ELÍSIO MEDRADO									
IRAJUBA									
ITAQUARA		X	X						
ITIRUÇU									
JAGUAQUARA	X	X							
JIQUIRIÇÁ									
LAFAYETTE COUTINHO									
LAJE	X	X		X					
LAJEDO TABOCAL									
MARACÁS	X								X
MILAGRES			X						
MUTUÍPE									
NOVA ITARANA		X	X						
PLANALTINO									
SANTA INÊS		X							
SÃO MIGUEL DAS MATAS	X								
UBAÍRA	X	X	X	X					

FONTE: SEI (2015 adaptado).

Outros minerais têm ocorrência no TI Vale do Jiquiriçá, quais sejam “[...] manganês, muscovita, quartzo hialino (crystal de rocha) [...]” (SEI, 2015, p. 183). Os principais usos do ferro são na produção de metais, construção civil e indústria de transportes; o quartzo tem uso em fundição, fabricação de esmalte, dentrífcios, lixas e refratários; a grafita é utilizada em refratários, lubrificantes e fabricação de baterias. (*Idem*).

A descoberta desses minerais tem impulsionado um conjunto de disputas, tanto no que tange à exploração como também, no que se refere aos interesses cruzados também em disputa. Aqui, vale salientar que nosso entendimento acerca do cruzamento de interesses tem

a ver com a disposição em que diferentes indivíduos ou grupos assumem para defender potencialidades específicas ante um emaranhado de possibilidades, nesse caso, desarmônicas. Exemplo disso é a especulação mineral impondo uma cadeia de transformações socioambientais camufladas por argumentos que giram em torno do lucro de grupos não locais, muitos deles, alicerçados em países industrializados carentes de matérias-primas ou mesmo, produtos pouco manufaturados, a exemplo do minério.

Nessa conjuntura, há sempre – em paralelo – uma disputa de narrativas também. Por um lado, representantes dos empreendimentos argumentam na direção de discursos unívocos que buscam endossar a ideia de geração de emprego e renda, o que, em suas perspectivas, justificariam o preço a ser pago pela população local; por outro, sujeitos e coletivos que atuam na contraposição a tais discursos, apresentam elementos acionados de estudos que indicam para possíveis impactos que vão, desde a alteração da paisagem local, até a mudança de cursos hídricos, corredores ecológicos, comunidades tradicionais, áreas demarcadas, dentre outros, muitos deles, irreversíveis à sociobiodiversidade. Em suma, os resultados dessa equação é pobreza e degradação para quem fica e acúmulo de riquezas resultantes dessa exploração por meio de grupos externos, alguns inclusive, de fora do país, como é o caso da exploração de vanádio em Maracás (a ser discutida posteriormente).

4.1.3. INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Em relação a situações de vulnerabilidade social, a tabela abaixo ilustra algumas das situações mais recorrentes no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. É importante observar que no ano em análise (2010) há uma evidente variação entre os municípios. Entre os resultados apresentados, têm-se como base os dados relativos ao Censo Demográfico do ano de 2010, carecendo, pois, de atualização.

Tabela 06: indicadores de vulnerabilidade social no TI Vale do Jiquiriçá – 2010.

Espacialidades	Mortalidade infantil ¹⁵	% de crianças extremamente pobres	% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	% de crianças de 6 a 14 fora da escola	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis	% de vulneráveis e dependentes de idosos	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor
Brasil	16,7	11,47	56,85	3,31	11,61	2,42	2,89	43,19
Bahia	21,73	21,24	57,97	3,13	17,67	4,39	3,37	51,54
Amargosa	18,1	23,33	40	3,17	15,38	5,58	2,25	54,65
Brejões	23,1	28,67	53	2,05	22,2	9,41	1,79	63,58
Cravolândia	24,8	30,65	55	2,41	22,11	8,84	1,61	49,72
Elísio Medrado	22,8	19,94	44	0,39	15,81	4,01	2,27	66,69
Irajuba	22,8	31,56	51	1,75	22,23	6,16	2,93	62,04
Itaquara	25,2	35,49	59	5,55	24,39	6,88	5,83	77,89
Itiruçu	25,3	20,02	57	3,29	23,68	5,79	2,84	68,44
Jaguaquara	28	19,67	62	5,33	21,9	5,79	4,37	70,38
Jiquiriçá	25,2	24,84	68	2,19	17,41	4,85	2,05	69,8
Lafaiete Coutinho	23,7	19,32	49	0,97	29,32	11,94	5,48	67,82
Laje	24,9	32,16	62	3,12	19,92	4,52	3,5	61,57
Lajedo do Tabocal	24,9	22,04	57	2,13	21,48	6,99	4,54	64,53
Maracás	28	28,17	43	2,84	18,05	5,69	8,04	59,36
Milagres	20,8	29,97	52	1,08	23,46	4,34	2,59	58,7
Mutuípe	27,2	26,01	53	1,33	18,04	7,62	3,21	51,4
Nova Itarana	31,4	45,06	68	2,61	30,31	6,93	5,53	76,47
Planaltino	35,9	33,41	49	3,43	18,33	4,88	4,77	75,38
Santa Inês	36,6	19,13	59	1,71	20,12	7,03	4,32	60,99
São Miguel das Matas	21,7	30,24	54	1,32	10,19	4,01	2,12	79,72
Ubaíra	25,8	33,66	57	2,23	16,99	6,97	1,98	69,63

Fonte: ADHB (2019) Adaptado pelo autor.

¹⁵ Número estimado a cada 1.000 crianças nascidas vivas, que vieram a óbito antes de completar 1 ano (IBGE, 2010).

Pode-se observar nos dados apresentados, em relação às taxas de mortalidade infantil, entre os municípios do TI apenas Amargosa registrou um resultado menor (18,1) em relação ao estado da Bahia (21,73), embora tenha ficado acima da média nacional (16,7). Já no indicador “% de crianças extremamente pobres”, os municípios de Elísio Medrado (19,94%), Itiruçu (20,02%), Jaguaquara (19,67%), Lafaiete Coutinho (19,32%) e Santa Inês (19,13%) ficaram abaixo da média estadual (21,24%). Todavia, todos os municípios do Território registraram índices acima da média nacional (11,47%) para este indicador.

Os indicadores relativos ao percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, somente Amargosa (40%), Maracás (43%), Elísio Medrado (44%), Lafaiete Coutinho e Planaltino (49%) tiveram números abaixo das médias estadual (57,97%) e nacional (56,85%). Já o percentual de crianças de 6 a 14 fora da escola registra certa linearidade em relação aos dados totais dos municípios do TI, bem como, dos estaduais e nacionais. Chama a atenção Jaguaquara (5,33%), Itaquara (5,55%) e Lafaiete Coutinho (0,97%), sendo que os dois primeiros apresentaram dados muito acima dos índices estaduais (3,13%) e nacionais (3,31%) ao passo que o último apresentou um percentual muito abaixo dos mesmos.

Em relação ao indicador “% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis” apenas o município de São Miguel das Matas (10,19%) ficou abaixo das médias estadual (17,67%) e nacional (11,61%). Municípios como Amargosa (15,38%), Elísio Medrado (15,81%), Ubaíra (16,99%) e Jiquiriçá (17,41%) ficaram abaixo da média estadual, mas, tal como os demais do TI ficaram acima do índice nacional, o que evidencia um alto grau de vulnerabilidade entre os municípios constituintes do território.

No que se refere ao indicador “% de vulneráveis e dependentes de idosos”, todos os municípios do território registraram naquele ano um percentual maior que a média nacional (2,42%). Em relação à média estadual (4,39%), Milagres (4,34%) e São Miguel das Matas (4,01%) tiveram um percentual menor. Chama a atenção ainda os índices alcançados por Cravolândia (8,84%), Brejões (9,41%) e Lafaiete Coutinho (11,94%), muito acima das médias estadual e nacional.

Na mesma tabela pode-se observar o percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos naquele ano de acordo com os microdados obtidos (IBGE, 2010). Chama a atenção os índices alcançados pelos municípios de Lafaiete Coutinho (5,48%), Nova Itarana (5,53%), Itaquara (5,83%) e Maracás (8,04%) tendo registrado números mais altos que a média estadual (3,37%) e a nacional (2,89%).

Por fim, registram-se os dados relativos ao percentual de mães chefes de família sem Ensino Fundamental e com filho/a menor de idade, somente o município de Cravolândia (49,72%) registrou um índice abaixo de 50%, sendo que a média estadual é de 51,54% e a nacional 43,19%. Nos demais municípios do TI, os números de mulheres nessa categoria são alarmantes, chegando a 77,89% em Itaquara e 79,72 em São Miguel das Matas.

Ainda na dimensão das políticas de Assistência Social é fundamental compreender que se trata de um campo de análise bastante complexo e que, tal como fora afirmado anteriormente, impõe a necessidade de estudos mais específicos. O que se propõe aqui é apresentar alguns aspectos dessas complexidades cotidianas, vinculadas a uma história de vulnerabilidades sociais.

Entretanto, convém insistir, na medida em que será realizada nessa etapa do presente estudo, apenas uma apresentação mais geral, as questões por ora apontadas indicam a emergência de outros aprofundamentos. Assim, dadas as limitações do presente e o desafio da exequibilidade, não será realizada uma investigação mais minuciosa. Portanto, o que por ora se apresenta é uma síntese, evidenciando questões de maior gravidade na dinâmica das sociabilidades em cada município, mas sem perder de vista os limites e possibilidades para o atual momento da pesquisa.

No trato dessas questões, faz-se considerações a partir do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – ADHB*, particularmente o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM*. Por meio do referido documento, apresenta-se aspectos relativos aos anos de 1991, 2000 e 2010 a partir de alguns dados e indicadores ligados a Assistência Social e o impacto de políticas de combate a vulnerabilidades na série histórica de 1991 a 2010.

Ao longo do percurso foi possível identificar, por exemplo, que um dos dados mais delicados identificados pelo Censo Demográfico nos últimos anos tem relação direta com processos de gestação precoce. O indicador “mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos” (ADHM, 2019) anuncia um dos grandes desafios da governança no Vale do Jiquiriçá. Do mesmo modo que foi sinalizado em relação a outros indicadores, ressalta-se, que o fato de se tratar de menores, exige uma investigação mais minuciosa, com vistas a compreender o contexto de ocorrência dos casos, não sendo exequível para o presente estudo.

Os dados apresentados, além de evidenciar o grau de vulnerabilidade num cenário em que crianças e adolescentes podem estar sendo abusadas sexualmente, potencializa o risco de evasão escolar, como historicamente tem sido percebido em situações de gestação precoce.

Implica dizer, pois, que um conjunto de sofrimentos psicossociais emergem desse quadro, envolvendo uma cadeia de relações sociais.

As informações indicam a emergência em avaliar ao longo do período, a efetividade dos esforços e Políticas Públicas envidadas no período ou mesmo, a ausência delas. Nesse último caso, a realidade impõe a cada um/a a responsabilidade em refletir acerca da não efetividade de algumas Políticas Públicas. E, nesse caso em particular, garantir uma proteção efetiva à criança ou adolescente naquele momento.

Nos dados a respeito da problemática da mortalidade infantil é central fazer uma observação: a metodologia utilizada parte do princípio de que, para cada 1.000 crianças nascidas vivas, há um número que acaba falecendo antes de completar 1 ano. Nove anos depois da divulgação dos resultados do último Censo, é de extrema relevância a atualização desses dados, que será realizada em 2020. A partir daí, será possível realizar um conjunto de avaliações, com vistas a identificar quais as Políticas Públicas alcançaram efetivo êxito e quais precisariam ser reestruturadas.

Atualmente, urge a avaliação de impacto dessas políticas na série histórica, sobretudo por haver um alargamento das demandas de acesso a Previdência Social, já que os dados têm sinalizado um crescente envelhecimento da população nos municípios. Por outro lado, num cenário de esfacelamento da estrutura de Seguridade Social no país o risco de empobrecimento da população é um horizonte próximo, considerando as propostas de redução de direitos em curso.

Dado o exposto, fica evidente que houve um ganho qualitativo ao longo do período em análise (1991-2010). Entretanto, há situações que impõem aos Governos e Sociedade organizada, desafios concretos da vida cotidiana, permeado por violências intimamente ligadas a condições de inclusão ou exclusão em que setores da população têm sido historicamente submetidos.

Desse modo, os ataques aos Direitos Humanos registrados nos últimos anos nas sociedades colocam em xeque a lógica neoliberal enquanto sociabilidade, ao mesmo tempo em que sinaliza para a emergência de outras formas de organização societária. O Brasil continua sendo um país que vive sob as reminiscências da escravidão e do colonialismo. Com uma jovem e frágil democracia sendo atacada constantemente por forças ligadas às elites locais e ao capital financeiro.

4.1.4. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS IDENTIFICADOS NO TI

Dentre as principais situações de conflitos e disputas no TI, destacam-se aquelas ligadas à exploração do solo. Esta, inicialmente, se dá por meio da pecuária em larga escala, levando a desmatamento e inserção de monoculturas agrícolas, além do uso de agrotóxicos, o que tem situado o TI num alarmante cenário de envenenamento (BOMBARDI, 2017).

Essas práticas, todavia, não são novidades na região. Como foi observado, trata-se de aspectos contemporâneos de um modo de ocupação territorial implicado numa lógica de profunda exploração dos bens existentes numa determinada região, sendo parte, portanto, daquilo que aqui definimos a luz da teoria *marxiana*, acumulação primitiva. No que se refere às problemáticas socioambientais foram possíveis a identificação das situações abaixo listadas (*Quadro 03*), cuja espacialização pode ser confirmada no Mapa seguinte (*Mapa 03*).

Quadro 03: situações de conflitos socioambientais identificados¹⁶ no TI

Nº.	MUNICÍPIOS	Desmatamento	Disputa por água	Disputa por terra	Mineração	Queimadas	Trabalho escravizado	Uso abusivo de agrotóxico	Ameaça de morte	Criação ou comércio de animais silvestres	Maus tratos de animais	Outros (Lixões, ausência de SISMUMA)
01	AMARGOSA	03								02	01	01
02	BREJÕES	01	02									
03	CRAVOLÂNDIA	01										
04	ELÍSIO MEDRADO									03		
05	IRAJUBA											01
06	ITAQUARA											01
07	ITIRUÇU											01
08	JAGUAQUARA		01									01
09	JQUIRIÇÁ	02	01									
10	LAFAYETTE COUTINHO		01		01							
11	LAJE	01			01							
12	LAJEDO TABOCAL											01
13	MARACÁS		01		01							
14	MILAGRES											
15	MUTUÍPE	06			01			01		01	08	02
16	NOVA ITARANA											
17	PLANALTINO	01		01								
18	SANTA INÊS	01										01
19	SÃO MIGUEL DAS MATAS											01
20	UBAÍRA	03	01							02		01
Total de situações identificadas por indicador no Território de Identidade.		19	07	01	04	---	---	01	---	08	09	11

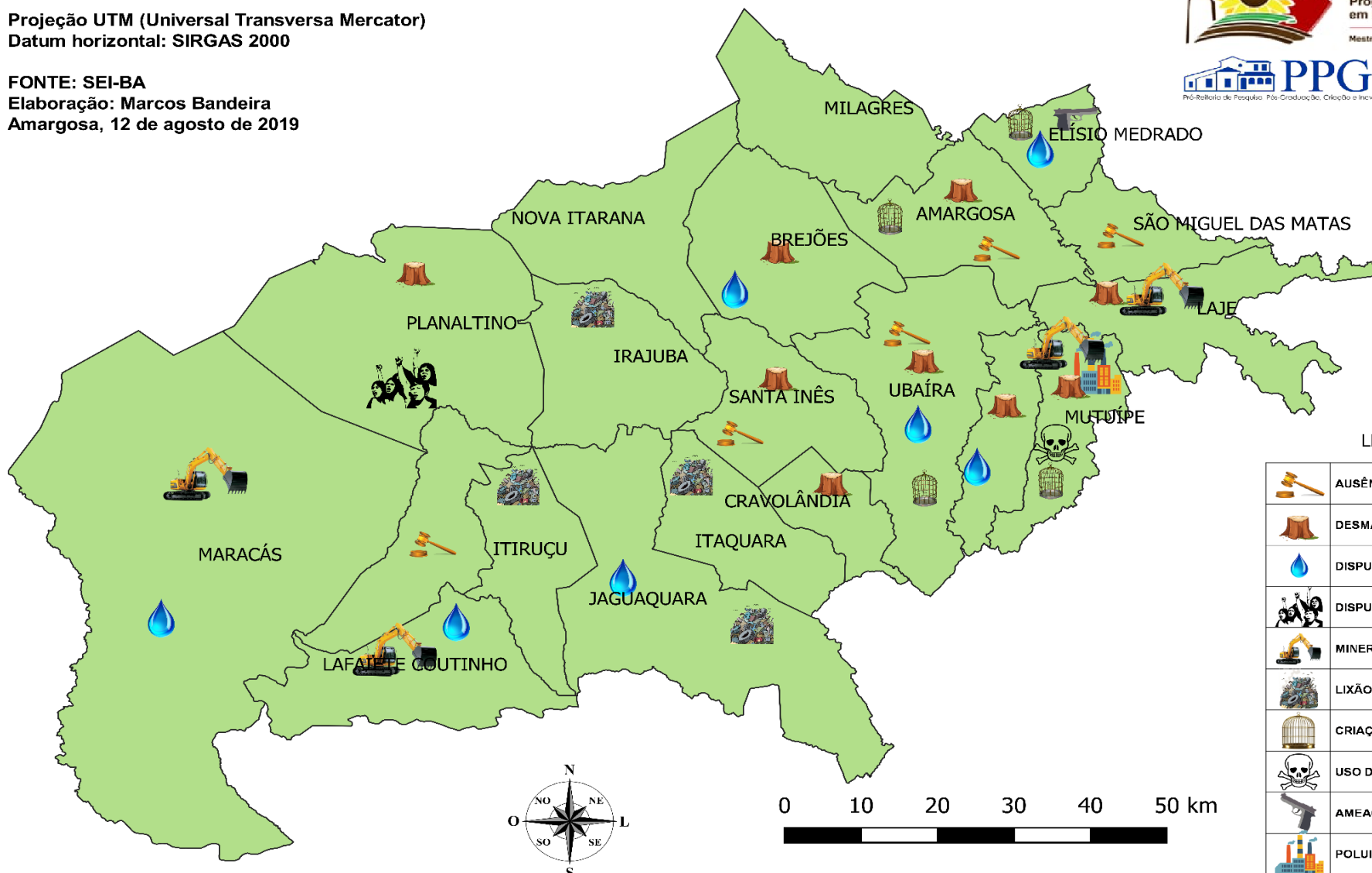
¹⁶ Importante insistir que o *Quadro 03* apresenta apenas aquelas situações identificadas e com um volume de informações que embasam sua inclusão, sendo estas, oriundas de diferentes fontes. Todavia, se faz necessário realizar maiores aprofundamentos para identificação e registro de outros casos, cujas pistas podem ser reunidas em cada um dos municípios constitutivos do TI Vale do Jiquiriçá.

Mapa 03: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ / BAHIA / BRASIL

Mapa: Conflitos Socioambientais no TI Vale do Jiquiriçá / Bahia

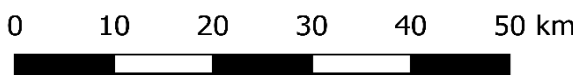
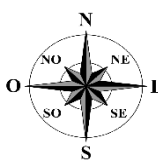
Projeção UTM (Universal Transversa Mercator)
Datum horizontal: SIRGAS 2000

FONTE: SEI-BA
Elaboração: Marcos Bandeira
Amargosa, 12 de agosto de 2019



LEGENDA

	AUSÊNCIA DE SISMUMA
	DESMATAMENTO
	DISPUTA POR ÁGUA
	DISPUTA TERRITORIAL
	MINERAÇÃO
	LIXÃO
	CRIAÇÃO ILEGAL DE ANIMAIS
	USO DE AGROTÓXICO
	AMEAÇA DE MORTE
	POLUIÇÃO DO AR



4.2. REFLETINDO SOBRE ALGUMAS SITUAÇÕES DE CONFLITUALIDADES

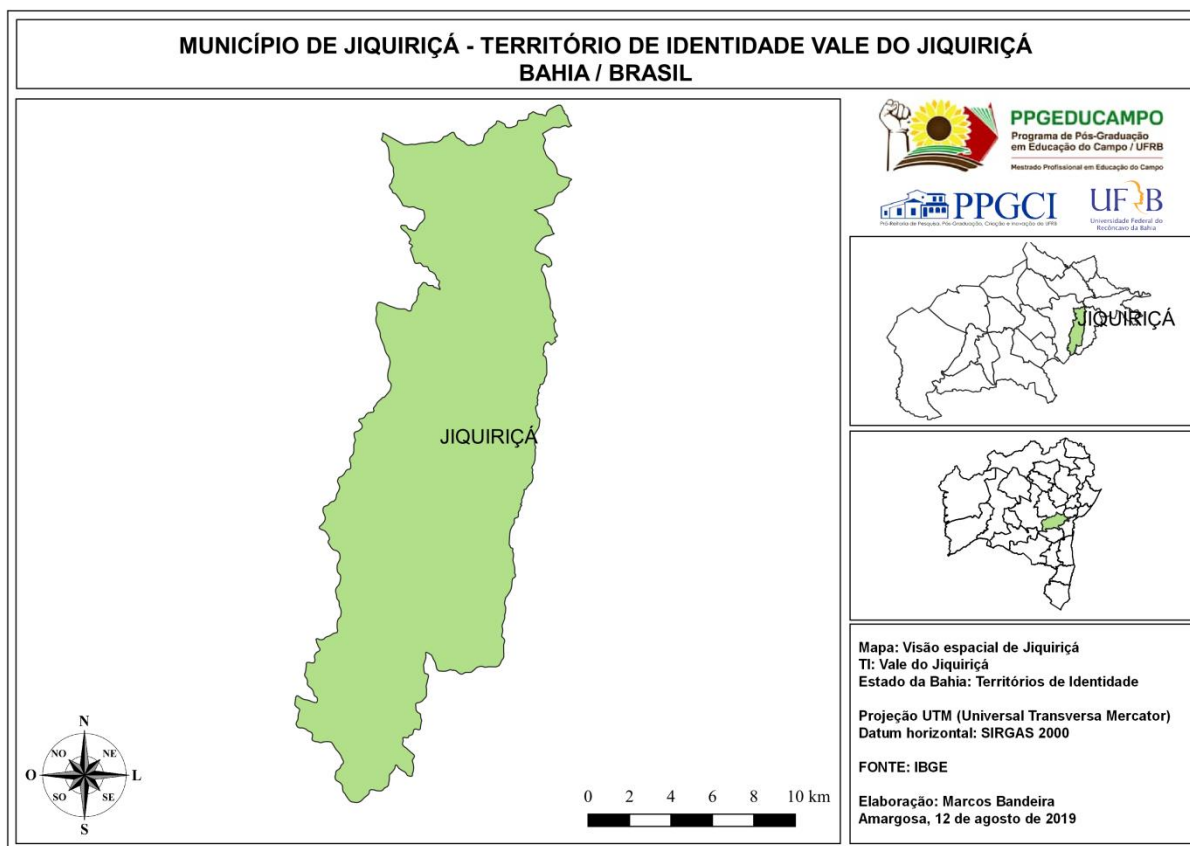
Como se pôde observar foram identificadas 60 situações de conflitualidade distribuídas por 18 dos 20 municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. É importante sobressair que não se tratam de dados absolutos, na medida em que há uma notável subnotificação dos conflitos socioambientais nos arquivos consultados.

De igual relevância para os resultados aqui apresentados são os relatos compartilhados nas rodas de diálogo e entrevistas realizadas que, após cruzados com outras fontes, foram incluídos no presente estudo. Todavia, como fora observado oportunamente, foi possível perceber uma dificuldade por parte de alguns sujeitos em compreender algumas das situações vividas cotidianamente enquanto conflitos socioambientais. Esse fator certamente influencia na catalogação e sistematização das problemáticas na localidade.

Por fim, se faz necessário uma breve justificativa para a não inclusão de alguns itens que pudessem dar conta de todos os municípios do Vale. Os tópicos *Histórico do Município*, *Contradições atemporais: simbólicas e iconográficas* e *Um caso em particular*, dada a necessidade de tratamento das informações e a emergência dos prazos previamente estabelecidos para apresentação do estudo não foram incluídos em todos os municípios abordados. Observa-se, pois, que esse movimento se deu considerando a exequibilidade do estudo em função do pouco tempo que se dispunha. Todavia, defendemos que esse seja um empreendimento que vale a pena investir energia em projetos futuros. Adiante, registram-se algumas das situações em que foi possível a realização de aprofundamentos.

4.2.1. UM OLHAR SOBRE JIQUIRIÇÁ

Mapa 04: Visão espacial de Jiquiriçá-BA.



Fonte: Base de dados IBGE / Elaboração do autor.

Jiquiriçá é um município do TI Vale do Jiquiriçá – interior da Bahia –, localizado a aproximadamente 257 km da capital do estado – Salvador. Com uma área de 236,93 km², fica na microrregião de Jequié, Mesorregião Centro Sul Baiano.

De acordo com o censo demográfico de 2010, o município registrou uma população de 14.118 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 60,47% dos habitantes do município (8.537) vive no meio rural, ao passo que, 39,53% (5.581) vive em áreas urbanas.

4.2.1.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE JIQUIRIÇÁ – BAHIA

A narrativa historiográfica do município de Jiquiriçá segue o mesmo estilo daquelas já conhecidas na literatura brasileira. A perspectiva de “bravos” conquistadores que teriam chegado em local habitado por “selvagens” (termo utilizado pejorativamente) e que ali teriam estabelecido outras formas de vida por meio da violência colonial.

Tratava-se de uma área habitada por indígenas aimorés, quando os [...] primeiros desbravadores foram os bandeirantes de Baião Parente e Pedro Barbosa Leal, que penetrando na “Mata dos Macucos”, expulsaram os índios que ali habitavam. (IBGE, 2019).

Conquistada as terras, não só os componentes da bandeira conquistadora, como comerciantes, boiadeiros e tropeiros que desciam do alto sertão baiano para a Vila de Aldeia dos índios [*sic*] (atual Aratuípe), foram formando o povoado Nossa Senhora dos Prazeres de Jiquiriçá [*sic*]. Pouco depois, o povoado foi abandonado, face as epidemias de cólera e varíola surgidas após as cheias dos rios Jiquiriçá e Boqueirão.

Depois de 1822, o Governo Imperial autorizou Pedro Barbosa Leal, já conhecedor das terras da “Mata dos Macucos”, pesquisar a região, com a finalidade de encontrar minas de cobre. (IBGE, 2019).

Note-se que a lógica colonial permanecia a mesma em diferentes localidades. A busca por metais preciosos e madeira, posteriormente, solo fértil e trabalho escravizado foram pilares do processo de acumulação primitiva no Vale do Jiquiriçá. O fato é que de diferentes formas esses processos, ainda hoje, têm sido tratados de modo a camuflar as violências cometidas ao longo dos séculos de colonização. Nesse sentido, acredita-se que é de fundamental importância realizar-se uma leitura crítica acerca dos registros que chegaram à contemporaneidade.

4.2.1.2. Contradições atemporais: simbólicas e iconográficas.

Entre as narrativas históricas que circulam e alimentam o imaginário social, os textos memorialísticos têm – ainda hoje – exercido uma função muito comum entre diferentes obras literárias, qual seja, conformar uma mentalidade vinculada à lógica dominante. O fato é que, consciente ou inconscientemente, tanto esse tipo de literatura como os chamados registros de pioneirismo, têm como centralidade, imprimir a determinadas personalidades um caráter épico, heroico, de modo a endossar a tradição historiográfica pré *Escola de Annales*.

Dentre as histórias lidas e ouvidas ao longo do tempo, destacam-se os relatos do surgimento desta cidade. O município de Jiquiriçá deriva do povoado formado a entrada da mata dos Macucos, cujo povoado substituiu a aldeia os [*sic*] Tupíaras. Em data até o momento desconhecida, existia uma família civilizada entre os índios que foram notados pela Bandeira e residiam onde está ainda hoje a ‘ladeira da onça’ próxima á [*sic*] Jaguaritú. Era Ana Onça e

seu marido – cujo nome não se tem conhecimento – que adquiriram de D. Maria, rainha de Portugal e Algarves Sesmarias para governar 20 (vinte) léguas de terra, na freguesia de nossa Senhora dos Maracás. (CRUZ, 2015, p. 25).

Numa das passagens do livro memorialístico “Jiquiriçá – A pérola do Vale”, registra-se uma suposta transição demográfica naquela região. No fragmento intitulado “História verídica” narra-se uma situação que teria supostamente acontecido na localidade do “Poço da cigana”, posteriormente conhecido como Cachoeira dos Prazeres.

Contam os velhos poetas, antigos moradores desta encantadora região, que esta velha história foi verídica.
Afirmavam eles: - Tudo pelas paragens desta pequenina célula de nação brasileira era belo, um sonho, um mundo lindo de viver.
‘Muitos pássaros pulando e cantando, de galho em galho, alegres e felizes, fazendo a gente dormir e sonhar nos braços criados de suas raízes.’
Era 1792, nascia nesse imenso berço encantado, O POVOADO VELHAS, **substituindo sem lutas**, a aldeia dos famosos guerreiros índios TUPÍARAS: - Onde, de dentro das suas frondosas verdes matas, brotavam por encanto lindas CACHOEIRAS. (CRUZ, 2015, p. 115 *com grifos*).

Note-se que a narrativa assimila a tônica de uma ocupação pacífica ao dar lugar a uma suposta “*substituição sem lutas*” como é possível confirmar no fragmento em destaque. As contradições podem ser confirmadas não apenas no confronto com a própria história dita oficial, mas também, a partir da consulta de outras fontes que, em maior ou menor grau contribuem para o surgimento de outras pistas.

A região era primitivamente habitada pelos índios aimorés.
Os primeiros *desbravadores* foram os bandeirantes de Baião Parente e Pedro Barbosa Leal, que penetrando na “Mata dos Macucos”, *expulsaram* os índios que ali habitavam. (IBGE, s.d.).

Desse modo, o ufanismo característico das narrativas memorialísticas é portador de sentidos que atuam para além de seus significados imediatos; ele busca forjar uma representação da História a partir de elementos – em grande medida – ligados a belezas naturais, como é possível perceber no hino oficial do município quando afirma

JIQUIRIÇÁ MEU VALE TÃO LINDO / JIQUIRIÇÁ MEU AMOR INFINDO / JIQUIRIÇÁ RAZÃO DO MEU VIVER / JIQUIRIÇÁ ÉS LINDO DE MORRER. SEUS RIOS, SEUS MONTES / A LUA E A MATA / É A SERENATA QUE NOS FAZ SONHAR / TUA ALVORADA ÉS A PASSARADA / MINHA TERRA AMADA, FELIZ A CANTAR. (FILHO, 2019).

Nesses casos, oculta-se o caráter conflituoso dos contatos estabelecidos entre diferentes povos ao longo dos séculos de colonialismo. Busca-se endossar uma perspectiva de narrativa historiográfica baseada na conformação de um imaginário sociopolítico baseado numa suposta conquista épica, uma espécie de heroísmo dos chamados bandeirantes. Estes, por sua vez, teriam suas trajetórias manipuladas, ocultando a dimensão da violência, a partir da noção de que estariam “*desbravando*” e, portanto, prestando “serviços à coroa”; em outras palavras, estavam incumbidos da espoliação dos territórios, por meio da exploração dos recursos, mesmo que para isso assumissem lançar mão de métodos violentos para expulsão e assassinato de povos originários.

Todavia, ao excluir a violência das narrativas oficiais, haveria a necessidade simultânea de excluir formas de resistência, afinal, a História tem mostrado de tempos em tempos que onde quer que tenha existido violência e espoliação, houve também resistência e reafirmação de identidades. Quando os poderes constituídos excluem das narrativas oficiais o elemento da resistência, no fundo, busca esconder as múltiplas violências cometidas nos processos de ocupação instaurados com o colonialismo.

4.2.1.3. Um caso em particular: a Cachoeira dos Prazeres

Ao longo das reflexões que se seguem, busca-se evidenciar aspectos dos conflitos socioambientais percebidos em uma área natural da APA¹⁷ Caminhos Ecológicos da Esperança, situada no Vale do Jiquiriçá. Implica, pois, expor os resultados de nossa investigação acerca das motivações, as justificativas assumidas nos discursos propagados e os desdobramentos da interdição da Cachoeira dos Prazeres, situada no município de Jiquiriçá – Bahia – Brasil. Trata-se de uma situação que vem atraindo atenção nos últimos 4 anos tanto pela expressiva diminuição do fluxo turístico no local em função dessa interdição, quanto o suposto desequilíbrio ecológico causado pela excessiva visitação historicamente realizada naquele local.

17 Área de Proteção Ambiental

Nessa dinâmica, entende-se que o ideal para a construção de um entendimento mais amplo acerca das questões envolvidas no caso da interdição da Cachoeira dos Prazeres em Jiquiriçá, Bahia é fundamental ouvir sujeitos de diferentes posições e perspectivas diante do problema. Nesse sentido, foram elaborados instrumentos de entrevistas tanto com pessoas que exerciam algum tipo de atividade laboral/comercial naquele local, como com membros do Hotel situado na referida área. Foram realizados também, encontros e entrevistas junto à Promotoria Regional Ambiental do Recôncavo Sul. Utiliza-se ainda, reflexões de diálogos informais com diversos sujeitos, tais como educadores/as, profissionais dos transportes que atuavam na condução do fluxo turístico em período de pico dessa atividade, estudiosos da questão socioambiental, etc.

Ao longo dos diálogos foi possível notar que a profissão de lavrador e lavradora é a mais recorrente entre os co-participantes. Isso reafirma a noção de que os processos de ocupação territorial são essencialmente socioambientais. Ao serem questionadas acerca dos possíveis postos de trabalho disponíveis na comunidade atualmente, os(as) interlocutores(as) opinaram que:

Trabalho aqui é só... mais na roça, lavoura de cacau esses negócios e... (FLORESTAN, 45 anos, 2016 *ipsis litteris*). A comunidade só tem uma Escola, tem uma Escola que dá emprego ao pessoal aí, tem a Cachoeira, tem o Hotel da Cachoeira e tem uma pousada ali atrás... que dá também trabalho. E mais, as pessoas que moram aqui é mais lavrador né. E, tira o povo daqui pra levar pra roça, pra trabalhar na roça. Nós mesmos somos lavrador. (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

O que se propõe numa perspectiva crítica é revelar a cisão meio ambiente e sociedades humanas, enquanto dimensões particulares, herança do paradigma burguês, quando a “[...] natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana.” (SMITH, 1988, p. 67). Isso posto, tanto evidencia aspectos de uma *fratura sociometabólica* (FOSTER, 2011) na medida em que, vista apenas sob a ótica de seu valor de uso, “a natureza” estaria a disposição do Homem e teria em si, um valor independente das relações humanas constituídas de tempos em tempos. Como exercício visando refletir a respeito da necessidade de um movimento diferente Smith (1988, p.67) corrobora afirmando que, “[...] quando essa aparência imediata [...] é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza.” e, desse modo, deve ser compreendida – dentro dos limites possíveis –

para além das determinações biológicas. É preciso observar os condicionamentos sociais impostos para tais relações em cada momento histórico. Fundamentalmente, é indispensável pensar numa relação interdependente e, portanto, indissociável.

Ao longo do processo de levantamento de informações, buscou-se compreender quais teriam sido as possíveis motivações para o Ministério Público Estadual realizar a intervenção no local. Vale ressaltar que muitas são as interpretações sobre o episódio, o que insere a problemática do espaço num rol de questões dialéticas e, muitas vezes – como ficou percebido nas diferentes explicações – contraditórias. Para o promotor do caso, as motivações para a interdição do balneário teria sido

O problema da Cachoeira dos Prazeres é que o Ministério Público vinha recebendo constantes denúncias a respeito do mau uso daquele patrimônio natural, com implicações negativas para o próprio ser humano. Então, quais eram as denúncias? As denúncias eram que é... a quantidade de pessoas que freqüentavam o local era imensa, sem nenhum controle, com degradação do meio ambiente, com muito lixo as pessoas jogavam muito lixo, defecavam em locais impróprios, urinavam [...] faziam poluição sonora, que estava afetando até o hotel próximo, que o hotel tava para fechar as portas que não tinha hóspede, que ninguém suportava o barulho, a poluição sonora, denúncia de que pessoas se acidentavam por não ter controle nenhum, se acidentavam na cachoeira, caíam das pedras se machucavam, denúncia de que [...] havia violência também, roubos, furtos, que não tinha segurança no local e que trazia transtornos para a população próxima, já que chegou a ser registrado lá 150 ônibus de uma vez só. Então atrapalhando o trânsito até da rodovia federal, que os ônibus estacionavam [...] nas margens da rodovia, prejudicando o trânsito e causando transtorno a todo mundo. (MP-BA, 2019).

Uma das inferências que se pode fazer a respeito da fala registrada é a de que uma das possíveis razões para interdição estaria ligada à dimensão da capacidade de carga. Todo local tem um limite de recepção de indivíduos; quando esse limite é extrapolado, as condições de recepção diminuem, do mesmo modo que as possibilidades de degradação do espaço. Em se tratando de ambientes naturais, o excesso de visitantes pode gerar um conjunto de impactos aos ecossistemas, incidindo diretamente nas diferentes formas de vida existentes no local.

No ano de 2016, foi aprovada pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação – PPGCI da UFRB, a execução do projeto *“Capacidade de suporte ambiental da localidade Cachoeira dos Prazeres – BA”*, registrado na instituição sob o Processo nº 23007.007748/2014-82, a ser realizado por equipe vinculada ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC da Universidade. Os estudos teriam sido solicitados pela Promotoria Regional Ambiental do Recôncavo Sul por meio de comunicação oficial “[...] a fim de

verificar a capacidade de suporte ambiental de visitação da localidade conhecida como Cachoeira dos Prazeres, que fica situada entre os municípios de Jiquiriçá e Ubaíra, Bahia.” (UFRB, 2016, p. 1).

Segundo consta no resumo do referido projeto, o requerimento da Promotoria salientaria que ‘a Cachoeira dos Prazeres é o ponto turístico mais conhecido do vale do Jiquiriçá e, a despeito da sua importância turística, ambiental e social, vem sendo degradada há anos’ (UFRB, 2016, p. 1).

Ainda sobre o pedido do Ministério Público Estadual para que se realizasse estudos periciais no local teriam como escopo ‘determinar restrições de acesso do público, propiciando a recuperação do espaço e a sustentabilidade do turismo’ (UFRB, 2016, p. 1-2). Na ocasião, teria sido criado um Grupo de Trabalho – GT, incumbido de realizar os estudos solicitados em reunião. Naquela oportunidade o GT teria acordado “[...] entendimentos para a condução dos trabalhos e comprometeu-se, no curto prazo, a encaminhar uma proposta de estudo visando atender os interesses da Promotoria Regional Ambiental do Recôncavo Sul/Amargosa.” (UFRB, 2016, p. 2). Em contato com a Coordenadora do Projeto (por meio de correio eletrônico), a informação obtida foi de que os estudos não chegaram a ser realizados e que o projeto teria sido interrompido.

Em entrevista realizada junto a Promotoria Regional Ambiental do Recôncavo Sul, o promotor substituto da pasta afirmou que

A Prefeitura, por sua vez [...] tinha o hospital cheio de gente, gastava dinheiro com os insumos do hospital e tinha que pagar hora extra pra policial pra ficar no período. Enfim, uma série de transtornos [...] e tinha denúncia também de que a água estaria poluída com esquistossomose, estaria contaminando a população. Então, uma série de denúncias e nós [...] havíamos oficiado várias vezes os dois municípios, tanto Ubaíra quanto Jiquiriçá para tentar resolver o problema, não foi resolvido. Então abrimos inquérito civil, instruímos [...] ouvimos testemunhas, mandamos fazer perícia [...] não restou alternativa ao Ministério Público senão ingressar com Ação Civil Pública pedindo o embargo do uso [...] daquele bem natural para gerar motivação necessária para que houvesse a mudança [...] de parâmetro de uso da cachoeira, pra que forçasse as prefeituras a fazer um projeto urbanístico com segurança, com orientação dos usuários [...] em combinação com o dono do atrativo, o fazendeiro. E, [...] é bom ressaltar que parte da cachoeira pertencia a Ubaíra, parte a Jiquiriçá. (MP-BA, 2019).

Tendo em vista a Cachoeira dos Prazeres estar situada entre os dois municípios mencionados – Ubaíra e Jiquiriçá – é possível que isso tenha dificultado a resolução dos conflitos. Todavia, no ano de 2016, o Governo do Estado publicou em Diário Oficial a Lei Nº

13.554 de 19 de ABRIL daquele ano, alterando “[...] os incisos IV, § 8º e III, § 19 do art. 1º da Lei nº 12.919, de 19 de novembro de 2013, atualizando os limites municipais entre Jiquiriçá e Ubaíra, na Cachoeira dos Prazeres.” (BAHIA, 2016). Discorrendo acerca dessa mudança, o Promotor que acompanha o caso afirmou que

Devido a essa Ação Civil Pública e Ubaíra quis se ver livre porque a cachoeira fica distante [...] fica mais próximo de Jiquiriçá, Ubaíra aprovou um projeto de lei complementar na Assembleia Legislativa da Bahia transmitindo aquele território para Jiquiriçá, pra Ubaíra se ver livre do problema. Então, a Ação Civil Pública obteve de início esse primeiro resultado e foi positivo porque isso fez com que Jiquiriçá assumisse todo o problema [...] pra si e que antes, Jiquiriçá já tinha perdido a possibilidade de financiamento de, com verba federal porque o patrimônio estava dividida entre os dois municípios. Então esse daí já foi um ganho pra essa causa e agora o município de Jiquiriçá já fez um projeto já, apresentou ao Ministério Público um projeto de requalificação da área, [...] com a praça de alimentação, receptivo pra os turistas, com placas indicativas com, cestos de lixo, uma série de [...] equipamentos pra receber melhor o turista. Só está dependendo de uma emenda parlamentar ou um recurso melhor, um recurso do Ministério do Turismo, já foi sinalizado positivamente tá esperando só cair na conta esse recurso oriundo do Ministério do Turismo pra poder a cachoeira ser requalificada e reaberta oficialmente ao uso público. (MP-BA, 2019).

Após a oficialização da Ação Civil Pública, por parte do Ministério Público, o espaço foi sinalizado, definindo limites de uso e circulação no espaço. Foi possível constatar isso em diferentes pontos, por meio de placas de sinalização com o registro da interdição da área, como se pode observar nas fotografias 01 e 02 a seguir.

Fotografia 01: Placa indicando a proibição de barracas e camelôs no local.



Fonte: Acervo do autor.

Fotografia 02: Placa indicando a interdição do local por determinação do MPE-BA.



Fonte: Acervo do autor.

No bojo das reflexões provocadas pelos co-participantes, vai se percebendo que “A disjunção forçada entre a natureza e a cultura [...] em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer suas atividades [...] representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada [...]” (DIEGUES, 2001, p. 62). É possível perceber certa nostalgia quando

questionados(as) sobre as formas pelas quais o comércio estaria organizado na época de pico turístico na região.

Quando a Cachoeira estava aberta estava bem organizado mesmo, porque todo mundo comprava, né... dava movimento aqui também na pousada e hoje acabou tudo. O movimento daqui era bom, quando a Cachoeira estava funcionando. Mas agora. Um final de semana desse não tem ninguém aqui. (FLORESTAN, 45 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Hoje tá todo mundo parado. Hoje ninguém tem. [...] Ah, todo mundo trabalhava um pouquinho. Todo mundo vendia um pouquinho de coisa. Todo mundo, trabalhava. Vendia um picolé, vendia um sorvete, todo mundo tinha um pouco. Vendia uma fruta, uma verdura. Hoje não tem nada. Cabou tudo! (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Ah, era bem movimentada! Era. O comércio aqui era bom. Um dia de domingo como hoje assim, isso aqui tava cheio de gente. Todo mundo vendia, todo mundo fazia seu dinheirinho, todo mundo tinha sua barraca. Hoje acabou, ficou esse paradeiro né. Você vinha de tarde aqui, todo mundo tava com seu dinheiro na mão. [risos]. Os “vendedores” vendia, quem tinha venda, vendia pra os outros revender e era um movimento bom. (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Tinha geral, né. Tudo, tudo... meus amigos né; de comerciante. E trabalhava cuidando da Cachoeira e cuidando do comércio da gente. Aí todo mundo vendia. Um churrasquinho, um acarajé, um picolé, um sorvete [uma fruta]. É. [levava várias frutas... e vendia tudo.] (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Nota-se aspectos de uma configuração social, baseada em formas laborais vinculadas às necessidades básicas daqueles em situação de vulnerabilidade, em função de um sistema excludente. Uma característica do setor de serviços é gerar uma situação de conformidade à ordem social, onde as pessoas são peças da engrenagem, por meio da exploração de mão de obra alicerçado – na atualidade – pelo discurso do empreendedorismo, imputando aos sujeitos o peso resultados – positivos ou negativos – o indivíduo, nessa lógica é o único responsável por seu sucesso ou insucesso.

Nessa roupagem, os índices de informalidade precarizam o trabalho e a saúde de trabalhadores e trabalhadoras. Na relação entre produtos oferecidos, pouco importa quem faz a mediação entre eles e os consumidores. O(a) trabalhador(a) sucumbe a atividade que desenvolve, sendo *reificado* e descartado a medida que os interesses vão se alterando nas lógicas externa e interna do capital. Esse cenário de *fetichização* da mercadoria e *reificação* dos(as) trabalhadores(as) converte uma ampla gama de pessoas ativas em excedentes de mão-de-obra.

Pensando sobre os impactos da interdição da Cachoeira e seus reflexos na organização do trabalho, foi questionado se os(as) mesmos(as) conheciam outras pessoas que, teriam sofrido prejuízos em função da proibição das atividades na local.

Ah, todo mundo aí. Esses donos de bar mesmo, todos eles, todos teve prejuízo. E aí [...] ninguém abre mais o bar, ninguém dá serviço mais a ninguém. Que eles tinham o bar e botavam três, quatro pessoas para trabalhar, pra ganhar um trocadozinho... aí hoje em dia [nosso interlocutor balança a cabeça negativamente]. Diminuiu bastante. (FLORESTAN, 45 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Todo mundo que trabalhava lá em cima. Na Cachoeira, teve prejuízo né. Nem só eu. (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Em seguida, questionou-se sobre o período em que uma intensa atividade turística era permitida e que se inauguravam vários postos de trabalho, formais e principalmente informais. Quais as principais atividades laborais existiam na comunidade?

Só os bares que eram abertos aqui. O pessoal trabalhava [...] vinha muita gente trabalhar nos bar de ajudante. Tinha o bar e tinha no caso, as pessoas que trabalhavam no caso... (FLORESTAN, 45 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Ah, existia trabalho, porque eu mesmo tinha um restaurante, hoje está fechado. Eu dava trabalho. Eu trabalhava com nove, dez pessoas, tinha época de eu tá com nove, dez pessoas aí, trabalhando comigo. (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Era lavoura mesmo, era a lavoura e o colégio. O colégio. (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Rapaz, dos bares, né. Dos quiosques e hoje... Sobrevivia o quê? Umas 100 famílias. E hoje está todo mundo desempregado. [...] Só eu tinha o quê? 10 funcionários que trabalhavam comigo. (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Por sua vez, em entrevista realizada com o representante do Ministério Público Estadual, responsável pela interdição do local foi possível identificar uma narrativa em certa medida diferente, algo muito comum em conflitos dessa natureza. Quando questionado a respeito das percepções da população em relação à interdição e aos possíveis impactos sociais, o mesmo afirmou que

Parte da população gostou da intervenção, pra tentar melhorar, nós explicamos e parte não gostou, principalmente aqueles que ganhavam dinheiro com barracas na Cachoeira dos Prazeres, que era em torno de 12 barracas – salvo engano – que ganhavam dinheiro com a Cachoeira dos Prazeres, embora informações é que eles tinham outras fontes de renda; não viviam exclusivamente dali, ali eles tinham [...] (por que no período de chuva não tinha movimento nenhum). Então eles tinham outra fonte de renda, eles ganhavam dinheiro mais no período do verão. (MP-BA, 2019).

Em relato, outra pessoa da comunidade falou dos prejuízos acumulados pelos comerciantes a partir da interdição da área. Segundo ela,

Eles tiveram prejuízo sim. Quem botava a barraquinha pra fazer o dinheiro, pra ganhar o pão de cada dia, que não puderam mais botar. Esses tiveram prejuízo né. Muita gente que tinha muita mercadoria em casa. [...] lá em cima mesmo, tava cheio de mercadoria, ficou. Ficou vendendo assim, aqui e ali pra não perder e [...] o prejuízo foi esse do povo que já tava já prevenido, viviam prevenido pra o movimento da Cachoeira e de repente, deram isso daqui. Esse baque. Não funcionava mais. (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Rapaz! Sinceramente eu sou uma pessoa realista. Todos meus amigos de lá, colegas de trabalho sentiram uma interdição daquela, tá todo mundo de braços cruzados sem achar, não tem hoje, a maioria lá, tudo era dessa faixa etária, de 50 anos em diante, 30, 40 anos. E hoje a juventude hoje, de 25 anos não está achando emprego, imagine quem tem 50, 60. (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Ainda no que tange aos prejuízos acumulados, bem como, aos impactos da interdição nas dinâmicas de trabalhadores e trabalhadoras ao longo do processo de interdição por parte do Ministério Público, um de nossos coparticipantes fez a seguinte observação:

[...] Quem tem os barzinhos, que viviam disso aí, fechou e agora que vai tirar, vai derrubar. Aí o que eles falam é isso que “vai ter que sair pra trabalhar fora, né” que aqui não tem renda, não tem uma fábrica, não tem nada. Quem tem sua rocinha hoje não pode tá pagando um dia de trabalhador de 50 contos; não tem condições. [...] Daqui mesmo, pra Minas Gerais foi bem, oxe, tem mais de cem, tem mais de 50 pessoas lá. Essa semana mesmo saiu um bocado pra ir trabalhar fora, que trabalhavam na Cachoeira; e não tem previsão de abrir, nem se vai reabrir mais... aberta tá, cê quiser ir lá agora, tomar um banho toma, mas não tem renda nenhuma. (FLORESTAN, 45 anos, 2016 *com grifos meus*).

Note-se as mudanças no mundo do trabalho influenciando outras transformações, reordenando a demografia local, coisa que fica evidente quando este afirma a saída de mais de

50 pessoas em busca de oportunidades de *trabalho* (entenda-se emprego) em outro estado. Um dos interlocutores alegou não saber informar sobre prejuízos, mas que “[...] as vezes eu vejo o pessoal comentar. [...] eles não têm outro recurso só, mas eu não sei lhe explicar porque também que eu não sou daqui. Eu trabalho só aqui mesmo. *Lá fora eu não sei detalhes*. Eu vejo o pessoal comentar muito, a Cachoeira fechou que, a compra e venda deles acabaram, que eles vivia disso aí.” (FLORESTAN, 45 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Nesse fragmento, percebe-se certo receio do mesmo em tratar do assunto. Uma hipótese é de que, à época, a situação tenha gerado um grau de violência que pode ter atuado no silenciamento da população local. Essa hipótese fica mais próxima de sua confirmação, quando associada à fala de outra interlocutora ao ser questionada sobre as causas da interdição.

Quem sabe! [...] é uma pergunta que fica no ar num é? Num teve. Num teve nada de anormal. Não é dizer que teve uma morte, teve uma briga, teve um confronto de um barraqueiro com outro, teve nada! Tava todo mundo organizado pra o carnaval. Todo mundo com a casa cheia de cerveja e de tudo. Aí foi [...] vai fechar a Cachoeira! E fechou. [...] com a metade das coisas. Não perdeu porque uma menina aí falou com um tal advogado; o advogado deixou funcionar esse carnaval, pra poder o povo vender as coisas [...] pra não perder. Assim mesmo ela quase vai presa. Porque ela falou com o advogado. (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Os impactos com a interdição da Cachoeira provocaram enormes mudanças no cenário laboral daquele lugar. “Tá todo mundo de braços cruzados. Pai de família e Mãe de família.” (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*). Assim, evidenciando insatisfação com a postura adotada pelo poder público local, o mesmo externou sua indignação.

Existe o quê? É. Do meio ambiente, falou que a Cachoeira. como o Hotel lá, é que comanda hoje, infelizmente o prefeito deixou a desejar e deixou interditar tudo lá, mas, era tudo beleza e tal. E outra coisa. Teve um problema da fazenda de um cara aí, que disse que a Cachoeira era dele. A Cachoeira não existe o dono. Os donos somos nós. E é um patrimônio público. Foi aí que começou, falando isso. Começou com o Hotel – Hotel Vale do Jiquiriçá, e aí foi através da promotoria de Santo Antonio de Jesus e aí interditou. (MILTON, 61 anos, 2016 *com grifos meus*).

Dessa fala, pode-se apreender a perspectiva adotada na Declaração Universal dos Direitos da Água (1992), embora não tenha sido àquela assumida por nossa co-participante.

No referido documento afirma-se que a “[...] água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.”. (PARIS, 1992).

A partir de uma das falas compartilhadas pôde-se perceber outras possíveis razões para a interdição do local. Embora não haja consenso entre os(as) interlocutores(as), questões relativas a modos de apropriação territorial e privatização de espaços naturais vão sendo percebidas por meio da análise dos discursos atrelado aos processos históricos propriamente ditos. Ainda em relação à Declaração supracitada,

Art. 2º - A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano [...]

[...]

Art. 4º - O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Outras possíveis razões para a interdição vão ficando explícitas, embora não haja consenso entre os(as) coparticipantes do estudo. Questões relativas a modos de apropriação territorial e privatização de espaços naturais vão sendo percebidas em alguns discursos.

[...] como o Hotel começou a dizer que a área era dele, ali. Esse rapaz, o dono da fazenda que a Cachoeira ele dele, também e interditaram, porque o meio ambiente, num sei o que; que os bares estavam tudo próximo à margem do rio; e o Hotel também está dentro do rio; tá a piscina tá lá, todo mundo dentro do rio e agora o Hotel foi reformado né [e o olho grande, queria tudo pra ele] tirou tudo lá, tirou tudo, a piaçava, porque tinha piaçava e botou um telhado bonito e como o promotor e Doutora “X” de Amargosa falou que ia ser demolido o restaurante, a cozinha e a piscina, e a ponte, uma ponte de madeira que tem acesso pra Cachoeira. E hoje não aconteceu nada. Ele reformou. E nós, pequenininhos. Pai de família, sobrevivia como eu te falei, com 10 funcionários, não era diariamente, mas, pelo menos final de semana tinha, e hoje está todo mundo de braços cruzados [todo mundo ganhava um dinheirinho. Mas, hoje, cabou.] (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Essas explicações orientam a percepção de que conflitos socioambientais implicam relações de poder não apenas antagônicas, mas essencialmente díspares. Muitas vezes, tais

relações atuam no sentido de coagir indivíduos, mutilar relações, ceifar vidas, destruir ecossistemas e interromper inúmeros processos ecológicos, etc.

Assim, como forma de inserir as temáticas relativas aos conflitos socioambientais no cotidiano educativo se faz necessário pensar um modelo específico de educação, qual seja, a Educação Ambiental, com a premissa de fomentar uma reflexão crítica sobre as práticas cotidianas de sujeitos e coletividades objetivando a superação de formas predatórias na relação entre cultura e natureza. Cabe, portanto, problematizar como fazê-la sem, necessariamente, crivar a estrutura capitalista que orienta tais modos de ser e estar no mundo? Pensamos que, mantendo a engrenagem do sistema capitalista, cai-se na premissa reformista neoliberal e que, uma Educação Ambiental radical precisa, tal como afirma o termo, ir a raiz das problemáticas em questão, fomentando uma luta política com vistas a superação do modo de produção capitalista como objetivo central e instituição de uma sociabilidade pautada em relações harmônicas entre Humanidade e Meio Ambiente.

Sobre reação da comunidade em relação à interdição, buscou-se compreender quais os instrumentos teriam sido utilizados na ação e como a comunidade teria reagido. Diante dos relatos é possível inferir acerca de um expressivo clima indignação. De acordo com entrevista, no início das obras para interdição do local, o Ministério Público teria ordenado a fixação de estacas que dariam origem a uma cerca. Naquela ocasião, segundo as informações obtidas, todos se

Revoltaram. Se revoltaram todo mundo. É tanto que quiseram fechar a Cachoeira. Começaram lá de cima, fechando, batendo estacas [...] quando chegaram aqui embaixo. O povo já tinha feito manifestação aí na pista, nas duas pistas, lá embaixo [...] pra não fechar. Mas mesmo assim vieram o dono da fazenda e doutor num sei quem foi lá, o promotor, e vieram, fizeram, tavam fazendo cerca de lá da Embasa, até ali ó [dirigindo a indicador na direção da Cachoeira] quando chegou ali, na hora, chegou ali de tarde, que era pra mim no outro dia bater o arame. O arame tava lá em “Y” [proprietário do hotel]. Todo arame. Ali na pousada [hotel]. Que era pra vim no outro dia pegar o arame, na hora que terminou ali, que eles saíram, juntou um batalhão de homens e foram rancando, rancando e carregando, jogando aqui embaixo e bateram fogo. Foi um fogo bonito! [risos]. (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Prontamente, o Estado utilizando de sua prerrogativa de uso da força, tratou logo de organizar o policiamento para garantir a execução da interdição, ao invés de convidar a comunidade para um diálogo, com vistas a discutir uma alternativa. “[risos] disseram que ia fechar e botaram policiamento ali pra não entrar ninguém e fechou mesmo. A interdição foi

essa. Foi essa.” (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*). O clima de tensão se instalara, segundo a ela, porque teriam ficado “[...] revoltados os „vendedores” e os comerciantes, ficou todo mundo revoltado com isso. Eles deram lá o, bateram o martelo lá „vamos fechar” e fechou.” (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Rapaz, a comunidade de Jiquiriçá? Nós, eu, sou filho de Jiquiriçá e a comunidade é muito tipo carneiro. Que recebe o pau na cabeça e morre. Ninguém tomou uma decisão. Era pra prefeito, vereadores e comércio e a população tá lá [se entrar esse agora, vamos ver, pra ver, esse, Barreto]. O fechamento da Cachoeira acabou foi 90% na cidade de Jiquiriçá, num foi 10 não, foi 90 [e todo mundo ficou com raiva. Todo mundo ficou com raiva porque vivia de lá. Tinha dia de domingo que, na semana era menos, mas no correr de domingo era bom.] já época de que, de ter 140 ônibus de Salvador. Aí vem, no inverno, na baixa estação 40, 30, 20, 10, 1 ou 2 [fazia movimento; tudo no dinheiro]. (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Quando questionados(as) sobre a reação da comunidade na oportunidade de realização da intervenção, um de nossos co-participantes afirmou que “[...] ninguém gostou né. Mas, pode fazer o quê? É a lei [...] dos homens grandes, pode fazer nada né. Tão todo mundo sofrendo até hoje. [...] Todo mundo foi contra isso aí.” (FLORESTAN, 45 anos, 2016 *ipsis litteris*).

No que se refere à estrutura jurídica, de acordo com a percepção dos(as) envolvidos(as) no conflito pôde-se perceber explicitamente em suas opiniões, o lugar da legislação na organização da vida social, por meio de uma avaliação que no plano discursivo se pretende neutra, mas no plano objetivo evidencia uma parcialidade no tratamento da problemática. Sobre esse aspecto, o direito burguês, do modo que está organizado consolida a ideia de um Estado como produto do antagonismo inconciliável entre as classes (ENGELS, 1884).

De acordo com uma de nossas coparticipantes, ao ter presenciado os acontecimentos teria percebido que, “[...] todo mundo reagiu! Fizeram manifestação, foi muita coisa... Mas, ninguém fez nada pelo povo [referindo-se ao Poder Público]”. (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*). Qual tipo de manifestação? “Ah, botaram fogo em pneu na pista, fechou a pista. Fez tudo isso. Queriam cercar a Cachoeira, juntou a comunidade toda, cidade toda rancou a cerca... fez tudo isso.” (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*).

De acordo com os relatos obtidos nas entrevistas realizadas, a população local não aceitou passivamente as determinações da promotoria pública. Houve uma forte resistência no

local, quando trabalhadores e trabalhadoras daquele lugar organizaram manifestações em várias ocasiões. Uma das práticas comuns era o fechamento da rodovia – BR-420 – (*Imagens 03 e 04*) principal acesso ao local, além de rota de acesso a diversas cidades do Vale do Jiquiriçá.

Fotografia 03: Manifestação(BR-420)em função da interdição da Cachoeira dos Prazeres.



FONTE: [http:// g1. globo. com/ bahia/ noticia/ 2014/03/ manifestantes- fecham-br-420-por-caoa-de-interdicao-de-cachoeira.html](http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/03/manifestantes-fecham-br-420-por-caoa-de-interdicao-de-cachoeira.html). Acesso em: 17/12/2017.

Fotografia 04: Manifestação em função da interdição da Cachoeira dos Prazeres.



FONTE: <http://blogmarcosfrahm.com/br-420-volta-a-ser-interditada-no-trecho-de-jiquirica/>). Acesso em: 17/12/2017.

Nessa etapa, diagnosticou-se que as angústias dos(as) envolvidos(as) estão ligadas às perdas relacionadas à atividade produtiva. Registra-se pouca atenção destes(as) ao desgaste no que tange a capacidade de carga. [...] Nesse momento, nota-se como a problemática desencadeou uma série de outras situações de perdas e constrangimento para diferentes atores sociais, vinculados direta ou indiretamente às atividades realizadas naquele lugar.

Quer dizer eles alegam lá, né o pessoal lá do meio ambiente e o Hotel, “que era um ponto de prostituição e de drogas” [...] Num é certo. Um prefeito pra tomar uma decisão dessa, uma atitude pra não deixar fechar. Era pra tá ali, batalhando, uma iluminação, segurança, limpeza, ele abandonou tudo. Abandonou tudo... [fez mais nada!]. E o Hotel hoje é que tá lá. Lá em cima. Ele queria isso. Só ficar... é só pra ele. [...] (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Uma de nossas coparticipantes mencionou a postura do dono da fazenda onde parte da Cachoeira está situada e do proprietário do Hotel Vale do Jiquiriçá que, segundo ela, teriam sido a favor da interdição em consequência de serem contra a continuidade das atividades turísticas no local, mesmo que, contraditoriamente se beneficiassem delas.

Esse pessoal foi contra. Ele queria que fechasse. Porque hoje, eu acho assim, se lei é pra um eu acho que é pra todos né. Porque hoje a Cachoeira tá interditada e o hotel tá lá, funcionando, no mesmo lugar, reformou agora, e os outros sofreram e estão sofrendo, porque tá lá, tão tudo fechado e num tem lei, porque que só tem lei pra o pobre? Porque que pra o rico não tem lei? Você pode ir lá que você vê, o hotel, funcionando, que diz que hoje só pode ser construído a 50 metros e, o rio tá aqui e o restaurante do hotel tá aqui. A distância é essa praticamente [cerca de 1.20m.] cê pode ir lá que cê vê. (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Por sua vez, de acordo com informações da entrevista realizada com a Promotoria, foi questionado a respeito da percepção dos proprietários do hotel em relação à interdição do local. Nesse momento, foi possível identificar similaridades entre as narrativas de algumas pessoas da comunidade e a explicação do Ministério Público. De acordo com o MP, os proprietários do hotel

[...] incentivaram, acharam positiva a atuação do Ministério Público, porque realmente eles viam a degradação do patrimônio natural e apesar deles terem até barraca no local eles preferiram perder a barraca, mas que tenha uma ação [...] de manutenção do patrimônio natural e [...] também contra a poluição sonora, porque o hotel tava tendo prejuízo em face da poluição sonora é... frequente [...] ressaltando que a população que vinha – os ônibus que vinham – muitas vezes deixavam lucro nenhum pra a região, porque vinham os chamados farofeiros – com comida e bebida – já traziam comida e bebida não deixavam nada de lucro pra o morador local. Eles traziam comida e bebida, deixavam só a sujeira não deixava dinheiro nenhum. Então, não era um turismo sustentável, nem um turismo positivo para a região. (MP-BA, 2019).

As razões para a interdição do balneário ainda são confusas. Circulam duas ou três versões diferentes. Sabe-se que a luta de classes se apresenta de diferentes modos o que torna a fala de nossa coparticipante uma possibilidade válida no horizonte de interpretação do conflito. Afinal, no tangente as questões socioambientais, a noção de meio ambiente forjada pelo capitalismo utilitarista, produz uma perspectiva de natureza voltada ao atendimento de pretensas necessidades humanas, como já observou Neil Smith (1988) oportunamente mencionado no presente estudo. Como indicativo de interesses econômicos é possível observar ao fundo (*Fotografia 06*) uma pequena parte das instalações do Hotel Vale do Jiquiriçá que, mesmo após a interdição do local, vem mantendo suas atividades sem maiores constrangimentos.

Essa é uma das mágoas mais evidentes nos discursos difundidos pela população local e que ficou latente na fala da “*Doroty*”. O fato de a lei burguesa utilizar o Direito para favorecer interesses de uns em detrimento de outros, de modo que o poder do capital sob a lógica da especulação turística exerce forte influência na correlação de forças vivida cotidianamente no mundo contemporâneo.

Com vistas a ampliar o entendimento da questão, propõem-se a análise das próximas fotografias. A primeira, mostra ao fundo (*Fotografia 05*) um dos maiores quiosques existentes no local. Certamente que, do ponto de vista legal, há irregularidades nas instalações devido a proximidade com o curso d’água, mas o que alguns/mas moradores/as questionam é o fato de a determinação da Promotoria Ambiental ter atingido apenas aos quiosques. Como foi observado o que justificaria o proprietário do Hotel não ter sido orientado a “adequar” suas instalações? (*Fotografia 06*) ou ainda, porque não teve as mesmas demolidas?

Fotografia 05: ruínas de um dos maiores quiosques demolidos.



Fonte: Acervo do autor.

Note-se que, boa parte da estrutura está localizada às margens do rio (*Fotografia 06*), em alguns casos chega a atravessar o mesmo por meio de pontes construídas para acesso ao empreendimento.

Fotografia 06: instalações do *Hotel Vale do Jiquiriçá* às margens do rio Boqueirão.



Fonte: Acervo do autor.

Uma das queixas da comunidade se dá em função das atividades do hotel não terem sido interrompidas, na medida em que o empreendimento estaria incorrendo em crime ambiental também diante de suas instalações estarem próximas ao leito do rio. Nesse sentido, a Promotoria considera que

[...] O hotel foi feito pelo Estado da Bahia com licença, com autorização na época os órgãos ambientais autorizaram a construção do hotel. Então se houve crime ambiental é... não houve crime porque os órgãos ambientais autorizaram a construção. Então não houve crime e se houvesse já estaria prescrito o crime ambiental propriamente. (MP-BA, 2019).

Segundo ele, o hotel teria sido resultado de um programa estadual de fomento ao turismo no Vale do Jiquiriçá. O Governo do Estado teria construído o empreendimento e alguns anos depois, “[...] privatizou [...] vendeu o hotel. Então o hotel hoje pertence [...] a pessoas privadas e foi com o objetivo de incentivar o turismo na região”. (MP-BA, 2019).

De qualquer modo [...] a construção [...] do hotel foi autorizada pelo Governo do Estado, não pode o ministério público atuar pra uma construção que foi autorizada; a gente atuou em relação à uma construção que foi posterior, clandestina do hotel, que eles fizeram também barracas tinham, o hotel tinha uma barraca também no leito do rio e, embora tivesse fossa, fosse arrumada, nós atuamos e eles [...] tiveram que destruir essa barraca, remover essa barraca. Então a atuação foi feita de forma igualitária pra todo mundo que estava [...] que construiu no leito do rio propriamente e que houve o parecer negativo do INEMA pra essas construções no leito do rio. [...] Agora uma construção antiga do hotel que foi autorizado pelo Governo do Estado nós não podemos fazer nada, porque era uma construção de mais de 30 anos e que teve autorização do órgão ambiental, a gente não poderia atuar. (MP-BA, 2019).

Em um dos diálogos estabelecidos, foi possível questionar acerca de eventuais influências da interdição em sua vida. Nesse momento, uma de nossas interlocutoras observou que: “A minha mesmo não alterou [...] não me envolvia com a Cachoeira. Já com meu filho [...] ele tinha [...] um restaurante ali [...] um movimento, [...] vendia caldo de cana [...] rolete [...] cana inteira [...] tudo que aparecia [...]. Aqui virava a feira de Caruaru. [risos] Tinha de tudo que procurasse. (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*). Porém, num outro momento, essa mesma interlocutora, avaliando a situação no geral afirmou que

Pra mim. É pra mim foi ruim, porque vinha muito movimento e eu aqui, quase sozinha, aqui era muito divertido né. Muito divertido dia de domingo, dia de semana mesmo, segunda-feira, tinha segunda-feira que vinha 2, 3 ônibus. Muito turista. A semana toda vinha gente e hoje tá esse paradeiro. Hoje está triste! (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Uma mudança dessa magnitude incide no mundo do trabalho para além das possibilidades práticas. Certamente há implicações também de cunho psicossocial, como se pode deprender das reflexões propostas pela interlocutora fala de um movimento que influenciava na vida de toda a comunidade, independentemente de trabalhar ou não no comércio.

Mais adiante, um de nossos interlocutores evidencia sua angústia em perceber-se inserido numa divisão social classista, cujas ações cotidianas têm sido historicamente de exclusão de uns por outros.

Nós pai de família, como eu tenho minhas filhas, fazendo faculdade, então, já trancaram a faculdade, porque não tenho condição de manter. Olha, pro filho do cara lá do Hotel e de outros e outros, aí pode se formar, né? Em um promotor, um advogado, um juiz e outros e outros e outros né, formatura. Eu que sou um trabalhador direito; todo mundo me conhece, o vale todo me conhece, o Brasil me conhece e hoje andar, de braços cruzados. (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Foi possível diagnosticar outras transformações que a medida adotada teria influenciado. “Rapaz! Eu hoje, não é tá de cabeça entre as pernas, né? Mas minha vida hoje, mudou [...] de água pra vinho [...]” (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Rapaz, foi geral. Foi prejuízo financeiro, comércio, em tudo, geral. Tá lá, fechado lá. Acho que você teve lá num foi? Tá lá, aquela área lá do “Astral”, tem um patrimônio lá e, hoje, se eu fosse, tivesse a Cachoeira no auge mesmo, funcionando, eu hoje tava pra abrir. É um patrimônio [...] de valer mais de 1 milhão de reais e hoje tá assim. [Deu mais valor a quem é de fora, do que quem é daqui. Por que [o proprietário do Hotel] é de fora; o Hotel que você sabe é de fora e os outros que trabalhavam lá, tudo daqui de Jiquiriçá.] Num tinha, como se diz, forasteiro nenhum. Tudo daqui, da terra aqui. Batalhavam [até da roça vinham, da mata] vender sua jaca, [...], seu rolete, caldo de cana, e hoje tá todo mundo aí ó, de cara pra cima. (MILTON, 61 anos, 2016 *com grifos*).

A expectativa da comunidade é que, por meio de ações organizadas consigam inserir suas pautas na agenda das políticas públicas do município, com vistas à reabertura do espaço. Essa possibilidade é reafirmada por meio da luta política que deve ser estabelecida em diferentes espaços decisórios no município.

Até hoje eles ainda lutam ainda né, [...] não quieta, não para de lutar para reabrir. Promete que vai abrir, que num sei o quê, que vai abrir... Mas num acho. Pra mim não abre mais não... Agora não tá abandonado lá em cima não, o povo ainda vem ainda, quem, né, ainda vem, ainda vai lá, toma um banho; não é proibido a pessoa ir tomar um banho, passar o dia lá não. Mas não pode levar nada [...]. Não pode abrir barraca. O povo leva comida, leva o que tem precisão, bebida, bebe, mas não tem uma barraca com seu nome. O caso deles é com as barracas, que não pode funcionar. Tá bem tratadin, tudo zelado, de vez em quando o prefeito manda dar uma limpeza, assim, uma faxina na Cachoeira. (OLGA, 81 anos, 2016 *com grifos*).

No plano das articulações coletivas com vistas à organização de trabalhadores e trabalhadoras, um de nossos co-participantes afirmou que as pessoas teriam se mobilizado. É nesse sentido que uma Associação se configura como estratégia coletiva de intervenção social. Sob esse aspecto, um dos participantes afirmou que

[...] agora a gente [...] vai fazer o quê? Uma nova eleição, pra ver quem é o Presidente da Associação pra a gente tomar uma decisão. Porque, uns advogados da gente, falou que tinha que ter uma Associação, e sem Associação, isso aqui, hoje, não vale nada. Chegar o Ministério Público e fecha, mas você tendo Associação com tudo em dias, é difícil fechar, né? Fechar, opa, um patrimônio seu. Se você aqui, essa praça aqui, se você é o dono e tem uma Associação, Ministério Público nenhum vem fechar não, porque ele tem Associação, aqui ó, a documentação toda liberada, mas infelizmente a gente deixou a desejar. (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

De acordo com ele, isso teria acontecido “Já tem o quê? Uns dois anos mais ou menos. Aí vai ter uma nova eleição.” (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*). Essa é uma posição que evidencia a percepção de nosso interlocutor em relação à autogestão dos trabalhadores e trabalhadoras locais.

Em relação à gestão do local, nossos interlocutores puderam listar algumas das questões que, tanto podem ter influenciado o fechamento do local para fins comerciais, como,

no mínimo, pode ter oferecido elementos discursivos e, porque não dizer, políticos que contribuíram para forjar um discurso de sobrecarga antrópica no local.

O espaço “[...] Não tinha organização. [...] Porque nós tinha que ter uma ajuda do Prefeito e a gente não teve. Aí era tudo muito desorganizado.” (DOROTY, 53 anos, 2016 com grifos). Na sequência, a interlocutora queixou-se da falta de ajuda à comunidade. Questionada sobre o tipo de ajuda que ela estaria se referia, observou que

[...] o pessoal montava tudo na rua, era assim, uma aqui, uma ali e pra ter uma organização o Prefeito tinha que ter um lugar, tinha que arrumar um lugar pra botar esse povo, pra arrumar tudo certinho, pra não ter bagunça, não ter sujeira, não ter lixo – que se tinha muito. Então hoje, o que, o que traz a coisa errada é o lixo, né. Que a gente tem que ter consciência disso. E hoje, ninguém tem consciência disso. (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Curiosamente, algumas informações são radicalmente divergentes. Em resposta à mesma pergunta, Milton respondeu que “[...] a gente organizava em termo de limpeza. Nós, todos os barraqueiros, cuidavam da Cachoeira e limpava, tinha dois ou três funcionários da Prefeitura e, deixou a desejar e [...] o prefeito tirou, aí ficou lá, o lixo. Mas a gente, barraqueiro, todo mundo, cuidava na limpeza.” (MILTON, 61 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Considerando as palavras de Olga, novos elementos para pensar sobre a organização do espaço são dispostos, quando a mesma afirma que:

[risos] Atividade ali, o desenvolvimento, era quem chegasse, quem chegasse primeiro botava as mãos na sua barraca, seu quiosque, sua mesa de qualquer coisa e tocava o pau assim, não tinha fiscalização “você faz isso, você faz aquilo”. Era assim, quem chegasse, metia as caras, fazia as coisas. (OLGA, 81 anos, 2016 *ipsis litteris*).

As razões da interdição ainda são paradoxais. Por um lado, reportagens e notícias em diferentes *sites* na *internet*, bem como, discursos de pessoas que não estiveram ligadas ao conflito, afirmam que a proibição teria sido por questões de saúde ambiental. Por outro, as explicações de nossos coparticipantes sugerem outras questões, qual seja uma relação intrincada estabelecida entre a comunidade, suas atividades laborais e a administração do Hotel.

Por conta do [...] promotor, foi rápido, uma coisa assim, muito rápida, que foi um choque pra todo mundo. Ele interditou assim, que tava todo mundo preparado, numa época de carnaval pra se trabalhar; todo mundo com mercadoria dentro de casa, num se teve assim nem trinta dias pra dizer assim, vai fechar daqui há trinta dias, foi e fechou, de vez. Aí juntou tudo né. Muita gente né. Ninguém sabe. Dono de fazenda, tudo, essas coisas... interditou. (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Para Doroty, a interdição teria sido realizada “[...] Mais por causa do lixo. Que o lixo hoje é a grande causa de tudo.” (DOROTY, 53 anos, 2016 *com grifos*). De acordo com ela “Justamente porque não se tinha um certo cuidado com a Cachoeira, que tinha que ter muitos [...] lugares pra botar lixo. O povo ser consciente, não jogar coisa a toa, lixo, vaso, garrafa e tudo isso... muitas vezes briga, pouca água. (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*).

Sobre a questão da água, esta foi a única pessoa que sinalizou para esse risco, sugerindo mudanças em relação ao uso dos recursos hídricos, já que, segundo ela, “Pouca água na Cachoeira na época, tinha época de verão de ter pouquíssima água, com muita gente né, onde é que vai chegar? Chega no extremo né.” (DOROTY, 53 anos, 2016 *ipsis litteris*). Essa é uma das poucas afirmativas que poderiam endossar a narrativa que circula paralelamente: a de que a interdição do espaço pode ter sido influenciada por uma eventual saturação das condições naturais do local.

No início do ano de 2017, por determinação do Ministério Público Estadual, foram realizadas as demolições das instalações tidas como ilegais. Na data de 15 de fevereiro, a determinação da promotoria foi cumprida (*Fotografias 08, 09, 10 e 11*).

Por sua vez, de acordo com informações da entrevista realizada com a Promotoria, foi questionado a respeito da percepção dos proprietários do hotel em relação à interdição do local. Nesse momento, foi possível identificar similaridades entre as narrativas de algumas pessoas da comunidade e a explicação do Ministério Público. De acordo com o MP, os proprietários do hotel

[...] incentivaram, acharam positiva a atuação do Ministério Público, porque realmente eles viam a degradação do patrimônio natural e apesar deles terem até barraca no local eles preferiram perder a barraca, mas que tenha uma ação [...] de manutenção do patrimônio natural e [...] também contra a poluição sonora, porque o hotel tava tendo prejuízo em face da poluição sonora é... frequente [...] ressaltando que a população que vinha – os ônibus que vinham – muitas vezes deixavam lucro nenhum pra a região, porque vinham os chamados farofeiros – com comida e bebida – já traziam comida e bebida não deixavam nada de lucro pra o morador local. Eles traziam comida e bebida, deixavam só a sujeira não deixava dinheiro nenhum.

Então, não era um turismo sustentável, nem um turismo positivo para a região. (MP-BA, 2019).

É importante registrar que segundo relatos de moradores e moradoras do local, após circularem informações sobre a demolição das construções, o proprietário do hotel teria cedido um imóvel (*Fotografia 07*) em *comodato*¹⁸ à Prefeitura do município.

Fotografia 07: imóvel cedido em comodato a Prefeitura Municipal de Jiquiriçá-BA.



Fonte: Acervo do autor.

Após determinação do Ministério Público Estadual, procedeu-se na execução da mesma, realizando a demolição dos quiosques e barracas presentes no local. (*Fotografia 08*).

¹⁸De acordo com o Art. 579. Do Código Civil Brasileiro (2002) “*O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.*”. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%20C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18/12/2017.

Fotografia 08: demolição de quiosques na Cachoeira dos Prazeres em Jiquiriçá-BA.



Fonte: <http://midiabahia.com.br/wp-content/uploads/2017/02/259010.jpg>. Acesso em: 17/12/2017.

Para a execução da determinação um grande aparato policial foi organizado, desde a entrada do balneário, até a área onde os quiosques estavam instalados (*Fotografia 09*), com vistas a minar quaisquer manifestações que pudessem vir a acontecer, como nas situações anteriores, referentes aos primeiros dias de interdição.

Fotografia 09: policiais militares acompanham a demolição de quiosques no local.



Fonte: <http://midiabahia.com.br/wp-content/uploads/2017/02/1-2.jpg>. Acesso em: 17/12/2017.

Um mês após a demolição, o cenário encontrado indica o nível de complexidade da problemática. Fragmentos de destruição captados por uma câmera de celular. Chama à atenção o fato de uma das justificativas para a interdição do balneário teria sido a dispersão desordenada de resíduos sólidos no local. Porém, quando a ação é executada pelos Poderes Públicos, não há quaisquer constrangimentos em deixar o entulho das antigas construções de alvenaria existentes naquele lugar (Fotografia 10).

Fotografia 10: entulhos deixados após demolição de quiosques.



Fonte: Acervo do autor.

Fotografia 11: entulhos deixados após demolição de quiosques.



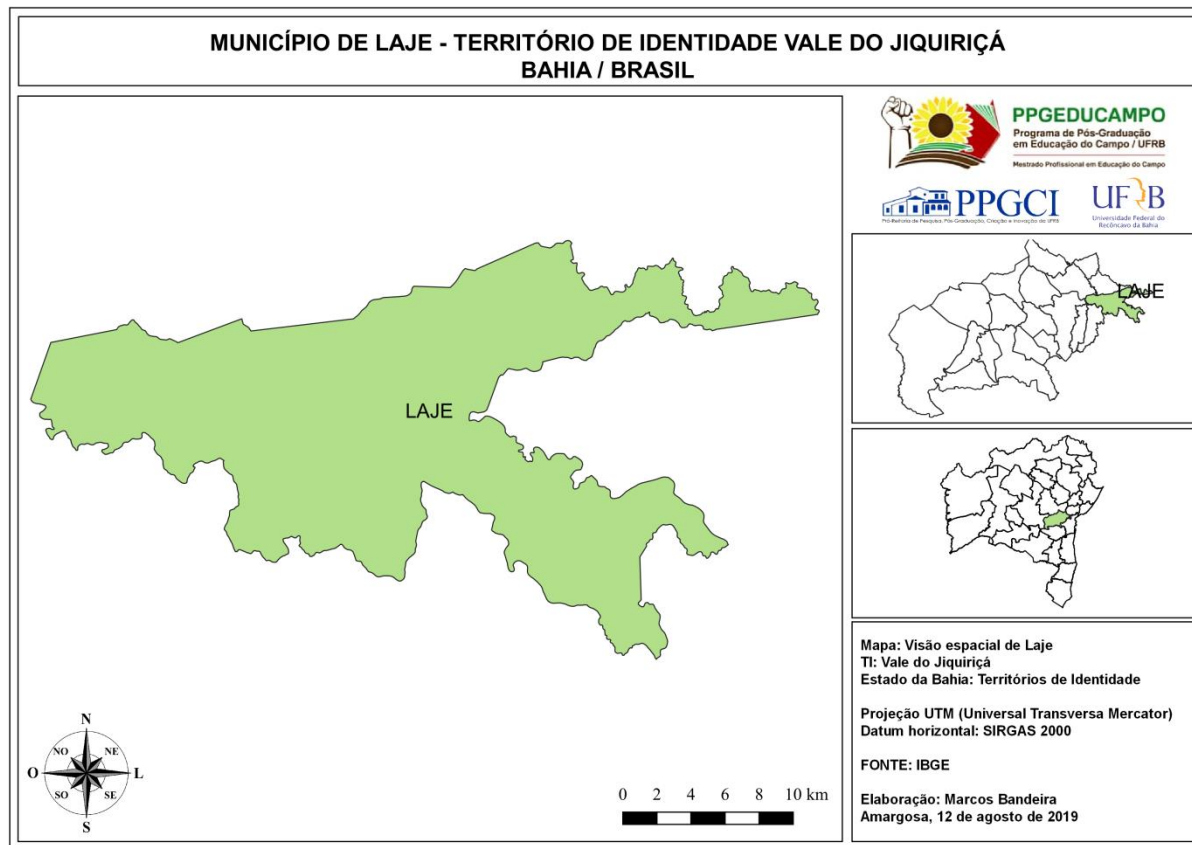
Fonte: Acervo do autor.

Diante das informações expostas foi possível perceber o grau de complexidade do conflito existente naquele local. Embora as razões para interdição do balneário não tenham ficado evidentes, pode-se notar um emaranhado de interesses conflitantes entre moradores/as, proprietários de fazendas e o setor de hotelaria.

Registra-se também, uma queixa muito forte entre os/as participantes no que se refere ao Poder Público local – à época – que, em suas perspectivas, não teria tomado partido das demandas da comunidade. Atualmente, sob nova gestão, o Poder Público municipal desenvolve estudos e planejamentos para sistematização e implementação de um Plano de Revitalização do local, com vistas à reabertura do mesmo.

4.2.2. UM OLHAR SOBRE LAJE

Mapa 05: visão espacial de Laje-BA.



Fonte: Base de dados IBGE / Elaboração do autor.

Laje é um município do TI Vale do Jiquiriçá – interior da Bahia –, localizado a aproximadamente 232 km de Salvador, capital do estado. Ocupa uma extensão de 499,59 km², está situado na Mesorregião Centro Sul Baiano, microrregião de Jequié.

Tendo como base o censo demográfico de 2010, o município registrou uma população de 22. 201 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 72,61% dos habitantes do município (16.121) vivem no meio rural, ao passo que, 27,39% (6.080) vivem em áreas urbanas, de acordo com dados publicados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – ADHB (2019), o que evidencia o caráter majoritariamente rural do município.

4.2.2.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE LAJE – BAHIA

Na História oficial do município, tornada pública por diferentes mídias, pode-se notar algumas especificidades nas narrativas, alguns detalhes meramente ilustrativos, diferenças mais na forma de que no conteúdo. Entretanto, as pistas que teriam chegado à contemporaneidade a partir da tradição e história oral, registram que

Segundo antigos moradores da região, por volta de 1850, uma enchente que desviou o curso do rio Jiquiriçá provocou total destruição de um pequeno povoado que existia na sua margem direita.

Os moradores do local sinistrado reuniram-se e construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, dando início, assim, a um novo povoado, na margem esquerda do rio, e um pouco abaixo da Cachoeira do Estouro.

Em virtude da existência de enormes lajedos nas proximidades, o povoado passou a denominar-se Nova Laje.

Em 1864, criou-se a freguesia de Nossa Senhora das Dores de Nova Laje, cuja sede foi transferida, em 1870, para a capela de Nossa Senhora da Conceição do Cariri, povoado vizinho. A Sede da freguesia retornou a Nova Laje em 1884, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Cariri de Nova Laje. (IBGE, s.d.)

Como outras cidades do Vale, conta-se que Laje teria alcançado maior crescimento urbano e econômico a partir da “chegada dos trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré, em 1901 [...]” (IBGE, s.d.). Ante a importância desse episódio, a um conjunto de mudanças puderam ser implementadas naquele município em particular e na região como um todo, incidindo desde a organização local em relação à estrutura e divisão política, até nas formas de relação com outras cidades ou mesmo, outros países, por meio da potencialização dos gêneros ali produzidos com foco inicialmente no consumo interno e, posteriormente, voltados à exportação.

4.2.2.2. Contradições atemporais: simbólicas e iconográficas.

A formação do município de Laje remonta a um dos períodos mais sangrentos da invasão europeia nas Américas. Conta-se que em meados do século XVII o colonialismo avança contra povos originários no território que posteriormente ficaria conhecido como Vale do Jiquiriçá, fomentando o saque das riquezas, a escravização e o domínio.

Chama a atenção que na narrativa oficial, o elemento da violência é retirado para inclusão de perspectivas ufanistas, o que pode ser melhor percebido em alguns relatos

memorialísticos. Em uma obra organizada na ocasião do centenário de emancipação política do município fala-se num pretense “[...] *movimento colonizador* do século XVII [...]” (LAJE, 2005, p. 17 *com grifos*).

A violência colonial na referida obra ganhou uma ínfima referência no trecho que relata ocasião em que “O povoamento dos colonos portugueses no Recôncavo foi *lento* devido a resistência dos índios sendo apenas *vencida* com o terceiro Governador-Geral Mem de Sá que derrubou esta resistência exterminando grandes aldeamentos.” (Idem).

Quando o adjetivo “*lento*” refere-se à resistência dos povos originários, exprime-se ao ato de resistir um qualificador simbolicamente negativo, argumento muito utilizado pela narrativa oficial – ainda hoje – para caracterizar um suposto atraso do crescimento nacional. Por sua vez, a palavra “*vencida*” indicaria uma ação supostamente digna de louvor, os louros da vitória imprimiriam seu nome da História contada pelas forças dominantes como herói conquistador.

Mais adiante, na mesma publicação afirma-se que “[...] os índios Paiaíás permaneceram *hostis* no Vale do Paraguaçu incendiando fazendas e engenhocas até a segunda metade do século XVII.” (LAJE, 2005, p. 18 *com grifos*). Note-se que aqui a pecha da hostilidade estaria vinculada novamente aos povos originários, sucedido das representações simbolicamente negativas de um suposto incendiário.

O fato é que quando a violência é referenciada, dá-se contorno de heroísmo ao invasor colonial, ao passo que, quando a postura resistente dos povos originários em defesa de suas territorialidades está vinculada à representações negativas de rebeldia e subversão. Essas contradições em relação às narrativas oficiais, podem ser facilmente percebidas nos trechos destacados anteriormente nas citações.

Ao analisar um fragmento do hino e da bandeira é possível visualizar outras contradições nem sempre explícitas acerca do município em questão. “São teus **montes**, tuas **matas** / Dádivas da natureza / São teus **rios** e cascatas / Provas de eterna grandeza. (HINO MUNICIPAL DE LAJE, S.D.).

É curioso pensar nas palavras destacadas, em cada uma das frases desse fragmento do hino municipal de Laje. Em negrito: “*montes, matas e rios*” são termos bastante representativos das contradições percebidas atualmente no município. Refletir acerca de um hino que guarda no plano das idéias um saudosismo ante uma história que foi sendo tecida no terreno da exploração é basilar para compreender aspectos das contradições objetivas, mas

também, discursivas em relação a história local, quando durante muito tempo, “*Montes, matas e rios*” vem sendo ceifados em prol de um pretense “*desenvolvimento*”.

Fatalmente, para se compreender criticamente o vocábulo “desenvolver” é fundamental recorrer a sua etimologia. Assim sendo, observa-se o mesmo como uma espécie de afastamento, ora gradual, ora drástico das partes em relação ao todo, de forma que as primeiras perderiam a coesão, o envolvimento e, portanto, (des)envolveria. Assim sendo, deixaria de ter envolvimento com o todo. Desenvolver nesse sentido, por força da relação estabelecida com o Modo de Produção Capitalista dialoga com uma noção de crescimento econômico, vinculado a um processo de alienação que potencialmente estabelece – como já foi observado – processos de *fraturas sociometabólicas* (FOSTER, 2011).

O fato é que “*montes, matas e rios*” tem sido ao longo do tempo, objeto de cobiça por parte de grupos nacionais e estrangeiros na atualidade, tal como num passado não muito distante, países que em maior ou menor grau, impulsionaram processos de violência coloniais explorando os territórios invadidos sob diferentes formas.

Falar de *montes*, por exemplo, sem mencionar um fato de grande relevância ocorrido no município no ano de 2014 é, sem dúvida, se esconder atrás de um discurso ufanista, sem sustentação na realidade objetiva. Naquele ano, um episódio de grande representatividade no que concerne às múltiplas conflitualidades vividas no município foi registrado. Trata-se do caso da Pedra Pelada, conflito de interesses entre uma empresa do ramo da mineração e moradores/as da comunidade de Serra do frio, situação que será melhor detalhada posteriormente.

Por sua vez, tratar das *matas* do território de Laje é reportar sobre uma dimensão que tem sofrido grandes baixas já há algum tempo. O município tem registrado um visível aumento de desmatamento. Durante muito tempo, esse processo estava ligado exclusivamente a organização de pastagens, ao plantio de cana-de-açúcar e atualmente, mais ligado ao plantio de mandioca.

Um fato que chamou a atenção no que se refere aos múltiplos conflitos identificados no Vale e, particularmente, em Laje foi o crime cometido pela empresa de produção de gramas Itogress, uma das maiores do país, encarregada da produção de gramas para estádios como Maracanã, Mineirão e Arena Fonte Nova, como afirma publicação do Ministério Público Estadual no ano de 2017. Ao desmatar uma enorme área para realização desse cultivo, a empresa foi acionada pelo órgão.

Naquela ocasião, o município “[...] também foi acionado por ‘conduta omissiva’, vez que ‘concorreu para a supressão da cobertura vegetal e o impedimento da regeneração da floresta nativa que havia no interior da fazenda, ao deixar de fiscalizar e reprimir os danos ambientais’,” teria afirmado o promotor que acompanhou o caso, observando ainda

[...] que o desmatamento seria facilmente visualizado ‘dada a grande extensão da área degradada’, não havendo como alegar desconhecimento do fato. A ação tomou por base um inquérito civil realizado após fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ter constatado o desmatamento de uma área de 70 mil m², aproximadamente sete hectares de Mata Atlântica, sem autorização de qualquer órgão ambiental. (CEAMA, 2017, p. 6).

No que se refere a símbolos urbanísticos, um monumento instalado na região denominada entroncamento – divisa entre as rodovias BR-420 e BR-101 – afirma: “*A força da pedra, o verde do Vale*”, *slogan* atual do município. Na imagem seguinte, (*Fotografia 12*) pode-se observar o registro mencionado.

Fotografia 12: monumento entre as rodovias BR-420 e BR-101, no município de Laje-BA.



Fonte: <https://www.sajnoticias.com/2018/12/embasa-explica-motivo-de-falta-dagua-em.html>. Acesso em: 14/10/2019.

Fazendo uma leitura aligeirada da expressão pode-se questionar: a respeito de qual pedra e qual verde está se falando? Pedra, verde (representado por matas) e cursos d'água parecem ser centrais não apenas na conformação objetiva do município de Laje, como também, da composição dos sentidos e significados plurais em sua semiótica.

Região profundamente marcada por diversas formas de degradação, nos últimos anos vêm assistindo a um conjunto de espoliações que evidenciam o atual momento da reestruturação produtiva do capital. A força da pedra seria um indicativo dos processos de exploração de minerais na região? O verde do Vale atuaria como um prenúncio dos conflitos de interesses que aquele fragmento de Mata Atlântica testemunharia no limiar do século XXI?

Em se tratando dos *rios*, o município tem registrado situações preocupantes. Inicialmente, uma questão que coloca tem a ver com os impactos do desmatamento e retirada de mata ciliar, causando um crescente processo de erosão e assoreamento de cursos d'água. Posteriormente, casos de poluição urbana potencializada pelo descarte de resíduos diversos e contaminação dos afluentes por agrotóxicos.

A bandeira municipal de Laje é composta pelas cores: Azul, Vermelho e Branco em relação ao nosso Estado. No campo azul, ao lado esquerdo existe entre a flecha, duas flores de Liz, representativa das duas paróquias: Nossa Senhora das Dores do *Cariri* e Nossa Senhora da Conceição do *Cariri* de Nova Laje. A flecha dividindo os dois campos aponta para o alto indica a *existência de índios anteriores aos atuais habitantes*. A parte detalhada no quadro vermelho é relativa à origem do nome do nosso município. (LAJE, 2015, p. 66).

Novamente aqui, o elemento indicativo do conflito é colocado de lado ao se tratar dos povos originários. Quando o termo *“habitantes”* é posto num contexto dicotômico ao de *“índios anteriores”* apresentam-se duas tensões: a primeira, dá idéia de extinção desses povos em sua completude; a segunda, uma noção de que as pessoas que vivem na região atualmente são definidas enquanto habitantes (*porque habitam*) e aquelas que viveram antes não seriam (*eram “índias” na perspectiva colonialista*), e portanto, não pessoas. Isso evidencia uma dimensão das mentalidades forjadas a partir de valores etnocêntricos. No caso do Brasil atuou como premissa racista para endossar discursos em prol da escravidão e do extermínio.

Em grande medida isso acaba por atingir um campo de atuação em que Políticas Públicas de reparação deveriam ser acionadas em favor de povos, cuja espoliação histórica lhes foram dirigidas. Contraditoriamente, a importância dos povos originários na História e Memória oficiais de Laje, percebidas a partir dos símbolos municipais, ao tempo em que nega

sua condição enquanto pessoas violentadas, reafirma suas legitimidades territoriais desde a denominação de ambas as paróquias. O legado na linguagem e narrativa oficial, ainda que possam não ter tido esse objetivo, acaba por evidenciar uma forte carga simbólica das **“Dores dos Cariris”**, que lutaram contra o saque de suas riquezas frente ao processo de acumulação primitiva de capital instalado na região.

4.2.2.3. Um caso em particular: a Pedra Pelada.

São inúmeras e contradições que têm de algum modo gerado conflitos neste município. Nessa etapa do estudo serão apresentadas algumas delas. Todavia, será realizado um maior detalhamento de uma situação mais recente, caracterizada pela disputa entre moradores de uma comunidade rural e os interesses econômicos em oposição, seja por parte de membros da própria localidade, seja por uma empresa do ramo da mineração, tomada pelo ímpeto espúrio de exploração de recursos naturais.

Entre os anos de 2013 e 2014, o município foi palco de uma importante disputa territorial – a disputa pela Pedra Pelada (*Fotografia 13*). De um lado, uma empresa mineradora – com um apoio minoritário de moradores locais; do outro, grupos organizados da comunidade de Serra do Frio, que atuaram contra a exploração mineral por parte da empresa, constituindo sujeito coletivo em proteção ao patrimônio sociocultural e natural daquele lugar.

Fotografia 13: vista panorâmica da Pedra Pelada no município de Laje-BA.



Fonte: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/area/cecom/13setembro17 - pedra_pelada.jpg. Acesso em: 14/10/2019.

Em entrevista com um dos membros da comunidade, o mesmo afirmou que o conflito teria iniciado em função da chegada de uma empresa “[...] que queria comprar essa pedra pra poder e explorar ela pra poder quebrar [...] não ficou claro o que é que ele iria fazer com essa pedra depois de quebrada, se era brita, se era pedra ou se era atrás de um outro minério, ele não explicou [...]” (CHICO, 2019). Trata-se de um afloramento de rocha denominado popularmente como Pedra Pelada. Local bastante visitado para realização de ações de caráter turístico e religioso. Segundo o ele, “[...] essa é uma pedra que fica [...] na divisa da região da Serra do frio com a Pimenteira. [...] tem em torno de uns 8 donos de terra [...] a divisa é a pedra que [...] fica no centro [...]” (CHICO, 2019).

E na época a empresa [...] procurou um dos proprietários e chegou a fechar um valor para comprar o acesso até a pedra, porque eu que ele precisava na realidade [...] era o acesso [...] até a pedra que, segundo ele, não era de propriedade dos donos da terra e sim [...] propriedade da União né, porque é um minério. Aí o que ele queria era só o acesso. [...] aí ele comprou esse acesso, só que aí ele tinha que em seguida pegar a autorização de todos os outros [...]. Só que nessa pedra [...] tem [...] um cruzeiro que é da igreja católica já edificada [...] em torno de uns 15 anos atrás. Onde o pessoal celebra missa lá, vários encontros lá em cima dessa pedra. (CHICO, 2019).

Fotografia 14: fotografia do ato de implantação do “Cruzeiro” no alto da Pedra Pelada.



Fonte: Acervo pessoal do coparticipante (Chico, 2019).

Logo no início das especulações em relação à instalação das atividades de exploração mineral no local e, por conseguinte, derrubada do afloramento de rocha, membros da comunidade organizaram uma comissão que tinha como objetivo, encaminhar as deliberações do grupo a diferentes setores do Poder Público. Naquela ocasião, criou-se a Comissão Municipal de Preservação da Pedra Pelada, nomenclatura de registro.

[...] a gente criou um movimento [...] eu juntamente com as outras pessoas, a gente nomeou uma comissão para poder tratar dos assuntos dessa pedra. Aí uma das primeiras atitudes que eu tive foi fazer um ofício; encaminhar ao Ministério Público solicitando que não deixasse em hipótese nenhuma a empresa tá fazendo esse empreendimento lá na região que seria algo que certamente iria trazer coisas ruins pra população. [...] fiz um outro ofício dando entrada na Prefeitura pra não ta liberando nenhum alvará de [...] pra ele tá destruindo a pedra e também, dei uma outra entrada [...] no IPHAN, em Salvador. (CHICO, 2019).

Em representação dirigida ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, foi protocolado pedido de tombamento da área, se apresentando enquanto entidade

[...] criada por iniciativa popular e representada pelos signatários abaixo assinados, vem mui respeitosamente, nos termos do Decreto-Lei Federal n. 25, de 30 de novembro de 1937 e demais legislações aplicáveis à espécie, requerer o tombamento do monumento natural constituído por um afloramento de rocha e conhecido popularmente como PEDRA PELADA. (CMTTP, 2014).

Como justificativa ao pedido, os requerentes afirmaram visar “[...] a proteção do referido monumento e do seu entorno, que é parte integrante da paisagem da comunidade.” (CMTTP, 2014). Para os/as requerentes, o mesmo é compreendido simbólica e materialmente como um elemento que “[...] agrega identidade cultural, valor histórico e religioso [...]” (CMTTP, 2014) de modo que há alguns anos teria sido “[...] edificada uma paróquia que foi construída pelos membros da comunidade local, por verem no mesmo um refúgio espiritual para a celebração de eventos de caráter religiosos *[sic]* e para orações.”. (CMTTP, 2014).

O documento protocolado fala sobre uma cruz que teria sido “[...] feita artesanalmente por missionários a mais de 20 anos [...]” (CMTTP, 2014) de modo que a ação teria sido consumada com uma massiva participação da comunidade (*Imagem 02*), inclusive por meio da doação de materiais, sob a organização do pároco local – à época, Pe. Edézio de Jesus Ribeiro. Embora haja um forte vínculo simbólico, de natureza religiosa entre o monumento

em questão e os requerentes de seu tombamento, observam que se trata “[...] de um local de visitação pública não apenas pela sua atração associada a eventos religiosos, mas sobretudo, pelos seus aspectos de beleza com que foi dotado ricamente pela natureza.” (CMTTPP, 2014).

Fotografia 15: ato de implantação do “Cruzeiro” no alto da Pedra Pelada.



Fonte: Acervo pessoal do coparticipante (Chico, 2019).

No plano das discussões ligadas às diferentes territorialidades Bernardo Mançano, endossa a perspectiva da Comissão afirmando que

A multidimensionalidade e a indissociabilidade do espaço e do território contêm as propriedades material e imaterial. As relações se expressam em ações, objetivos e objetos a configuração dos espaços e dos territórios. A definição e delimitação do território como espaço geográfico ou como conceito são definidas pelas intencionalidades dos sujeitos ou instituições que os construíram. A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. (FERNANDES, 2005, p. 7).

Nesse sentido, toda defesa que a comunidade faz no documento encaminhado ao IPHAN passa por aspectos materiais e imateriais, compreendendo as múltiplas potencialidades socioculturais e os interesses locais em disputa.

Discorrendo acerca dos desdobramentos do pedido de tombamento junto ao IPHAN nosso interlocutor afirma que “[...] passou uns três ou quatro meses, o IPHAN me respondeu

que não tinha [...] instrumentos suficientes para tombar ela como patrimônio natural, aí terminou não fazendo o tombamento dela.” (CHICO, 2019).

Em resposta ao pedido da Comissão Municipal de Tombamento da Pedra Pelada, a Superintendência do IPHAN na Bahia encaminhou o Ofício de n. 0680/14 IPHAN/BA versando sobre o Processo IPHAN n. 01502.000542/2014-06 (relativo ao caso em questão). Em anexo, parecer denominado Informação Técnica n. 0092/14 elaborado pelo Chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Cachoeira. Haja vista ratificação da Informação Técnica mencionada a Coordenação Técnica da superintendência decidiu pelo arquivamento do processo alegando “[...] ausência de valores de abrangência nacional (históricos, culturais, naturais ou paisagístico) que justifiquem o tombamento.” (IPHAN, 2014).

Captura de tela 01: página do IPHAN com resumo do processo junto ao órgão.

The screenshot displays the 'CPROD' (Controle de Processo e Documento) interface. The main content area is titled 'Consulta Processo/Documento' and shows the following information:

- Interessado:** EDINICIO DE JESUS FERREIRA E OUTROS
- Número do Protocolo:** 01502.000542/2014-06
- Assunto:** REQUER TOMBAMENTO DA "PEDRA PELADA", SITUADA NA LOCALIDADE DE SERRA DO FRIO E PIMENTEIRA NO MUNICÍPIO DE LAJE - BA

Below this, a table titled 'HISTÓRICO DA TRAMITAÇÃO' lists the process steps:

Data	Situação	Localização
23/05/2014	ARQUIVADO	ARQUIVO - IPHAN/ BAHIA
19/05/2014	EM TRÂMITE	GABINETE - 7ª SR
07/03/2014	EM ANÁLISE	DIVISÃO TÉCNICA DO IPHAN NA BAHIA
06/03/2014	EM TRÂMITE	DIVISÃO TÉCNICA DO IPHAN NA BAHIA
20/02/2014	EM ANÁLISE	ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN EM CACHOEIRA - BAHIA
19/02/2014	EM TRÂMITE	DIVISÃO TÉCNICA DO IPHAN NA BAHIA
19/02/2014	EM TRÂMITE	GABINETE - 7ª SR

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/cprod/consulta_externa.asp?CmdCommand=Buscar&ProcCodProcedencia=73785&ProtNumProtocolo=15020005422014> Acesso em: 25/07/2019.

Ao longo dos processos de resistência, diversas ações podem ser realizadas. Estes, por sua vez, vão desde a construção de um abaixo-assinado, até a organização de manifestações. A definição das ações depende de um conjunto de fatores organizacionais, todavia, grande parte das ações promovidas em movimentos orgânicos, forjados na luta diária de indivíduos e grupos em defesa de suas demandas ocorrem de forma espontânea. Nosso interlocutor relata uma situação bastante significativa não apenas para o fortalecimento do coletivo, como

também, a título de ilustração de um ato que teria acontecido na ocasião de realização de uma reunião entre a comunidade e a Prefeitura.

A comunidade é grande, foi tanto que a reunião era pra ser feita dentro de uma sala [...] no prédio na Serra do frio, um prédio escolar [...] quando chegou lá o número de gente era grande que viu que não tinha condições de fazer dentro da sala. Aí, pegou, tem a área no lado de fora e foi feita a reunião [...] pra poder tá todo mundo participando da reunião... o pessoal na época, teve até um próprio morador que quando estava toda a Comissão reunida para poder iniciar a reunião, o pessoal da prefeitura ele pegou uma bomba e jogou próximo da mesa. Aí o pessoal tomou aquele baita susto. Aí ele perguntou: Hum! É... você se assustou com isso? Imagine a gente ficar 24 horas convivendo com esses tiros, como é que a comunidade vai sobreviver? Aí, foi assim, um dos pontos bem marcantes pra o início da reunião. (CHICO, 2019).

A questão em tela sugere que não se pode reduzir conflitualidades territoriais apenas à dimensão da espacialidade, como se estivesse tratando exclusivamente do uso e exploração de um rochedo. Não se pode, portanto, destituí-lo de sentidos e significados construídos histórica e culturalmente pela comunidade. Esses, por sua vez, divergem daqueles atribuídos pelos especuladores da mineração que se opunham ao tombamento da área. Assim, há explicitamente também, uma disputa de signos e símbolos que em maior ou menor grau constituem uma disputa paralela por narrativas que possam dar conta do registro histórico do fato, muitas vezes, ocultando as mesmas contradições que teriam levado à conflitualidades entre os sujeitos envolvidos.

Mencionando outra reunião que teria sido realizada entre a comunidade e o empresário interessado no empreendimento, Chico afirma que o grupo teria falado da “[...] importância da pedra, que não só era o fato de ser uma pedra. Mas [...] do valor histórico dela e cultural e por ser um ponto de [...] encontros da [...] comunidade para poder fazer as orações.” (CHICO, 2019). Ainda sobre esse aspecto, o mesmo informou que os participantes da reunião teriam reafirmado diante do empresário que

[...] se ele colocasse máquina lá dentro, que iria incendiar, que iria haver derramamento de sangue, mas que a pedra lá ele não quebrava. Se ele quisesse o bem da comunidade pra ele não implantar [...] nenhum empreendimento lá nessa pedra. E assim, uma conversa que teve na época e o pessoal tem até hoje: se, por acaso vir ele ou vir uma outra empresa [...] e for querer quebrar aquela pedra, saiba que vai ter conflito lá na região. Aí foi quando ele pegou e [...] diminuiu o interesse dele pela pedra. Não sei se ele tá correndo por trás, pra tentar mais na frente, tentar novamente quebrar essa pedra ou não. (CHICO, 2019).

Essa posição pode ser confirmada com a imagem de uma das faixas utilizadas na época, cujo conteúdo evidencia o compromisso de moradores e moradoras em suas ações em defesa do local. (*Fotografia 16*).

Fotografia 16: faixa utilizada pelos membros da Comissão no auge do conflito.



Fonte: Acervo pessoal do coparticipante (Chico, 2019).

Nessa disputa pela legítima defesa territorial, acionar o arcabouço de saberes e conhecimento das estruturas legais é fundamental na trama e jogos de poder vigentes numa determinada época. De tal forma, o requerimento busca fundamento na Constituição Federal (1988) trazendo a cena o princípio da supremacia do “[...] interesse público, que se sobrepõe a quaisquer interesses particulares” (CMTTP, 2014).

O tombamento da PEDRA PELADA deixará também como grande legado, a preservação da identidade local para as futuras gerações, a preservação da história, seja por sua vinculação a fatos memoráveis da história local, seja pelo seu valor sentimental, seja por sua beleza natural. (CMTTP, 2014).

Note-se a partir da leitura do trecho anterior que, novamente, se aciona um instituto jurídico em vigor na legislação nacional. A defesa que se faz com a argumentação anterior,

segue fundamentada no *Caput* do Decreto mencionado no pedido da Comissão endereçado ao IPHAN, o qual determina em seu artigo 1º que

Constitue [*sic*] o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse [*sic*] público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Para fins de uma ampliação na abrangência e consolidação técnica do entendimento do que propunha o *Caput* da referida lei, fez-se necessário no parágrafo segundo do referido Decreto, a definição de que “Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pelo [*sic*] natureza [...]” (BRASIL, 1937).

É importante ressaltar ainda a coleta de assinaturas de pessoas favoráveis ao tombamento do monumento, por meio de um abaixo-assinado, cuja perspectiva proposta assumia que as

[...] comunidades Serra do Frio, Pimenteira e demais localidades circunvizinhas do município de Laje Bahia, vem através deste documento aferir a opinião dos moradores, para saber quem é a favor da preservação do afloramento de rocha conhecido [*sic*] como “ Pedra Pelada”, onde já foi edificado uma cruz no ano de 1992 e que serve de local de oração e de outros eventos religiosos. (ABAIXO-ASSINADO, 2014).

É importante ressaltar que as múltiplas territorialidades podem ser percebidas em meio à conflitualidade quando, ao ser questionado sobre eventuais discordâncias em relação ao tombamento da pedra, nosso coparticipante afirmou que

99% era a favor, o único que não era a favor só foi o proprietário que vendeu por interesse financeiro, aí esse daí que tinha interesse de receber o recurso que a empresa prometeu. Mas a sociedade em si, foi tanto que eu coloquei no abaixo-assinado se a pessoa era a favor ou não a preservação do afloramento de rocha e todos que colocaram lá no abaixo-assinado, todos eram a favor. Não teve nenhum movimento contra. (CHICO, 2019).

O Abaixo-assinado foi anexado ao requerimento de tombamento da Pedra Pelada, protocolado pela Comissão junto ao IPHAN e encaminhada para o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Laje. Em ambas as oportunidades, foram anexadas cópias de uma Declaração da Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Laje-BA, Diocese de Amargosa.

Assim, endossando o pedido por ora encaminhado ao Instituto, membros do Conselho Paroquial de Pastoral e do Conselho Administrativo Paroquial foram signatários do documento que declarava

[...] para os devidos fins e efeitos junto ao IPHAN e a tantos quantos virem ou desta conhecimento tiver que na comunidade da Serra Frio, no município de Laje-Ba, existe um afloramento de rocha conhecido popularmente como “Pedra Pelada”, que ao longo dos nãos agregou valor histórico, religioso, paisagístico e de monumento natural, tendo em vista a feição notável de beleza como que foi dotado pela natureza.

No entorno do local existe uma Capela, dedicada a São Pedro, construída há muitos anos com grande dificuldade e luta pelos membros da comunidade local, que consideram a PEDRA PELADA como um refúgio espiritual, um local de orações. (CPP/CAP, 2014).

No caso em questão é importante observar que há uma preocupação com as reservas hídricas daquela região tanto por parte da Comissão, como da Paróquia local, preocupadas com os possíveis impactos de uma eventual liberação para exploração mineral na região. De acordo com relatos, nos arredores da formação rochosa, há alguns nascedouros, importantes para auxiliar no abastecimento da população local. Desse modo, o tombamento do monumento implicaria uma proteção mais ampla pela força jurídica e histórica que o movimento alcançaria, de modo que atenderia “[...] aos anseios de centenas de pessoas, de instituições religiosas, dos movimentos sociais do município e região e preservará o meio ambiente, preservará as nascentes existentes no local.” (CMTTPP, 2014).

Sobre esse aspecto, Finamore, Porto e Rocha (2014) consideram

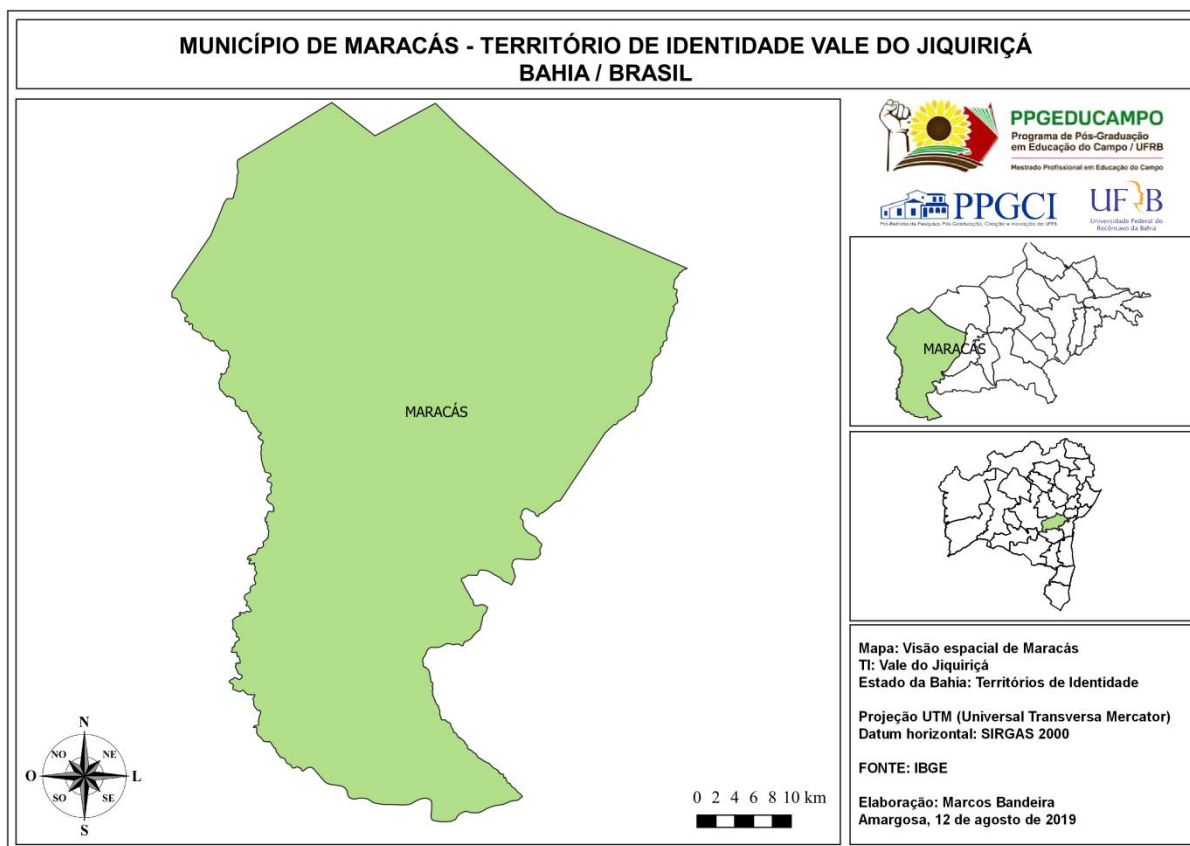
[...] a noção de conflito ambiental estratégica por explicitar e permitir a análise da crise socioecológica contemporânea a partir das disputas entre grupos sociais por objetivos e interesses conflitantes no uso do território e dos recursos naturais existentes, incluindo, além dos agentes econômicos e populações, as instituições estatais. (FINAMORE; PORTO; ROCHA, 2014, p. 4074).

Nesse sentido, compreender as questões que levaram ao conjunto de situações que denunciaram os distintos interesses em disputa na ocasião é fundamental. Apesar da consolidação de estratégias para proteção local é central compreender que tanto a defesa da sociobiodiversidade, como no que tange aos patrimônios materiais e imateriais.

O conjunto desses elementos indiscutivelmente contribuiu para um recuo de forças hegemônicas vinculadas ao capitalismo, mas isso não significa ter constituído bases sólidas para embates futuros. Como se tratam de contradições intrínsecas ao sistema capitalista, na medida em que a correlação de forças venha a mudar, as condições para novas tentativas por parte de especuladores e lobistas do campo da mineração podem ser também renovadas.

4.2.3. UM OLHAR SOBRE MARACÁS

Mapa 06: visão espacial de Maracás-BA.



Fonte: Base de dados IBGE / Elaboração do autor.

Maracás é um município do TI Vale do Jiquiriçá – interior da Bahia –, localizado a aproximadamente 350 km de Salvador, capital do estado. Ocupa uma extensão de 2.443,97 km², está situado na Mesorregião Centro Sul Baiano, microrregião de Jequié.

Tendo como base o censo demográfico de 2010, o município registrou uma população de 24. 613 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 71,94% dos habitantes do município (17.707) vivem no meio urbano, ao passo que, 28,06% (6.906) vivem em áreas rurais, de acordo com dados publicados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – ADHB (2019), o que evidencia o caráter majoritariamente urbano do município.

4.2.3.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MARACÁS – BAHIA

A história oficial do município de Maracás traz algumas pistas muito conhecidas nas narrativas difundidas a partir de perspectivas comprometidas com o projeto de colonização. A respeito desse município, fala-se que a “[...] primeira penetração no território do município de Maracás *teria sido registrada* em 1659, quando *bravos bandeirantes portugueses*, subindo o rio Paraguaçu e tomando o rumo da Serra geral, deram combate aos indígenas e assentaram residência na região, povoando-a.” (IBGE, 2019 *com grifos*).

Precisamente no local que se ergue, atualmente, a sede municipal encontrava-se o aldeamento principal da tribo dos maracás, *índios guerreiros, valentes, pertinazes na luta e seguros no golpe*. Assim eram considerados devido a um instrumento de guerra que usavam e do qual nunca se separavam e que consistia em um cilindro oco, de madeira leve e fina, cheio de pedras miúdas e tapado nas duas extremidades. (IBGE, 2019 *com grifos*).

De acordo com a história oficial, uma suposta necessidade de infraestrutura e logística teria levado o governo do estado a avançar nas campanhas de interiorização. Estas, por sua vez, tinham como mote a busca por terras férteis. Todavia, em defesa de suas territorialidades o povo maracás, ali estabelecido teria imprimido baixas aos invasores “[...] em virtude das duras lutas mantidas com os indígenas, vitoriosos na maior parte das vezes. [...]” (IBGE, 2019).

Em 1671, foi reiniciada uma ação decisiva contra os *selvagens*, cabendo aos sertanistas Baião Parente, Brás Rodrigues Arcão, sargento-mor Pedro Gomes e Gaspar Rodrigues. Adorno, este o mais afamado bandeirante baiano, chefiava a luta contra os índios maracás. Derrotados os silvícolas, passaram os *bravos bandeirantes* a ter direito sobre as terras conquistadas e sobre os índios aprisionados. Entra também em ação, em 1673, frei Antônio da Piedade, na catequese dos índios, fazendo-os *abandonarem os seus primitivos hábitos* e abraçarem com interesse os trabalhos agrícolas.

Nessa mesma narrativa fala-se do estabelecimento das novas moradias que seriam estabelecidas após a espoliação socioespacial previamente existente. De acordo com o texto, a área para esse fim teria sido doada por Maria da Paixão ao ceder “[...] uma légua quadrada de sua fazenda denominada Água Fria para a edificação de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das graças, surgindo, definitivamente, neste ponto, a atual cidade de Maracás.”

(IBGE, 2019). Isso posto, novas territorialidades teriam estabelecido seus projetos de sociedade em detrimento das formações societárias anteriormente firmadas no local.

Adiante, apontam-se algumas contradições desde a narrativa adotada pela historiografia oficial, bem como, de alguns de seus símbolos municipais, qual seja a bandeira, o hino e o brasão do município. Compreende-se que, nesse panorama de conflitualidades permanentes, disputas de narrativas também tem feito parte desse cenário de produção e reprodução *versus* destruição de territorialidades.

4.2.3.2. Contradições atemporais: simbólicas e iconográficas.

Do fragmento em destaque, novamente é possível refletir acerca do papel do discurso colonizador na construção de uma narrativa que dá a determinadas personalidades, por exemplo, aos “[...] *bravos bandeirantes portugueses [...]*”, características heroicas, além de coroar os invasores como figuras pioneiras. Todavia, não se responsabiliza em registrar como a figura do herói teria sido constituída; como seu título teria sido forjado a partir da violência e derramamento de sangue, violação de direitos dos povos originários e espoliação espacial. Um marco no tangente a processos de conflitualidade histórica ao qual o território tem sido submetido.

Em seguida, ao tratar dos povos originários daquela localidade como “[...] *índios guerreiros, valentes, pertinazes na luta e seguros no golpe.*” (IBGE, 2019), a narrativa acaba por validar outras vozes, ainda que de forma muito sutil, registra como diferentes formas de resistências foram estabelecidas naquele período. Mais adiante, chega a reafirmar que esses povos teriam sido “vitoriosos” na maioria dos combates travados. Essa percepção da resistência fica evidente também no hino municipal, quando na primeira estrofe afirma:

Foi aqui no local em que se ergue / Nossa sede municipal
Que era a tribo dos índios Maracás / Guerreiros, valentes sem igual.
Teimosos na luta / Seguros no golpe / Era aqui o aldeamento principal.
(MARACÁS, 2019).

Entretanto, na citação seguinte, além de utilizar o termo “selvagem” a narrativa discorre acerca dos processos ideológicos assumidos pelo Frei Antônio da Piedade numa missiva que tinha como objetivo forçar os antigos moradores dali a “[...] *abandonarem os*

seus primitivos hábitos [...]” (IBGE, 2019). Isso posto, fica evidente o caráter etnocêntrico discursivo assumido pela historiografia dita oficial naquele município.

Em relação a ocupação espacial a história oficial do município fala de uma suposta doação de um terreno para estabelecimento da cidade. A área não teria sido suprimida por meio do expansionismo e da violência colonial, mas “[...] Doadada por Maria da Paixão / Teu nome guardaremos na lembrança / Mulher de grande coração [...]”. (MARACÁS, 2019).

O hino mencionado discorre ainda sobre os itens produzidos no município. Fala de uma localidade que

És famosa em pecuária e agricultura / Teu café é nossa fonte de riqueza / A mamona e também a mandioca / Aumentando a tua grandeza / As águas cristalinas / Do rio Jequiriçá / Completando a tua beleza. (MARACÁS, 2019).

Chama-se a atenção, no entanto, para as monoculturas que historicamente levaram a um esgotamento das condições naturais de reprodução em Maracás e a condição atual do rio Jequiriçá em crescente estado de degradação. Além dessas atividades, hoje seria possível mencionar a pujante atividade minerária que, ao mesmo tempo que tem garantido riqueza para as territorialidades capitalistas, tem gerado conflitualidades das mais variadas nas relações com outras territorialidades.

Por fim, ao retomar o discurso do herói cujas violências teriam sido apagadas pela História, um fragmento do mesmo hino evidencia novas contradições: “*Teus heróis, Maracás, serão lembrados / Por teus filhos eternamente / Lutaram pra conquistar esta terra / Que é o orgulho da tua gente*” (MARACÁS, 2019). Quando a narrativa faz a coroação dos supostos heróis que teriam lutado pra conquistar o território, invisibiliza que houve luta também – assumida por outro grupo – para que suas territorialidades não fossem “conquistadas” e, portanto, resistências; a estes, todavia, a historiografia dominante não dedica títulos de heroísmo. Na praça principal da cidade uma estátua (*Fotografia 17*) representa um membro do povo maracá, cujas territorialidades, saberes, cosmovisões, costumes e formas de sociação foram espoliados. Contraditoriamente, o local tem por nome Praça Rui Barbosa, nome de uma importante personalidade política da elite brasileira.

Fotografia 17: estátua de guerreiro maracá na Praça Rui Barbosa em Maracás-BA.



Fonte: <http://maracascidadedasflores.blogspot.com/2013/09/primavera-visite-praca-rui-barbosa-em.html>. Acesso em: 16/10/2019.

4.2.3.3. Um caso em particular: escassez e abundância lado a *Largo*¹⁹

Maracás é um município com condições de localização privilegiada. Está situado numa faixa com grande influência de cidades de médio e grande porte como é o caso de Jaguaquara, Jequié e Vitória da Conquista. Atrelado a outros fatores, o município tem despontado com um potencial de crescimento econômico grande nos últimos anos. Mas, de que tipo de crescimento está se falando? Quais parcelas da sociedade serão beneficiadas com isso? Em que medida o modelo de crescimento pretendido tem sustentação para compatibilizar as múltiplas demandas das comunidades locais, com os interesses internacionais recém propagados por meio da especulação de *commodities* do ramo da mineração? Como garantir a sanidade ambiental, o controle de aquíferos e combate à crise hídrica numa realidade que oscila entre a escassez de uns e a abundância de outros?

¹⁹*Largo Resources* Ltda, empresa canadense acionista majoritária da Vanádio Maracás S/A. do ramo da mineração.

O município de Maracás tem características ecológicas muito específicas. Por se tratar de um “Ecótone entre mata decídua (mata de cipó) e caatinga com afloramentos rochosos²⁰.” (FONSECA, 2003) as populações das diferentes localidades vivenciam desafios e possibilidades muito diversas. Se por um lado, onde a mineradora foi instalada tem uma localização favorável em relação ao acesso à água, por outro, no limite oposto do município as populações sofrem com a escassez hídrica, tanto pela grande estiagem, como pela precária assistência governamental.

No documentário *A Morte das Águas* (2017), produzido pelo Professor Roberto Edson Spínola, os dilemas da sobrevivência no semiárido são registrados por meio dos relatos de pessoas que vivem no campo, sofrem com a dificuldade de acesso à água potável e veem, muitas vezes, o sofrimento de animais domésticos diante das problemáticas arroladas.

[...] é durante esse tempo todo é pior [...]
Choveu [...] foi no mês de janeiro, foi em janeiro do ano passado.
Rapaz, nós aqui, vive assim, batalhando... quando a gente arruma assim, uma maracujá, uma maracugina, uma coisa que a gente planta. Um maracujazin do mato, uma coisa assim...
É mais maracujá. A gente planta mais maracujá aqui; e mandioca, mas mandioca agora ta até difícil pra sair né. (LUÍSA, 2017)

Ao ser questionado sobre a importância da cisterna em sua dinâmica cotidiana, uma das coparticipantes do documentário afirma que

Ah, se não fosse ela [a cisterna] tava mais difícil. Aí podia ir embora, né. Que, com ela já é um ajuda pra gente, né...
que eu moro aqui com oito filhos [...] tem esse daqui que é casado, ele mora aqui, que a minha casa não é a daqui é a de lá. Aí dentro de casa comigo tem sete.
(LUÍSA, 2017)

²⁰Trata-se de uma zona de transição. Nesse caso, de acordo com Fonseca (2003), transição entre “mata de cipó e caatinga”.

Captura de tela 02: Luísa, Trabalhadora Rural, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017.



FONTE: <https://carlomagnum.com.br/amortedasaguas/>. Acesso em: 25/07/2019.

Numa outra passagem do mesmo documentário,

Dá uma chuvinha, às vezes panha água no caldeirão, a gente panha... e quando não panha no caldeirão o carro traz.
Dá aquela chuvinha que dá pra plantar e planta, ela nasce, fica ali... aí vai criando.
Quando vem outra librina, torna... vai criando devagar.
Eu vendi o gado, eu só tô criando; tem umas três éguas ali. (PAULO, 2017)

Captura de tela 03: Paulo, aposentado, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017.



FONTE: <https://carlomagnum.com.br/amortedasaguas/>. Acesso em: 25/07/2019.

Por sua vez, um dos coparticipantes do documentário fala sobre a cruel realidade de se ver na necessidade de comprar água oriunda de outra localidade, haja vista a escassez no local. Segundo ele, a crise hídrica tem alterado profundamente as condições para criação de animais. “A gente cria, mas, pensa que não... perde gado. que não tá mais como era não. Eu agora, moço, eu tô comprando é água! Comprando água...” (JOSUÉ, 2017).

Captura de tela 04: Josué, membro da comunidade, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017.



FONTE: <https://carlomagnum.com.br/amortedasaguas/>. Acesso em: 25/07/2019.

Outro coparticipante do documentário, discorre sobre a importância de programas de apoio, vinculados ao Governo Federal, voltados para o combate à seca em localidades de grande escassez hídrica. De acordo com ele “[...] as minação mais forte daqui não existe mais... Essa daqui [sobre o reservatório] ainda é o exército, senão o povo já tava passando era sede. O que tem ali, cabou! Num dá pra um cavalo beber uma vez.” (ARIANO, 2017).

Sobre esse aspecto, Spínola (2017) explica que

As comunidades rurais de Maracás dependem basicamente da água potável que é levada pelo Exército e das cisternas que foram implantadas no município pelo programa Água para Todos. Essas ações ajudam as comunidades de maneira paliativa, mas não resolvem o maior problema da atualidade, o acesso a água potável e sua conservação aliada ao desenvolvimento social e econômico. (SPÍNOLA, 2017).

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de estar migrando para outras localidades, o Sr. Antônio responde: “Até o momento não...eu nasci e criei aqui. Tô com 76 anos e agora sair pra ir pra fora fazer o quê?” (ARIANO, 2017).

Captura de tela 05: Ariano, Agricultor, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017.



FONTE: <https://carlomagnum.com.br/amortedasaguas/>. Acesso em: 25/07/2019.

Chama a atenção em um dos relatos, a força da rememoração de crenças herdadas de seus antepassados por um lado quando Ariano (2017) diz que “o povo véi falava: que pra o fim das épocas é muito pasto e pouco rastro.” e; vinculados a um credo religioso interpretava a questão da crise hídrica no local sob a ótica de um suposto cataclisma, marcado por um imaginário formado a partir de noções sobre o fim dos tempos. Do âmago de sua preocupação, Sr. Antônio afirma que a “[...] imaginação é tão grande que nem à lembrar de rezar, reza. Só lembra de deus [...]. Eu lembro de deus, com o tempo bom e com um tempo desse, porque é quem dá a nós. Nós ta em cima dessa terra, agradecemos à deus.”. (ARIANO, 2017).

Ainda em relação a necessidade de iniciativas governamentais, com vistas ao combate da crise hídrica no município, o Sr. Luis, ao ser convidado a comentar o problema no município, faz importantes contribuições. Inicialmente, discorre acerca da necessidade do Poder Público lançar mão de ações de apoio às comunidades.

Agora precisa que o Governo... investir em barragens. Porque...assim: muita gente tem propriedade, mas não consegue fazer uma barragem, não tem recurso financeiro, né. Aí, é nesse sentido, eu acho que o Governo peca muito, porque eu não vejo nenhum investimento do Governo aqui no nosso município em relação... Quando chove, a água vai toda embora; por não ter um lugar onde possa acumular essa água e [...] com dois, três meses, o homem do campo tá lá sem água. (LUÍS, 2017).

Ao relatar situações de um passado não muito distante, Luís compartilha a informação de que a localidade rural de “[...] Tabua era um dos lugares de muita [...] água doce. [...] na década de 80, começou o plantio de tomate. E essas águas [...] sugada, todas pelos motores. Eu já vi motor trabalhar dia e noite [...] então eu também acho que o homem tem muita culpa nisso.” (LUÍS, 2017). Outro fator que, segundo ele tem impactado nas condições de reprodução social daquela localidade seria,

[...] esse desmatamento que ainda, infelizmente ainda acontece; que o homem do campo pensasse um pouquinho melhor, não desmatasse; procurasse, assim, cuidar da propriedade sem desmatamento, porque o desmatamento a gente sabe [...] contribui muito pra o que tá acontecendo hoje, né [...]. (LUÍS, 2017).

Captura de tela 06: Luís, Presidente do Sindicato Rural de Maracás, em entrevista realizada na oportunidade de produção do documentário, em 2017.



FONTE: <https://carlomagnum.com.br/amortedasaguas/>. Acesso em: 25/07/2019.

O fato é que o município de Maracás está situado em problemáticas que vão desde a escassez hídrica, até a privatização do acesso à água potável onde essa é encontrada em

abundância. Trazer ambas as situações para uma discussão no presente texto, levanta uma questão fundamental: Quais as relações entre a crise hídrica, as formas de uso e ocupação territoriais historicamente realizadas na localidade e as atividades atuais de exploração mineral no município? Certamente que se trata de uma questão de grande amplitude e que, portanto, necessitaria de estudos mais aprofundados.

Outra questão que vem causando controvérsias em Maracás é a instalação de uma empresa mineradora numa comunidade situada no outro extremo do município (em relação às comunidades mencionadas anteriormente). Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado como um dos mais importantes produtores minerais do mundo, o que tem alavancado a investigação por novas áreas de exploração. Contudo, se do ponto de vista econômico isso tem se configurado como principal matriz produtiva do país, por outro, tem anunciado novas discussões sobre questões já conhecidas.

Os impactos socioambientais estão na centralidade das preocupações de indivíduos e grupos que vêm na atividade, riscos de empobrecimento de longo prazo, na medida em que podem vir a levar a sociobiodiversidade local a prejuízos irreparáveis. A preocupação nesse caso, não se esgota no chamado crescimento econômico, forjado sob um discurso de desenvolvimento baseado na fragmentação das relações e espoliação socioespacial.

Ao entrar na Agenda Pública os possíveis desdobramentos de empreendimentos dessa dimensão, passam a ocupar a mesa de discussões e muitas das preocupações atuam como prenúncios de uma conflitualidade. Logo, interesses inconciliáveis na dinâmica capital-meio ambiente colocam em xeque o discurso do “desenvolvimento sustentável”, revelando sua dimensão de apelo político-ideológico. O que se deseja sustentar no cerne de um Modo de Produção In-sustentável?

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável propagado pela ONU/PNUD visa compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano e a qualidade ambiental, sem, contudo, referendar um projeto de superação do modo de produção hegemônico, por apostar que o capitalismo contém em si possibilidades de alcançar patamares mais humanizados e ecológicos; a crítica marxista problematiza contundentemente a alienação provocada pelas relações produtivas estabelecidas no capitalismo. Para ela, as soluções paliativas no tratamento das questões socioambientais constituem-se em estratégias de fortalecimento ao próprio capitalismo. (FREITAS; NÉLSIS e NUNES, 2012, p. 48)

Desde as lendas antigas sobre o *Eldorado* na época das invasões colonialistas, o imaginário social brasileiro, mas também, de outros povos tem sido alimentado com narrativas de uma suposta cidade de ouro. Acredita-se que muitas dessas histórias influenciaram novas invasões e violências. Casos como o de Serra Pelada no estado do Pará, por exemplo, caracterizado por uma enorme migração de pessoas numa corrida desenfreada em busca de ouro movimentou diversas regiões do país na primeira metade da década de 80. Após declínio das explorações, as comunidades locais foram abandonadas, condenadas a viver com os impactos da degradação provocada. Algo muito similar pode ser confirmado na Chapada Diamantina, quando milhares de toneladas de pedra foram reviradas em busca de diamante em cidades como Lençóis e, principalmente, Mucugê.

As transformações provocadas pela atividade mineral incluem além de “[...] alterações físicas à paisagem decorrentes de [...] aberturas das cavas, disposição de material estéril (ou inerte ou não aproveitável) proveniente do decapeamento superficial e da disposição de rejeitos decorrentes dos processos de tratamento ou beneficiamento.” (IBRAM, 2016, p. 11). Mas não apenas, os impactos de empreendimentos dessa natureza vão desde o uso desenfreado de água potável para o processamento do mineral em fase de beneficiamento, até contaminação dos lençóis freáticos e cursos d’água em eventuais vazamentos oriundos das chamadas barragens de rejeitos²¹.

Em relação a Maracás, as primeiras informações a respeito da possível existência de vanádio no município teriam sido divulgadas ainda na década de 70. De acordo com o pesquisador Flávio Guimarães de Souza, “Em 1976 foi descoberta a jazida de vanádio no subsolo do município de Maracás, nas localidades próximas ao riacho Jacaré – no povoado de Água Branca.” (SOUZA, 2014, p. 13). Mas, embora estudos já tivessem sido iniciados naquela ocasião, somente no primeiro quinquênio deste século é que os rumores da época foram comprovados, a partir dos estudos exigidos para liberação do empreendimento, qual seja o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e posterior Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente – RIMA, sendo sistematizados entre os anos de 2007 e 2008 os estudos preliminares e o relatório publicado em 2011.

Chama a atenção que, logo na apresentação do RIMA a empresa apresenta uma perspectiva da relação sociedade humana-meio ambiente em essência antropocêntrica e na

²¹[...] de modo geral, podem ser pilhas de minérios pobres, estéreis, rochas, sedimentos, solos, aparas e lamas das serrarias de mármore e granito, as polpas de decantação de efluentes, as sobras da mineração artesanal de pedras preciosas e semipreciosas – principalmente em região de garimpos finos e ultrafinos não aproveitados no beneficiamento. [...] efluentes das estações de tratamento, os pneus, as baterias utilizadas nos veículos e maquinários, além de sucatas e resíduos de óleo em geral, cuja disposição se dá em locais e forma a eles adequados. (IBRAM, 2016, p. 13).

prática, de base utilitarista ao afirmar que se trata de um empreendimento que considera “[...] o homem como o principal foco das atenções ambientais e socioeconômicas, a Vanádio de Maracás se compromete a garantir a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores e das comunidades com os quais irá interagir.” (VANÁDIO, 2011, p. 2).

Não considera, entretanto que, discutir saúde a partir do recorte definido é repousar numa dimensão meramente de aparências. No plano das relações socioambientais, pensar saúde é pensar antes de tudo, em práticas que consideram o ser humano como parte de uma ampla rede biótica, não como o centro dela.

Encarando desse modo, cada ser vinculado aos ecossistemas dessa rede, exerce uma função ecológica e, portanto, todo o contexto deve estar na centralidade das preocupações de indivíduos e instituições. Assim, é fundamental que, apresentem práticas com foco num outro projeto de sustentabilidade, para além do apelo ideológico neoliberal.

Um dos desdobramentos em casos de especulação dessa dimensão é o crescimento populacional, na medida em que grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras migram para o local. A busca por oportunidades de trabalho é o principal motivo desses deslocamentos, uma vez que o volume de atividades anunciadas implicaria numa absorção de grande contingente de mão-de-obra desde a fase de construção das instalações, até o início dos processos de extração e beneficiamento do mineral. Ao longo do período “[...] alterações na dinâmica local da cidade começaram a ser percebidas, desde aspectos socioeconômicos até mesmo de infraestrutura na cidade, criando uma nova dinâmica urbana.” (SOUZA, 2014, p. 17).

Foi descoberta uma mina de minério de ferro no município de Maracás, mais de 17 milhões de toneladas de ferro-vanádio vai deixar o subsolo pela empresa canadense Largo Mineração, a mina é composta de 4 depósitos de minérios com o teor de vanádio estimado como o mais alto do Mundo (1,44%), onde deverá produzir 5 mil toneladas ao ano. Este tipo de minério é usado para confecção de turbinas aeroespaciais, ferrovias, tubulações de gás e óleo e muitas outras peças de aço. O depósito do Município será a única mina do minério no Brasil, gerando empregos diretos e indiretos ao município. (Fonte: ASCOM-MARACÁS, 07/01/2008).

Como é habitual o apelativo discurso da geração de emprego e renda entra em cena. Haja vista os índices de desemprego, um crescente processo migratório é registrado, o que, muitas vezes acaba por levar uma série de novas conflitualidades ao local de instalação do empreendimento.

Sobre esse aspecto, Piquet (1998 *apud* SOUZA, 2014, p. 33)

O fluxo migratório induzido pela expectativa de emprego, principalmente na etapa das obras de construção civil resultaria no aumento do desemprego local/regional e, por conseguinte, no aparecimento de problemas sociais até então desconhecidos, como a favelização, a prostituição e a criminalidade (PIQUET, 1998, p. 35).

Um das principais mudanças na estrutura e na mentalidade dominante em relação à produção do espaço local têm a ver com os interesses econômicos em disputa. O que até então se tratava de uma região marcadamente espoliada ao longo do tempo pelas monoculturas do café e tomate passou a implementar novos arranjos produtivos. Com a especulação imobiliária criada pelos rumores de instalação do empreendimento, houve o fim de muitas lavouras para a implantação de loteamentos imobiliários.

O processo de abandono das roças de café nas vizinhanças da cidade para dar lugar a abertura de lotes urbanos aconteceu também no loteamento Yara, pois desde 2003 que o proprietário vem substituindo os cafezais por lotes em ruas sem qualquer infraestrutura. Não são instaladas guias, nem rede de água, postes para energia elétrica entre outros equipamentos urbanos, segundo prevê o Estatuto da Cidade e o PDU do município de Maracás. Este loteamento que em 2003 contava com três ruas, em 2013 até o mês de outubro se constituía com 16 ruas. (SOUZA, 2014, p. 38)

Esse processo não é uma novidade, entretanto. Trata-se de um movimento recorrente em diversas localidades no país. Um aspecto inerente ao modelo de produção capitalista é o esgotamento das condições de reprodução natural da terra. Não conseguindo mais plena realização de seus interesses de exploração, seja pela monocultura agrária, seja pela pecuária de extensão, os/as proprietários/as desses locais, se inserem num campo em crescimento no Brasil, sobretudo, após o *boom* dos chamados programas habitacionais fomentados em larga escala a partir do ano 2000.

O fato é que uma mudança estrutural dessa envergadura tende a alterar toda a dinâmica socioespacial. Trabalhadores e trabalhadoras do campo assistiram a extinção de seus postos de trabalho, o que impõe uma profunda reflexão em relação à produção local do desemprego, mas, sobretudo, a percepção de suas vinculações com interesses que estão muito além do espaço local. Note-se que, toda essa mudança na matriz produtiva do município,

vinculada a transformação nas relações de trabalho têm como eixo estruturante, interesses internacionais concentrados na figura de uma empresa mineradora com 90% das ações ligadas a *Largo Resources Ltda* (SOUZA, 2014), a primeira daquele gênero nas Américas.

No ano de 2012 foi realizada entrevista com uma das moradoras de Porto Alegre, comunidade que estaria recebendo o empreendimento da *Largo Resources* (Vanádio Maracás). Segundo ela,

Nós enquanto, moradores de Porto Alegre não entendemos o porquê de uma extensão tão grande de adutora, onde a Largo vai captar água do rio, vai [...] passar em meio a muitas fazendas e não vai [...] permitir que a comunidade usufrua dessa [...] água [...] entendeu para a produção agrícola e até mesmo pra subsídio humano, sabe? Para consumo humano a gente fica meio que sem entender e até então não se ouve uma explicação lógica da coisa, uma explicação comercial de custos disso, o que seria isso, a gente já teve, que não nos convenceu [...] mas a gente gostaria de saber o porquê que essa água que, já que vai passar essa adutora em comunidades coma Pindobeira, por exemplo, uma comunidade seca distante do rio né que parte do ano é abastecida com carro pipa que isso gera um custo pro município não pode ser dali retirado da água de uma adutora que passa na porta das casas. (GUAJAJARA, 2012).

Captura de tela 07: Guajajara em Entrevista realizada em Atividade de Campo por Estudantes do Colégio Estadual Edvaldo Boaventura para o Documentário: Porto Alegre – Água e Sustentabilidade.



FONTE: <https://www.youtube.com/watch?v=sjYc-xaZo1Y/>. Acesso em: 25/07/2019.

Souza, já no ano de 2014 constata que a situação se mantém, enquanto problemática da localidade o que evidencia uma das principais contradições em relação a empreendimentos

de larga escala e, nesse caso, do ramo da mineração. Uma característica central desse tipo de conflitualidade é uma parcela da sociedade ser relegada à precariedade e escassez, ao passo que outra, mergulha num contexto de concentração e abundância de recursos.

De acordo com o pesquisador

A fábrica de beneficiamento mineral foi construída nas proximidades do povoado de Água Branca, e a água utilizada nos processos industriais e outras utilidades é captada da Barragem da Pedra (no rio de Contas) por uma adutora com aproximadamente 40 km de extensão. A adutora de água foi construída pela empresa Vanádio de Maracás SA para uso exclusivo desta. Todavia, ao longo de toda a extensão do caminho por onde passa esta adutora há escassez de água para as pessoas, os animais de criação e para o cultivo de plantas. (SOUZA, 2014, p. 14).

Para Guajajara (2012), uma alternativa para resolução da questão precisaria ser amplamente discutida em espaços decisórios, de modo que o Poder Público assumisse sua responsabilidade na defesa dos interesses das populações locais. Promover uma mesa de negociações com vistas a compatibilizar os interesses da empresa e, sobretudo, as necessidades das comunidades que vivem no entorno do empreendimento.

Em suas palavras, esse seria exemplo de “[...] uma questão [...] das autoridades, sentar juntamente com o pessoal da empresa e negociar e tentar ver de que forma a comunidade tem que ser beneficiada; pode ser beneficiada com isso” (GUAJAJARA, 2012). A moça relata ainda que não tinha muito tempo que “[...] precisou de carro-pipa há poucos dias atrás pra manter a escola, por exemplo [...] por que baixou o nível da água aqui que ficou insustentável a captação [...]”. (*Idem*).

Desse modo, um conjunto de desigualdades que já existiam antes da implantação do empreendimento é potencializado. Alcança níveis de fragmentação e marginalização ainda maiores. Na medida em que, no plano da especulação imobiliária, espaços de maior procura são supervalorizados, as camadas populares vão sendo expulsas dos centros urbanos, para serem submetidas a situações de maior vulnerabilidade em localidades mais longínquas.

Essa dinâmica vinculada a reestruturação produtiva do capital, não é uma exclusividade de cidades de grande porte, já que a “[...] produção do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais como também as reafirma e reproduz indiferente ao tamanho da cidade, à sua localização geográfica ou seu grau de complexidade funcional.” (SOUZA, 2014, p. 41).

Muitas dessas tensões e contradições são percebidas em cidades de médio e pequeno porte também, assim como, nas dinâmicas internas a partir da relação campo-cidade, quando as territorialidades sofrem alterações tanto no tangente a espacialidade, como no que se refere às sociabilidades constituídas. Disputas internas que, em maior ou menor grau geram algum tipo de conflitualidade evidenciam a gravidade da crise hídrica em algumas comunidades, em oposição à abundância em atendimento das demandas da mineradora.

O problema da Seca agora não se restringe às áreas rurais, as comunidades urbanas vem sofrendo com o abastecimento de água. Os reservatórios estão em colapso e isso representa o agravamento do problema ambiental mais crucial para as comunidades.. A ineficiência de políticas públicas que incentive programas de convivência com a seca e a falta de investimentos na recuperação de mananciais ou a construção de barragens estratégicas em áreas críticas dependem de ações eficientes e baseados em estudos mais aprofundados. (SPÍNOLA, 2017).

Considera-se, entretanto, que a situação das comunidades campesinas seja de maior gravidade, dada a economia familiar ser basicamente voltada para atividades rurais, fomentando em muitos caso, um processo forçado de migrações. Esse processo é caracterizado tanto pela espoliação das condições de permanência no campo, como pela esperança em conseguir algum vínculo formal de trabalho.

A grande cidade tem sido e continua a ser, cada vez mais, uma síntese excepcional da sociedade. Muito do que é a sociedade, seja esta nacional ou mundial, se desenvolve e decanta-se na grande cidade. Aí se desenvolvem as relações, os processos e estruturas que constituem as formas de sociabilidade. Muito do que se faz e imagina nos mais diferentes círculos sociais, em âmbito micro e macro, aí ressoam. São muitas as diversidades e desigualdades, tanto quanto os impasses e os horizontes da sociedade que se expressam na cidade. (IANNI, 2003, p. 123).

Pouco a pouco, esse processo se revela frágil, quando grandes empreendimentos superam a fase inicial de implantação, com um volume maior de contratações, sobretudo para áreas com maior demanda e menores exigências no que diz respeito à qualificação da mão-de-obra. É nesse contexto que “[...] se imaginam, concretizam ou evaporam idéias de todos os tipos, sobre os mais diferentes aspectos da vida social. São correntes de pensamento [...] que emergem e propagam, ou experimentam-se e frustram-se, no jogo das forças sociais. (IANNI, 2003, p. 124).

Nos limites do atual modelo, a fuga mais próxima tem sido o estabelecimento de ações de governança que, embora insuficientes, atuam ora no campo da mitigação de impactos, ora no campo da compensação. Nessa direção, cabe aos Governos, ouvir as demandas dos Movimentos Sociais e atuar na garantia de Políticas Públicas, com vistas a sanar problemáticas específicas, mas também, aquelas que acometem uma parcela maior da sociedade.

Cabe ao Poder Público, por exemplo, – nos limites da governança – promover iniciativas de fomento às práticas de convivência com o semi-árido, tendo como ancoradouro o próprio acordo firmado com a empresa. Trata-se do Termo de Compromisso N. 01/2014 (Anexo ???), firmado entre o Governo do Estado e a *Largo Resouces* Ltda. (Vanádio Maracás S/A.)

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA, O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA E A VANÁDIO DE MARACÁS S/A. (BAHIA, 2014).

Tendo em vista a atividade de exploração mineral objetivada para aquele local estar enquadrada como de impacto “negativo e não mitigável”, como consta no Termo de Compromisso mencionado, vale observar o que diz a legislação específica a esse respeito. Na Lei N. 9.985/2000 – que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, em seu Capítulo III – Da compensação por significativo impacto ambiental, fica determinado que

Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir dos estudos ambientais realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos, não mitigáveis e passíveis de riscos que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais. (BRASIL, 2000).

Nos limites do referido acordo, o Poder Público estaria respaldado para propor projetos de infraestrutura para atendimento das demandas emergenciais das populações locais.

Acesso à água e saneamento deve ser assumido como Direito Fundamental e, portanto, garantido a todos e todas que dela necessitar. Assim, tal como enseja a Constituição Federal (1988), o interesse público deve sempre prevalecer ao particular.

Ainda em se tratando do SNUC, em seu artigo 33 assegurado

Art. 33. A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

[...]

III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua **área de amortecimento**;

[...]

V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e **área de amortecimento**. (BRASIL, 2000 *com grifos*).

Os desdobramentos do artigo mencionado possibilitam ao Poder Público, em atenção às demandas das populações locais e; a partir da normativa legal, defender a efetivação de ações que visem à proteção daquilo que a Lei define como *zona de amortecimento*. Esta, por sua vez, é explicitada ainda no artigo 2º. como sendo “[...] o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; [...]” (BRASIL, 2000).

Isso posto, o Poder Público tem um amplo embasamento legal, além da legitimidade social, haja vista as demandas da Sociedade organizada serem levadas a seu conhecimento com pedidos de resolução. Ademais, como é prerrogativa da administração licenciar ou não determinado empreendimento, o ato administrativo além de estar respaldado juridicamente, estabelecer condicionantes ao empreendedor.

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório-EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei. (BRASIL, 2000).

No ano de 2015, uma situação tem causado **novas conflitualidades** no município de Maracás. Na ocorrência de um vazamento da barragem de rejeitos da mineradora, moradores do distrito de Porto Alegre, local onde a *Largo Resources* Ltda. está instalada, apresentaram suas preocupações em relação a uma possível contaminação do Rio Jacaré, uma das principais fontes hídricas da localidade.

Segundo os moradores, após a identificação do aparecimento de animais silvestres e plantas mortas após o vazamento, prontamente a Associação de Produtores Rurais de Porto Alegre se organizou no sentido de exigir explicações da empresa. O impacto causado com o vazamento se configurou como preocupação cabal da comunidade, na medida em que o Rio Jacaré é um dos afluentes do lago formado na Barragem de Pedra, retornando para o consumo não apenas daquela comunidade, mas de várias outras no entorno.

Após a denúncia ter sido levada a conhecimento da população geral, por meio de uma notícia veiculada em jornal da cidade de Jequié, a empresa causadora do dano ambiental publicou a seguinte nota:

‘A Vanádio de Maracás informa que, no dia 22 de novembro de 2015, ocorreu um vazamento de uma solução com pH básico fora do piso impermeabilizado da unidade de produção de Vanádio. O incidente foi provocado por um problema mecânico no filtro e pela queima de 2 bombas responsáveis por bombear a solução do piso para os tanques de armazenamento. Parte da solução transbordou para fora do piso, chegando à drenagem natural através de uma canaleta destinada para águas pluviais.’ (JEQUIÉ NOTÍCIAS, 01/12/2015).

A nota é finalizada com a afirmação de que a empresa já teria iniciado “[...] ações de mitigação dos impactos causados ao meio ambiente” (JEQUIÉ NOTÍCIAS, 01/12/2015). Todavia, as informações não teriam sido satisfatórias para os moradores que insistiram na necessidade de uma audiência pública (*Fotografias 18 e 19*) para discutir o problema.

Fotografia 18: audiência sobre o vazamento de rejeitos da mineradora Vanádio Maracás.



FONTE: <http://www.jequiereporter.com.br/> 02/12/2015. Acesso em: 08/08/2019.

Fotografia 19: audiência sobre o vazamento de rejeitos da mineradora Vanádio Maracás.



FONTE: <http://www.jequiereporter.com.br/> 02/12/2015. Acesso em: 08/08/2019.

Ao longo das situações relatadas é possível observar uma preocupação comum em diferentes comunidades. Tratam-se de questões que tem angustiando tanto aquelas localidades diretamente impactadas com a instalação do empreendimento da *Largo Resources* Ltda. (Vanádio Maracás S.A.) – cuja ampliação já tem sido anunciada –, como aquelas mais distantes.

O modelo de produção baseado em latifúndios e nos métodos tradicionais devastaram a vegetação natural, empobreceram o solo e dificultou o abastecimento do lençol freático. Nas regiões da caatinga a prática da pecuária extensiva transformou extensas áreas de vegetação nativa em pastos, as fontes de águas estão desaparecendo, os rios estão completamente assoreados e a morte das águas é evidente e inevitável. (SPÍNOLA, 2017).

Essas preocupações poderiam ser enquadradas, ainda que superficialmente, em três grupos: 1. Preocupações em relação à escassez hídrica em decorrência de um grande período de estiagem. Este, por sua vez, se dá tanto por características climáticas, como em decorrência do uso predatório de espaços naturais; 2. As lutas por acesso à água potável. Caracterizada por localidades em que, embora haja disposição de água em abundância, existem disputas pelo acesso à mesma, causando conflitualidades e; 3. A preocupação com a contaminação da água e possível envenenamento das populações em razão da exploração mineral no município.

É indispensável compreender que tais fatores estão intimamente ligados aos efeitos socioambientais do Modo de Produção Capitalista. Dessa forma, seus desdobramentos não se esgotam nos limites espaciais de atuação do empreendimento. Eles avançam para além dos limites territoriais, quando, vinculados a outros fatores historicamente vivenciados – a exemplo do desmatamento para atendimento de monoculturas, degradação, contaminação de nascentes e espoliação da terra, – a ponto de provocar impactos mais amplos.

5. CONSIDERAÇÕES

O presente estudo buscou apresentar alguns aspectos das questões socioambientais no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Trata-se de uma breve sistematização daquilo que temos refletido enquanto *Contribuições para um Mapeamento dos Conflitos Socioambientais no Território de Identidade Vale Do Jiquiriçá – Bahia – Brasil*.

O ponto de partida foi a identificação de situações de conflitualidade no referido TI que, em maior ou menor grau, tem levado à produção de tensões oriundas de distintos projetos econômicos ou de desenvolvimento, a partir do estabelecimento de diferentes territorialidades. Estes, por sua vez, apresentam condições para a percepção da heterogeneidade das chamadas questões socioambientais.

No plano das relações capitalistas, a dinâmica de espoliação do Capital sobre o Trabalho resulta em modos de apropriação/expropriação dos territórios, com vistas a expansão dos lucros e concentração de riquezas para uns, legando escassez e miséria para outros. Esse movimento, conduzido por práticas de super exploração tem levado a um profundo processo de esgotamento das condições ecológicas e, por conseguinte, socioculturais, dificultando a permanência de populações historicamente estabelecidas em determinadas localidades.

Do ponto de vista metodológico, a opção assumida é o Método Dialético, na medida em que se objetivou identificar algumas contradições que tem levado a algum tipo de conflitualidade no recorte geográfico. Para tanto, utiliza-se como eixo estruturante o Materialismo Histórico-Dialético por entender a validade das provocações realizadas pelo pensamento *marxiano* ao longo do século XX, bem como, sua validade ainda hoje, nesse princípio de século XXI. Entretanto, outros paradigmas em grande medida contribuíram à construção do presente texto. Assim sendo, foram de extrema relevância as contribuições da análise do discurso, da iconografia e iconologia.

No plano das territorialidades, indivíduos e grupos tencionam no que se refere a construção de diferentes percepções sobre o mundo que podem levar ao fortalecimento de determinados projetos de sociedade. Uns e outros, protagonizam tensões alicerçadas pelo Modo de Produção Capitalista, o qual tem inserido o espaço geográfico do Vale do Jiquiriçá, em processos de especulação e exploração ampliados desde as invasões coloniais até a contemporaneidade.

Nos últimos anos, a exploração mineral tem sido identificada como um dos fatores de grande impacto socioambiental no espaço geográfico em questão. Como foi possível registrar em Maracás, por exemplo, abundância e escassez ocupam a mesma espacialidade, enquanto distintas territorialidades disputam de um lado os lucros com a exploração mineral e, do outro a captação dos *royalties* dessa exploração. Não obstante, nos mesmos limites espaciais, a noção de abundância versus escassez pode ser percebida no delicado panorama de uma crise hídrica que, ao mesmo tempo em que os reservatórios garantem a sustentação da exploração mineral por meio de dutos de captação, submete as populações locais a precariedade e limitações de acesso a água potável.

Nesse mesmo campo temático, distintas territorialidades apresentaram suas perspectivas em relação à exploração mineral em Laje. Na ocasião de grande especulação naquele município, parte da população do povoado da Serra do Frio se organizou em defesa daquilo que, para eles, seria uma das grandes riquezas da comunidade – a Pedra Pelada – concebida enquanto patrimônio natural de relevante beleza e significados para os moradores.

Dentre as 60 situações identificadas, algumas tem chamado a atenção também pela recorrência. O número de ações de combate ao desmatamento realizadas pelo Ministério Público, bem como, de recuperação de animais (em sua grande maioria, pássaros silvestres) evidência a necessidade do oferecimento de uma Educação Ambiental efetiva. Obviamente que, na garantia daquilo que propõem a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e o Programa Nacional de Educação Ambiental é indispensável a efetivação de uma reflexão crítica sobre as questões arroladas, de modo que se possa romper com o viés de uma E.A. romantizada. O que se defende, partindo dos pressupostos teóricos que orienta o presente estudo é a construção de formas equilibradas de relação com o espaço e, portanto, uma Educação Ambiental na perspectiva da superação dos Conflitos Socioambientais precisa, fundamentalmente, denunciar as mazelas do capitalismo e seus resultados nefastos para toda a biota.

Consideramos isso de grande relevância, tendo constatado a dificuldade de alguns co-participantes do presente estudo em identificar entre um conjunto de situações vividas, o que se tratava de um conflito socioambiental. Haja vista esta constatação, compreendemos que se faz necessário refletir criticamente acerca de alguns conceitos que se tornaram usuais no tangente as questões socioambientais, outros que caíram em desuso e aqueles que, por força das disputas territoriais foram cooptados pelo próprio Capital.

Desafios e possibilidades se apresentam diante do compartilhamento do presente estudo. Espera-se contribuir para que indivíduos e grupos se percebam no cerne da engrenagem capitalista, não como peças com movimentos previamente determinados, mas sim, sujeitos de sua própria história, ainda que, com as limitações objetivas impostas pelo tempo histórico.

Desse ponto de vista, considera-se que as reflexões por ora apresentadas, oferecem um esboço metodológico para se pensar as questões identificadas a partir da realidade imediata de cada município. Nesse sentido, considera-se que o esboço do mapeamento aqui apresentado, surge como uma singela contribuição ao registrartensões e contradições vividas no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

Muito se discute acerca da necessidade de levar “a realidade do estudante” para o cotidiano escolar e, muitas vezes, se debruça em planejamentos que, embora bem intencionados, apresentam dificuldades de afetar os mesmos. Por sua vez, as situações expostas no presente estudo, base para a construção de um mapa temático dos Conflitos Socioambientais no TI, sinalizam caminhos para o tratamento de questões que estão no campo de experiência dos sujeitos da escola, mas que, não necessariamente têm o devido olhar pela instituição. Assim, trabalhar com a realidade do educando acaba por se configurar numa tarefa distante, exatamente por não objetivar a materialidade da vida e essa defesa acaba por esvair-se nas chamadas “frases de impacto” que, nos dias atuais, sequer impacto exercem mais.

O desafio de reinventar uma Escola pública com o povo e para o povo, passa essencialmente pela reflexão crítica sobre suas condições concretas de vida, atrelada à problematização de caminhos para a superação das disparidades socioeconômicas. Tais movimentos só são possível a partir da apreensão da realidade imediata, da revelação de suas amarras históricas e da assunção da luta em prol de um outro mundo possível.

Considera-se ainda, que as principais categorias utilizadas nesse estudo, quais sejam, *acumulação primitiva*, *fratura sociometabólica*, *territorialidades e conflitualidades* foram fundamentais para uma compreensão sobre os processos vividos pelas populações do campo e da cidade no TI em estudo. Isso posto, demarcamos nossa posição em defesa da validade do Materialismo Histórico-Dialético enquanto caminho analítico para uma interpretação sobre a realidade vivida naquele fragmento do nordeste brasileiro, cujas conexões extrapolam seus limites fronteiriços.

É no bojo dessas mesmas conexões geopolíticas que a contemporaneidade tem alicerçado o movimento de reestruturação produtiva do Capital. Se num passado não muito

distante a tônica da exploração passaria pela retirada de madeira nativa, posteriormente, da expansão da monocultura do café, sendo substituída em seguida pelo cacau e criação de animais de corte, atualmente, novos itens foram incluídos no *mix* de *commodities* que compõem a matriz produtiva do TI.

Diante dessa realidade, considera-se fundamental avançar na problematização da realidade, identificando nas múltiplas territorialidades, os sentidos e intencionalidades nem sempre explícitas. Camufladas por uma linguagem profundamente marcada pelo *valor de troca* (MARX, 2008), a espoliação socioambiental acaba por trilhar dois caminhos: o primeiro, da mitigação; o segundo, da compensação de impactos. Em ambos os casos, limita a percepção das populações envolvidas, iludindo-as com ninharias imediatas, ao passo que o produto da exploração convertido em lucro é transferido para outros países ou regiões. Entende-se que, nessa dinâmica é mister delinear os caminhos das relações geopolíticas estabelecidas a partir dos transterritórios no interior do Vale do Jiquiriçá, atuando numa nova roupagem daquilo que o Professor Ruy Mauro Marini (1973) denominou *Dialética da Dependência*.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cartografias sociais e território** / Henri Acelrad (organizador).-- Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.168 p. ; 18 cm. - (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais ; n. 1). Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf. Acesso em: 12/10/2019.

_____. **Sobre os usos sociais da cartografia**. S.D. Artigo. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf. Acesso em: 12/10/2019.

ADHB. **Perfil do Município de Amargosa – Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/amargosa_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Brejões – Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/brejoes_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Cravolândia – Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cravolandia_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Elísio Medrado – Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/elisio-medrado_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Irajuba – Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/irajuba_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Itaquara – Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaquara_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Itiruçu-Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itiruçu_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Jaguaquara-Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jaguaquara_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Jiquiriçá – Bahia**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jiquirica_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Lafaiete Coutinho-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lafaiete-coutinho_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Laje – Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/laje_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Lajedo do Tabocal-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lajedo-do-tabocal_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Maracás – Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maracas_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Milagres-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/milagres_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Mutuípe-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mutuipe_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Nova Itarana-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-itarana_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Planaltino-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/planaltino_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Santa Inês-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-ines_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de São Miguel das Matas-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-miguel-das-matas_ba. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Perfil do Município de Ubaíra-Bahia.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ubaira_ba. Acesso em: 28/07/2019.

ALEGRIA, João. DUARTE, Rosalia. **Formação Estética Audiovisual: um outro olhar para o cinema a partir da educação.** Educação & Realidade. 33(1): 59-80 jan/jun. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6687/4000>. Acesso em: 12/08/2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Acervo ISA, 1993. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0KD00072.pdf>. Acesso em: 12/10/2019.

ALONSO, Angela.; COSTA, Valeriano. **Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. In. Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopia. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2532.dir/7alonso.pdf>. Acesso em: 15/05/2017.

AMADO, Janaína. **O GRANDE MENTIROSO: TRADIÇÃO, VERACIDADE E IMAGINAÇÃO EM HISTÓRIA ORAL**. História, São Paulo, 14: 125-136.1995. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio/terra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf>. Acesso em: 28/10/2019.

ANTUNES, Ricardo. **Apresentação**. In. MÉSZÁROS, István, 1930 – Para além do capital: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros ; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho)

ANDRADE, Manuel Correia de. 1922. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste** / Manuel Correia de Andrade. – 7. ed. rev. e aumentada – São Paulo: Cortez, 2005.

ASCOM-MARACÁS. **Jazida encontrada no Município de Maracás**. Disponível em: <http://www.maracas.ba.gov.br/noticia/65567/Jazida-encontrada-no-Municipio-de-Maracas>. Acesso em: 04/08/2019.

BACELLAR, Carlos. **FONTES DOCUMENTAIS: Uso e mau uso dos arquivos**. In. PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., 1ª. reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.

BAHIA. **Termo de Compromisso de Compensação Ambiental N. 01/2014**. Secretaria do Meio Ambiente – Salvador, Bahia. 2014. Disponível em: http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/CCA/Termos/2014/TCCA_Vanadio_de_Maracas_assinado.pdf. Acesso em: 05/08/2019.

_____. **Perfil dos Territórios de Identidade** / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. -- Salvador: SEI, 2015. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1).

_____. **LEI Nº 13.554 DE 19 DE ABRIL DE 2016**. Dispõe sobre atualização dos limites municipais entre Jiquiriçá e Ubaíra, na Cachoeira dos Prazeres. Governo do Estado da Bahia, 2016. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13554-de-19-de-abril-de-2016>. Acesso em: 29/07/2017.

_____. **Observatório do Trabalho. Perfil dos Territórios (Jiquiriçá)**. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Governo da Bahia, 2019. Disponível em: <https://geo.dieese.org.br/bahia/perfis.php>. Acesso em: 17/07/2019.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** Larissa Mies Bombardi. Laboratório de Geografia Agrária. FFLCH - USP, São Paulo, 2017 (revisado em julho de 2019). Disponível em: <https://www.larissabombardi.blog.br/atlas2017>. Acesso em: 13/07/2019.

BRASIL. Agência Nacional do Cinema. **Instrução Normativa n.º. 128, de 13 de setembro de 2016.** Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-128-de-13-de-setembro-de-2016>. Acesso em: 07/09/2018.

_____. **Constituição Federal** (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14/07/2019.

BRASIL. **LEI N.º. 9.985, de 18 DE JULHO DE 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 05/08/2019.

CEAMA. **BOLETIM INFORMATIVO.** Ministério Público do Estado da Bahia – MPBA. Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo – CEAMA. Boletim Informativo Edição 10 / Outubro / Ano 2017. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/conteudo/boletim/boletim_informativo_ceama_ou_tubro.pdf. Acesso em: 13/07/2019.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. **Cinema e Método Dialético: La Batalla de Chile de Patricio Guzmán.** Revista Perspectiva Histórica, janeiro/junho de 2017, N.º9. Disponível em: <http://perspectivahistorica.com.br/revistas/1517716784.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

CRUZ, Cleusa Souza Silva. **Jiquiriçá: a pérola do vale** / Cleusa Souza Silva Cruz, Maria Esanei Mendes Oliveira; fotografias Aníbal Maia, Eraldo Cunha. – Jiquiriçá (BA): Livros Sanches, 2015. 182 p. : il. ; 14 x 21 cm.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **SOBRE A TIPOLOGIA DE TERRITÓRIOS.** Bernardo Mançano Fernandes. Disponível em: http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf. Acesso em: 04/06/2019.

_____. **Território Camponês.** In. Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. **OS CAMPOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESPAÇO E TERRITÓRIO COMO CATEGORIAS ESSENCIAIS.** Brasília-DF, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf. Acesso em: 01/10/2019.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Cinema-Memória: reflexões sobre a memória coletiva e o saber histórico.** O Olho da História. n.11, dezembro, 2008. Disponível em: <http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/rodrigoalmeida.pdf>. Acesso em: 12/08/2018.

FILHO, Pedro de Almeida Maia. **Hino do município de Jiquiriçá-BA** (1953). Jiquiriçá – Bahia. Disponível em: <http://www.jiquirica.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/hino/6513>. Acesso em: 14/10/2019.

FILHO, Virgílio Corrêa. **CURT NIMUENDAJU**. In. IBGE. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. – Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 96 p.: mapa. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1981.pdf. Acesso em: 01/09/2019.

FINAMORE, Renan; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; ROCHA, Diogo Ferreira da. **Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico**. Ciência & Saúde Coletiva, 19(10):4071-4080, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2014.v19n10/4071-4080/pt>. Acesso em: 12/08/2018.

FONSECA, Mônica Tavares da [et al]. **Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**/organizadores: José Maria Cardoso da Silva, Marcelo Tabarelli, Mônica Tavares da Fonseca, Lívia Vanucci Lins – Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. 382 p.: il., fots., maps., grafs., tabs

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. / John Bellamy Foster; tradução de Maria Teresa Machado. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática docente**. Paz e Terra, São Paulo: 1996.

FREITAS, Cristiane. **Da memória ao cinema**. Publicações UERJ. LOGOS, s.d. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/14591/11054>. Acesso em: 12/08/2018.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. NÉLSIS, Camila Magalhães. NUNES, Soares Letícia. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável**. In. R. Katál. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1.pdf> Acesso em: 31/03/2013.

GODINHO, Luis Flávio Reis. **Laços frágeis e identidades fragmentadas**. Luis Flávio Reis Godinho, Jundiaí, Paco Editorial: 2010.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências** / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p.; 24 cm. (Série Monitoramento e Avaliação, 2)

_____. **Orientações para Sistematizar Experiências**. Material de apoio para oficina Escola de Governo, 2011. Oscar Jara H. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/orientacoes.pdf>. Acesso em: 03/08/2019.

IANNI, Octavio. 1926 – **Enigmas da Modernidade-Mundo** / Octavio Ianni. – 3ª. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. – Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 96 p.: mapa. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1981.pdf. Acesso em: 01/09/2019.

_____. **HISTÓRICO DE LAJE-BA.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/laje.pdf>. Acesso em: 13/07/2019.

_____. **HISTÓRICO DE JIQUIRIÇÁ-BA.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/jiquirica.pdf>. Acesso em: 14/10/2019.

_____. **HISTÓRICO DE MARACÁS-BA.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/maracas/historico>. Acesso em: 08/11/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Amargosa-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/amargosa/pesquisa/23/24304?detalhes=true>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Brejões-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/brejoes/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Cravolândia-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cravolandia/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Elísio Medrado-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/elisio-medrado/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Irajuba-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/irajuba/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Itaquara-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaquara/pesquisa/23/24304?detalhes=true>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Itiruçu-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itirucu/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Jaguaquara-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jaguaquara/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Jiquiriçá-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jiquirica/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Lafaiete Coutinho-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lafaiete-coutinho/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Laje-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/laje/pesquisa/23/24304?detalhes=true>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Lajedo do Tabocal-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lajedo-do-tabocal/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Maracás-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/maracas/pesquisa/23/24304?detalhes=true>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Milagres -BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/milagres/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Mutuípe-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mutuipe/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Nova Itarana-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/nova-itarana/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Planaltino-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/planaltino/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Santa Inês-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-ines/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. São Miguel das Matas-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-miguel-das-matas/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Universo: características da população e dos domicílios. Ubaíra-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ubaيرا/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 28/07/2019.

IBRAM. **Gestão e Manejo de Rejeitos da Mineração.** / Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; organizador, Instituto Brasileiro de Mineração. 1.ed. - Brasília: IBRAM, 2016. 128 p.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Amargosa – Bahia.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3809687>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Município de Brejões – Bahia.** IDEB. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3809144>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Cravolândia-BA.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3811335>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Município de Elísio Medrado.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3809811>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Irajuba-BA.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3813608>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Itaquara -BA.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3827230>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Itiruçu-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3831852>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Jaguaquara-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3834021>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Jiquiriçá-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=7708315>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Lafaiete Coutinho-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3836124>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Município de Laje.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3809894>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Lajedo do Tabocal-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3838093>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Maracás-BA.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3670434>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Milagres-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3840949>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Mutuípe-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3843141>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Nova Itarana-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3844534>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Planaltino-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3845796>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Santa Inês-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3847016>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de São Miguel das Matas-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3848057>. Acesso em: 28/07/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Município de Ubaíra-BA.** 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3849118>. Acesso em: 28/07/2019.

INPE. **DETER.** Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter>. Acesso em: 03/08/2019.

JEQUIÉ NOTÍCIAS. **Vanádio de Maracás emite Nota de Esclarecimento.** Disponível em: <http://www.jequiereporter.com.br/blog/2015/12/01/vanadio-de-maracas-emite-nota-de-esclarecimento/>. Acesso em: 01/08/2019.

LACOSTE, Yves, 1929 – **A geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra/** Yves Lacoste; tradução Maria Cecília França. – Campinas, SP: Papirus, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. 1932. **Cultura: um conceito antropológico.** / Roque de Barros Laraia. – 22 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARACÁS. Documentário: **Porto Alegre – Água e Sustentabilidade.** (2012) Colégio Estadual Edvaldo Boaventura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjYc-xaZo1Y/>. Acesso em: 04/08/2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 29/08/2019.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)** / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O capital:** crítica da economia política. livro I, Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 2v.: (966p).

_____. **O capital:** crítica da economia política. livro I, Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 2v.: (966p).

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; CASTRO, Isabel. **Da história oral ao filme de pesquisa: o audiovisual como ferramenta do historiador.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.24, n.4, out.-dez. 2017, p.1147-1160. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v24n4/0104-5970-hcsm-24-04-1147.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

MAUAD, Ana Maria. **Apresentação.**In. MONTEIRO, Charles. Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes [recurso eletrônico] / Charles Monteiro (Org.). – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. 132 p. - (Série Mundo Contemporâneo).

MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. **Cinema: imagem e interpretação.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2): 83-104, outubro de 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v8n2/0103-2070-ts-08-02-0083.pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

MÉSZÁROS, István, 1930 – **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** / István Mészáros ; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho)

MONTEIRO, Charles. **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes** [recurso eletrônico] / Charles Monteiro (Org.). – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. 132 p. - (Série Mundo Contemporâneo).

MORÁS, Teder Muniz; RESENDE, Fernanda Elisa Costa P. **TERRITÓRIO AUDIOVISUAL: IMAGENS E SONS COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DE PESQUISA.** HaBituS, Goiânia, v. 12, n.1, p. 45-70, jan./jun. 2014. Disponível em: <seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/download/3926/2261>. Acesso em: 03/08/2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PAES, M. T. D. **Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/128345>>. Acesso em: 29/07/2018.

PANOFSKY, Erwin. **Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte na Renascença**. In: PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. Editora Perspectiva, São Paulo-SP – 1955.

PIRES, Elson L.S. *et all*. **A GOVERNANÇA TERRITORIAL NO BRASIL: Conceitos e Modalidades**. Elson L. S. Pires, Lucas Labigalini Fuin, Rodrigo Furgieri Mancini, Danilo Piccoli Neto. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo10.pdf>. Acesso em: 19/10/2019.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxx/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 12/08/2018.

REBOUÇAS, Helena Pires. 1920 – **Mutuípe, Pioneiros e Descendentes**. Salvador-BA: Editora Universitária Americana, 1992.

SÁ, Elvira. **Hino do Município de Maracás-BA**. Letra e Música de Elvira Sá. Disponível em: <http://maracas.ba.io.org.br/hino>. Acesso em: 13/10/2019.

SEI/DIQEP/COPESP. **Dados Educacionais**. Dados sistematizados a partir dos microdados dos Censos Demográficos IBGE: 2000 e 2010. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?Option=com_content&view=article&id=2200&Itemid=392#2. Acesso em: 15/06/2019.

SEI. **Territórios de Identidade**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador-BA. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=657. Acesso em: 01/09/2019.

SEPLAN. **Territórios de Identidade**. Secretaria de Planejamento. Salvador-BA. 2019. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 01/09/2019.

SILVA, Aparecida de Fátima Alves. **Leitura e Interpretação de Mapas e Gráficos – uma estratégia na prática cartográfica**. Paraná, 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_aparecida_fatima_alves.pdf. Acesso em: 03/05/2019.

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito**. In Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983.

SOUZA, Flávio Guimarães de. **A cidade de Maracás-Ba, a partir da implantação do projeto de mineração de Vanádio** / Flávio Guimarães de Souza.- Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20626>. Acesso em: 01/08/2019.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPÍNOLA, Roberto Edson. **Documentário: A Morte das Águas** (2017). Roberto Edson Spínola. Maracás-BA. Disponível em: <https://carlomagnus.com.br/amortedasaguas/>. Acesso em: 04/08/2019.

UFRB, **Capacidade de suporte ambiental da localidade Cachoeira dos Prazeres – BA**. Projeto de Pesquisa. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC/UFRB, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/cetec/images/Projetos_Pesquisa/2016/8.Capacidade_de_suporte_ambiental_da_localidade_Cachoeira_dos_Prazeres_-_BA.pdf. Acesso em: 13/10/2019.

VANÁDIO MARACÁS, LTDA. **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – RIMA**. Vanádio Maracás, Ltda. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/RIMA_VANADIO.pdf. Acesso em: 04/08/2019.

ZARIAS, Alexandre. **Os tempos da etnografia, da pesquisa em arquivos e os processos judiciais**. In. Quando o campo é o arquivo: etnografias, histórias e outras memórias guardadas. Seminário promovido pelo CPDOC e LAH/IFCS/UFRJ. Rio, 25 e 26 de novembro de 2004. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/AlexandreZarias.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. **SIGNIFICADO E EFEITOS DA PUBLICAÇÃO DO MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJU PARA A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA**. In. IBGE. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. – Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 96 p.: mapa. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv_14278_1981.pdf. Acesso em: 01/09/2019.

APÊNDICES

Apêndice I: quadro indicadores e municípios do recorte geográfico


MUNICÍPIOS DE OCORRÊNCIAS

A. AMARGOSA	H. JAGUAQUARA	O. MUTUÍPE
B. BREJÕES	I. JIQUIRIÇÁ	P. NOVA ITARANA
C. CRAVOLÂNDIA	J. LAFAYETTE COUTINHO	Q. PLANALTINO
D. ELÍSIO MEDRADO	K. LAGEDO DO TABOCAL	R. SANTA INÊS
E. IRAJUBA	L. LAJE	S. SÃO MIGUEL DAS MATAS
F. ITAQUARA	M. MARACÁS	T. UBAÍRA
G. ITIRUÇU	N. MILAGRES	


INDICADORES

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 1. DESMATAMENTO | 7. USO ABUSIVO DE AGROTÓXICO |
| 2. DISPUTA POR ÁGUA | 8. AMEAÇA DE MORTE |
| 3. DISPUTA POR TERRA | 9. TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES |
| 4. EXTRAÇÃO ILEGAL DE MINÉRIOS | 10. MAUS TRATOS DE ANIMAIS |
| 5. QUEIMADAS | 11. OUTROS |
| 6. TRABALHO ESCRAVIZADO | |


Apêndice II: tabela vazada para levantamento de informações



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
 Site: <https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/>
 E-mail: mestrado.campo@cfp.ufrb.edu.br



MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS



Território Vale do Jiquiriçá	INDICADORES ¹											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Outros	
MUNICÍPIOS DE OCORRÊNCIAS ²	A											
	B											
	C											
	D											
	E											
	F											
	G											
	H											
	I											
	J											
	K											
	L											
	M											
	N											
	O											
	P											
	Q											
	R											
	S											
	T											

¹Conjunto de situações-conflitos incidentes em cada município.

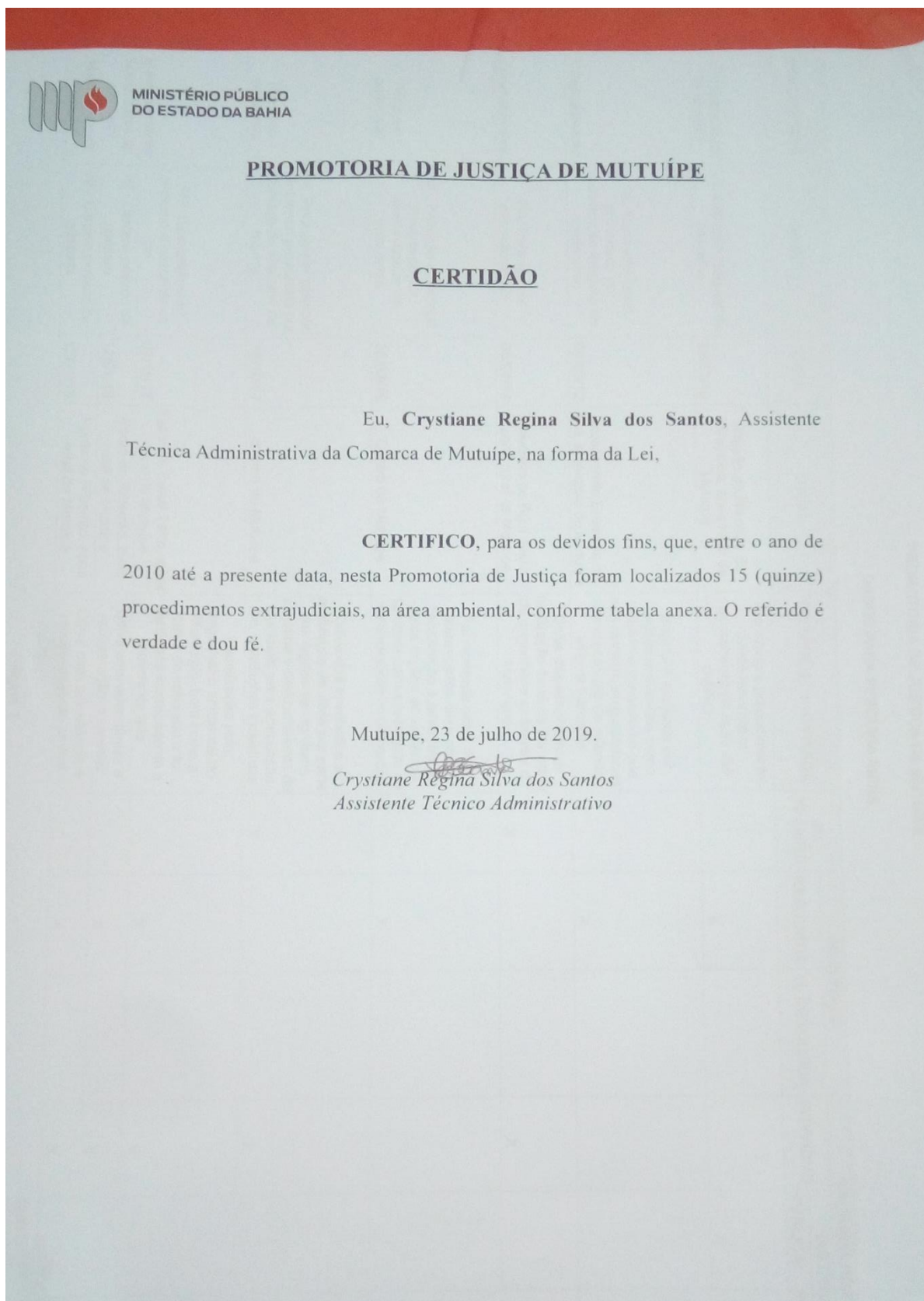
²Relação de municípios incluídos no mapeamento, limitando-se ao Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

1

Fonte: Marcos Bandeira Santos (2019).

ANEXOS

Anexo I: certidão de procedimentos extrajudiciais encontrados em Mutuípe-BA.



Fonte: MPE-BA (2019).

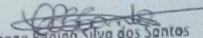
Anexo II: tabela de procedimentos extrajudiciais encontrados em Mutuípe-BA.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MUTUIPE									
DADOS PARA PESQUISA /UFRB									
INDICADORES	OBJETO	DATA	LOCAL	PROVIDÊNCIA ADOTADA	EM TRÂMITE	ARQUIVADA		CAUSADA POR	
						RESOLVIDA	N. RESOLVIDA	INDIVÍDUO	INSTITUIÇÃO
								PÚBLICA	PRIVADA
Extração ilegal de minério	IC. Extração irregular de cascalho	25/02/10	Região do Riachão do Vinhático, zona rural de Mutuípe	Arquivado o procedimento tendo em vista o ajuizamento de ação civil pública		X		X	
Desmatamento	IC. Dano ambiental provocado por construção irregular de condomínio	08/03/12	Loteamento Enseada do Rio, Município de Mutuípe	Inspeção realizada por órgãos ambientais como INEMA e verificou-se que não existiam irregularidades na construção do referido empreendimento		X			X
Desmatamento	PA. Para apurar desmatamento	06/01/14	Povoado do Bom Jesus, zona rural de Mutuípe	Oitiva dos envolvidos e realização de visita por parte do engenheiro ambiental do Município	X			X	
Poluição ambiental	NF. Poluição ambiental provocada por churrasqueira de restaurante	28/03/16	Centro de Mutuípe	Foi realizada oitiva dos interessados, bem como fiscalização e advertência pelos órgãos de vigilância sanitária para adequação do estabelecimento comercial		X			X
Poluição ambiental	PA. Para apurar poluição ambiental provocada por fumaça de chaminé de fábrica	16/10/17	Centro de Mutuípe	Oitiva dos envolvidos e realização de visita por parte dos órgãos de vigilância sanitária e meio ambiente do Município para adequação das instalações industriais	X			X	
Desmatamento	NF. Desmatamento próximo a nascente de rio	07/11/17	Fazenda Canal Torto, zona rural de Mutuípe	Fiscalização pelo engenheiro ambiental do Município, bem como a oitiva do noticiado e foi verificada improcedente a notícia de fato		X		X	
Maus tratos de animais	NF. Cárcere privado de pássaro	12/01/18	Ponte do Ribeirão, zona rural de Mutuípe	Oitiva com advertência e recuperação do animal		X		X	
Maus tratos de animais	NF. Cárcere privado de pássaro	12/01/18	Ponte do Ribeirão, zona rural de Mutuípe	Oitiva com advertência e recuperação do animal		X		X	

Anexo II: tabela de procedimentos extrajudiciais encontrados em Mutuípe-BA. (continuação...).

Maus tratos de animais	NF. Cárcere privado de pássaro	12/03/18	Fazenda Bom Jesus, Zona Rural de Mutuípe	Oitiva com advertência e recuperação do animal		X		X		
Maus tratos de animais	NF. Cárcere privado de pássaro	12/03/18	Fazenda Baixa Alegre, zona rural de Mutuípe	Oitiva com advertência e recuperação do animal		X		X		
Maus tratos de animais	NF. Cárcere privado de pássaro	12/03/18	Ferro Velho, zona rural de Mutuípe	Oitiva com advertência e recuperação do animal		X		X		
Maus tratos de animais	NF. Cárcere privado de pássaro	12/03/18	Capim de Alaide, zona rural de Mutuípe	Oitiva com advertência e recuperação do animal		X		X		
Maus tratos de animais	NF. Cárcere privado de pássaro	04/05/18	Centro de Mutuípe	Oitiva com advertência e recuperação do animal		X		X		
Uso abusivo de agrotóxico	PA. Instaurada para acompanhar plano de ação sobre o combate aos impactos causados por agrotóxicos no vale do Jiquiriça	21/03/19	Município de Mutuípe	Seminário e reuniões envolvendo a população e entidades para combater o uso indiscriminado de agrotóxicos	X			X		
Poluição ambiental	IC. Instaurado para apurar possíveis irregularidades no lançamento de resíduos de afluentes <i>in natura</i>	07/05/19	Centro de Mutuípe	Expedição de ofícios	X					X

LEGENDA: IC – Inquerito Civil
PA – Procedimento Administrativo
NF – Notícia de Fato


Crystane Regina Silva dos Santos
Assistente Técnico Administrativo
Matrícula: 352096